



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR**

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –**

**AMAZÔNIA ORIENTAL**

**MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO**

**SUSTENTÁVEL**

Dulcilene Alves de Castro

**PRÁTICAS E TÉCNICAS AGROEXTRATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO COM  
FAMÍLIAS NO PÓLO RIO CAPIM DO PROAMBIENTE**

Belém

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR**  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –**  
**AMAZÔNIA ORIENTAL**

**MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL**

Dulcilene Alves de Castro

**PRÁTICAS E TÉCNICAS AGROEXTRATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO COM**  
**FAMÍLIAS NO PÓLO RIO CAPIM DO PROAMBIENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação Agriculturas Amazônicas da  
Universidade Federal do Pará e da Empresa  
Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia  
Oriental, como requisito para obtenção do título  
de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes.

Belém  
2006

---

Castro, Dulcilene Alves de

Práticas e técnicas agroextrativistas: um estudo de caso com famílias no pólo Rio Capim do PROAMBIENTE / Dulcilene Alves de Castro; orientadora, Maria de Nazaré Ângelo Menezes.- Belém: [s.n.], 2006.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, 2006.

1. Extrativismo – Aspecto sócio-cultural. 2. Agricultura familiar. I. Título.

CDD 338.18

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR**  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –**  
**AMAZÔNIA ORIENTAL**

**MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL**

Dulcilene Alves de Castro

**PRÁTICAS E TÉCNICAS AGROEXTRATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO COM**  
**FAMÍLIAS NO PÓLO RIO CAPIM DO PROAMBIENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Data :** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes  
(orientadora)

Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato (examinador)

Profa. Dra. Maria Angélica Motta Maués  
(examinadora)

Prof. Dr. Samuel Amorim de Sá (suplente)

Belém  
2006

### *Agradecimentos*

Á Deus, aos santos, aos orixás, aos espíritos e a todas as forças da natureza que contribuíram para a realização desse trabalho.

Á minha família que está sempre presente.

A minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaré Angelo-Menezes pelas contribuições e apoio no desenvolvimento do trabalho.

Ao professor Dr<sup>o</sup> Samuel Amorim de Sá pelas indicações bibliográficas e gentileza com alguns esclarecimentos no período da qualificação.

As professoras Dr<sup>a</sup>. Maria Angélica Motta Maués e Dr<sup>a</sup> Marilu Campelo por terem oportunizado na disciplina seminários de dissertações a discussão e troca de informações sobre o tema.

Aos professores Dr<sup>a</sup> Delma Pessanha Neves, Dr<sup>o</sup> Gutemberg Guerra, Dr<sup>o</sup> Iran Veiga, Dr<sup>a</sup> Laura Angélica, Dr<sup>o</sup> Heribert Schimitz, Dr<sup>a</sup> Socorro Kato e Dr<sup>o</sup> Osvaldo Kato pelas contribuições nas disciplinas do mestrado.

Aos moradores de Monte Sião especialmente as 10 famílias que possibilitaram a realização da pesquisa de campo recebendo a pesquisadora em seus estabelecimentos.

Aos responsáveis administrativos e técnicos do Pólo Capim do PROAMBIENTE por terem permitido o acesso a documentação e bibliografias acerca do programa.

A Agencia de Desenvolvimento da Amazônia – ADA pelo apoio financeiro.

Ao assessor de comunicação e marketing da prefeitura de São Domingos do Capim, senhor Alcemir Junior por ter cedido informações sobre o município e o mapa que faz parte de seu arquivo pessoal.

Ao casal Marlei e Soraia pela gentileza na digitação e arte do croqui.

As bibliotecárias Vera Fadul do NEAF e Isanira C. Vaz Pereira da EMBRAPA pela elaboração da ficha catalográfica e as bolsistas do NEAF pela gentileza no atendimento.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	i
<b>ABSTRACT</b>	ii
<b>Lista de ilustrações</b>	iii
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b>	iv
<b>Lista de quadros</b>	v
<b>I - INTRODUÇÃO AO DEBATE</b>	12
1 - Utilização dos Recursos Naturais e o PROAMBIENTE	12
2 – Pressupostos metodológicos da pesquisa	13
<b>II – A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA</b>	17
1 – A pesquisa exploratória	17
2 – Escolha do município	20
2.1 – Localização geofísica e aspectos históricos	20
2.2 – Aspectos da economia agrícola	22
3 – A comunidade de Monte Sião	25
3.1 – A pesquisadora vivendo Monte Sião	28
<b>III -EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA, INTENSIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E A ESCASSEZ DE RECURSOS: O ONTEM E O HOJE DE MONTE SIÃO</b>	32
1 - Da borracha a madeira: o período de 1970 ao final de 1990 em Monte Sião	32
2 - Um olhar sobre Monte Sião nos dias de hoje com o PROAMBIENTE	39
2.1 - A relação das famílias com o PROAMBIENTE	42
<b>IV - O COTIDIANO DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E OS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS – PFNM</b>	46
1 – Práticas agroextrativistas	46
1.2 - As roças	47
1.3 – Produtos Florestais não Madeireiros – PFNMs	

	51
1.4 – Consumo e venda dos PFNMs	65
1.5 - Espaços de comercialização dos PFNMs	71
1.5.1 - A Feira de São Domingos do Capim	71
1.5.2 - O trapiche de São Domingos do Capim	74
<b>V – REELABORAÇÃO DE PRÁTICAS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS EM MONTE SIÃO</b>	76
1 – O PROAMBIENTE em Monte Sião	76
1.2 – Motivações para a reelaboração das práticas	96
1.3 - Os açazais	98
1.3.1 - O manejo nos açazais	100
1.4 - Os sistemas agroflorestais - SAF's	101
1.4.1 – Compreendendo um SAF	104
1.5 - Técnica de trituração	108
<b>VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	110
<b>VII – REFERÊNCIAS</b>	113
<b>VIII - ANEXOS</b>	118

## RESUMO

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia – PROAMBIENTE, traz em sua proposta alternativas de uso dos solos e das florestas para a produção familiar. A comunidade de Monte Sião situada no município de São Domingos do Capim e participante do PROAMBIENTE foi a área escolhida para este estudo que trata das práticas sócio-culturais associadas as técnicas de produção de sistemas agroextrativistas de dez famílias que apresentam um histórico de utilização dos recursos biofísicos, tais como a extração do látex de seringais nativos, exploração madeireira lenhosas e sistemas intensivos de produção agrícola que a partir dos anos de 1990 adotaram os Produtos Florestais Não Madeiros – PFNM como um elemento diferencial para a reprodução da agricultura familiar enquanto unidade de produção e consumo.

**Palavras chave:** agricultura familiar, práticas sócio-culturais, técnicas de produção, agroextrativismo, PFNMs, PROAMBIENTE.

## ABSTRAC

The sustainable development program of rural familiar production in the Amazon-PROAMBIENTE. It has in its purpose alternatives of the use of soils and forests to the familiar production. The Monte Sião community situated at São Domingos do Capim municipality participants from PROAMBIENTE was the chosen area to this study which treat of the social-cultural practices associated with production technicals of agroextractivist system of ten families who presented a historical of utilization from biophysical resources: such as the latex extraction from native rubber trees, wooden timber exploration and intensive systems of agricultural production which from beginning 1990,s started to use the Nonwood forest products – PFNM as a differential element to the reproduction of familiar agriculture while unit of production and consume.

**Key Words:** Familiar agriculture, social – cultural practices, production technicals, agroextractivism, PFNM, PROAMBIENTE.

**Lista de ilustrações**

Figura 1- mapa do município de São Domingos do Capim	24
Figura 2- Croqui da comunidade de Monte Sião	40
Figura 3- Organograma das relações de parentesco das famílias do PROAMBIENTE	43
Figura 4- agricultora debulhando o açaí	60
Figura 5- rasas e talas de guarumã	62
Figura 6- castanhas de andiroba e uma frondosa andirobeira	67
Figura 7- comerciante carregando rasas de açaí	73
Figura 8- croqui do estabelecimento familiar - A	82
Figura 9 – croqui do estabelecimento familiar B	84
Figura 10– croqui do estabelecimento familiar C	85
Figura 11 – croqui do estabelecimento familiar D	87
Figura 12 – croqui do estabelecimento familiar E	89
Figura 13 – croqui do estabelecimento familiar F	90
Figura 14 – croqui do estabelecimento familiar G	91
Figura 15– croqui do estabelecimento familiar H	92
Figura 16 – croqui do estabelecimento familiar I	93
Figura 17– croqui do estabelecimento familiar J	94
Figura 18- açaizal manejado	99
Figura 19- 0 bananal	105

*Lista de siglas e abreviaturas*

- APEPA – Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CIFOR – Centro de Pesquisa Florestal Internacional
- COPALA- Indústrias reunidas S/A
- CONGEN - Conselho Gestor Nacional
- CONGEP - Conselho Gestor do Pólo
- CONGES - Conselho Gestor Estadual
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CUT- Central Única dos Trabalhadores
- ECO-92- Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental
- EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FASE Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FETAGRI-PA - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará
- FETAGRO - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado Rondônia
- IMAZON – Institutos do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- MINEPA- Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
- MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- ONG – Organização não Governamental
- PDL- Plano de Desenvolvimento Local do Pólo
- PFNMs – Produtos Florestais Não Madeireiros
- PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia
- SAGRI- Secretaria Executiva de Agricultura
- SAF’S- Sistemas Agroflorestais
- SEAMA- Secretária de Agricultura e Meio Ambiente
- SEPOF- Secretária Executiva de Estudo de Planejamento Orçamento e Finanças do Pará
- SHIFT- Studies of human impact on forests and floodplains in the tropics

*Lista de quadros*

Quadro I- PFNMs nos municípios do Pólo Capim	19
Quadro II- Animais mais citados para a caça	34
Quadro III- Cultivos plantados na roça de mandioca	49
Quadro IV- Plantas existentes nas propriedades	53
Quadro V -Plantas fornecedoras de PFNMs	56
Quadro VI-Utilização dos PFNMs nas propriedades	58
Quadro VII- classificação do açaí líquido	63
Quadro VIII- classificação do açaí fruto	64
Quadro IX- Coleta dos produtos para consumo e venda	65
Quadro X- Frutos mais coletados no período chuvoso	69
Quadro XI- Escolhas para as propriedades	95

## **I - INTRODUÇÃO AO DEBATE**

### **1 - Utilização dos Recursos Naturais e o PROAMBIENTE**

A discussão em torno da utilização dos recursos naturais com um acompanhamento técnico apropriado, aliado à conservação da floresta, vem ganhando destaque nos últimos anos. Isto se deve ao crescimento do desmatamento e à alteração na biodiversidade dos ecossistemas naturais.

Propostas e alternativas são lançadas a partir de vários âmbitos da estrutura institucional da sociedade, tendo em vista contraporem-se ao processo de alteração da natureza. O movimento ambientalista emergido nos anos 1980 criticava fortemente a utilização imprópria e destrutiva do meio ambiente.

Naquele contexto, algumas posições como a de Arnold e Perez (1998) citados por Medina (2003, p.5), defendiam o extrativismo dos produtos florestais não madeireiros PFNMs<sup>1</sup> como alternativa menos destrutiva, comparada à exploração madeireira. Nos dias atuais, Shanley (2003), demonstra o valor econômico e medicinal de tais produtos para as comunidades locais.

O estudo de Medina (2003), aponta, no município de Ipixuna do Nordeste Paraense, um certo valor atribuído pelos comunitários aos PFNMs, não necessariamente econômico mas resultante de representações elaboradas pelos grupos que compreendiam o uso de tais recursos sem intermediação do mercado ou como produto de auto – consumo.

---

<sup>1</sup> Segundo Mcdermott e Beer (1996) citados por Medina (2003 p. 05), uma das definições mais difundidas diz que o termo PFNMs compreende todos os outros materiais biológicos que não a madeira que são extraídos da floresta para uso humano; isto inclui alimentos, medicamentos, óleos, resinas, látex, caça, plantas ornamentais, lenha, fibras, entre outros.

O uso e a valorização dos PFM podem ser compreendidos a partir do entendimento das práticas sociais que envolvem a utilização de algumas plantas por famílias, conhecedoras dos benefícios e potencialidades a eles atribuídos.

O conhecimento acerca dos produtos da floresta e a luta contra a degradação ambiental impulsionaram debates e o nascimento de políticas de desenvolvimento para o campo, articuladas através da pressão de representações institucionais como ONGS, sindicatos, órgãos públicos federais, dentre outros.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia – PROAMBIENTE surge como resultado dessa luta, reconhecido como instrumento de política pública do Ministério do Meio Ambiente –MMA, atualmente gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no intuito de apoiar os agricultores familiares na busca de uma nova maneira de uso e conservação dos recursos naturais através dos serviços ambientais e da articulação entre a figura de um agente comunitário, que é um membro da comunidade<sup>2</sup>, com os técnicos do Programa. Este engajamento, tenta garantir um melhor desenvolvimento para os estabelecimentos familiares.

O interesse dos representantes das instituições, quanto a este tipo de proposta, pode divergir em muitos pontos, mas se complementa na medida em que buscam juntar estratégias que possibilitem reflexões e sugestões para o fomento de ações que apontam para melhorias da qualidade de vida do agricultor e sua família.

## **2 – Pressupostos metodológicos**

A história sócio-econômica e cultural do Nordeste Paraense, demonstra a existência de práticas agroextrativistas desenvolvidas nos estabelecimentos familiares, voltadas para vários cultivos, destacando-se a cultura da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), por adaptar-

---

<sup>2</sup> Na terceira parte desta dissertação trabalharemos o sentido do termo comunidade.

se a solos com pouca fertilidade, representando um dos principais produtos da economia bragantina através da venda de farinha para o mercado local e externo.

Estudos de Heredia (1979), com famílias de agricultores no Nordeste do Brasil, revelaram que a mandioca representa um dos principais produtos agrícolas da região. No Nordeste Paraense, o quadro não difere, sendo a mandioca um componente do sistema de produção agroextrativista da agricultura familiar.

Quanto ao componente extrativista que:

Designa os sistemas de exploração dos recursos naturais destinados à comercialização. Em sentido amplo, o extrativismo reúne todas as atividades de extração, aplicando-se quer a produtos vegetais, quer a produtos animais ou ainda minerais. (EMPERAIRE, 1997, p. 421).

Tem-se como expoentes “borracha, gomas não elásticas, ceras, fibras, oleaginosas, tanantes, alimentícias, aromáticas, corantes, medicinais, tóxicas, madeira, caça e pesca, entre outras” (HOMMA, 1993, p. 02).

Estudos realizados no município de Concórdia do Pará revelam que no início do século XX, na região, “o extrativismo e a agricultura formavam uma complementaridade que compunha à reprodução dos grupos camponeses” (CANETE, 2000, p. 87). Essa complementaridade ainda faz parte do cotidiano de muitas famílias que se conservam próximas de áreas de florestas. Muitas delas localizadas em matas secundárias, encontram alternativas rentáveis extraído ao longo dos anos alguns PFNMs. Muitos agricultores familiares alternam o cultivo da roça com a coleta de frutos, sementes, raízes, folhas e outros produtos. Smith *et al.* (2000, p. 06), reforçam essa discussão, argumentando que:

“[...] as florestas secundárias tendem a se tornar o principal recurso florestal para um número crescente de pessoas de baixa renda no meio rural. Constatou-se também, que essas florestas contribuem valiosamente para o sustento de vidas humanas não somente por recuperar o solo, mas por fornecer produtos silvestres”.

Reafirmando a questão, Ferreira *et al.* (2000), relatam através de estudos no Nordeste Paraense, que os agricultores mais antigos, utilizando os produtos das florestas secundárias, apresentam pleno conhecimento sobre os mesmos.

Diante do cenário, no decorrer das décadas, a exploração intensiva de algumas espécies de árvores das quais muitos agricultores familiares extraíam cascas, óleos, raízes, frutos e outros produtos para suas famílias, promove tanto a escassez dos recursos quanto ações e estratégias de reelaborações de certas práticas com plantas geradoras de PFNMs. Estas situações contraditórias têm motivado diversos pesquisadores que os tomam como objeto de pesquisa. Aliado a isso, as estratégias realizadas para adaptação e preservação de algumas espécies garantem a diminuição de extinção de árvores, raízes e frutos, redobrando a contribuição na manutenção dos grupos familiares.

Neste contexto, alio-me aos pesquisadores, assim motivados, dedicando-me ao estudo de tais práticas na comunidade de Monte Sião, localizada no Município de São Domingos do Capim - antiga região Bragantina, e pertencente a área delimitada ao Pólo Rio Capim - PROAMBIENTE<sup>3</sup>.

O meu interesse de pesquisa é no sentido de entender as práticas que envolvem a utilização de algumas plantas pelas famílias que fazem parte do PROAMBIENTE. Esta motivação iniciou quando, em 2001, ouvi falar sobre plantas que forneciam PFNMs<sup>4</sup>, e desde então cogitei a idéia de escrever algo sobre o assunto. Em 2003, quando trabalhei no Sindicato da Embrapa, retomei o contato com a equipe do CIFOR<sup>5</sup>.

Ao ingressar no mestrado o meu projeto de pesquisa indicava que o trabalho de campo seria desenvolvido na comunidade de Caruaru, situada na Ilha de Mosqueiro. O tema

---

<sup>3</sup> Cada pólo corresponde a uma microrregião, contendo aproximadamente quatro municípios de acordo com o tamanho da área de cada um.

<sup>4</sup> Primeiro contato com a pesquisadora do Centro para Pesquisa Florestal Internacional – CIFOR Patrícia Shanley, que trabalhava com os PFNMs.

<sup>5</sup> Aproximação com o pesquisador Gabriel Medina que desenvolveu uma dissertação na área do Rio Capim. As pesquisas de Medina e os estudos de Shanley são algumas das referências utilizadas para minha dissertação.

do projeto discorria sobre a utilização dos PFMNs em ambiente de integração a mercados urbanos, que circulam diversas mercadorias capazes de atender as necessidades articuladas aos efeitos benéficos dos produtos. A associação de temas se daria devido a localização da comunidade em relação à vila de Mosqueiro e parte do Município de Belém.

A mudança da área de pesquisa ocorreu a partir de acertos com minha orientadora na disciplina Estudos Dirigidos<sup>6</sup> e pela relevância da área que apresenta um histórico agroextrativista<sup>7</sup>. O que justifica inclusive outros quatro estudos em fase de finalização de dissertações de mestrados.

Nesta pesquisa, foram selecionadas dez famílias que de alguma forma estão no universo de pessoas onde os PFMNs fazem parte de seus sistemas de produção.

---

<sup>6</sup> A professora Maria de Nazaré Angelo-Menezes participa enquanto pesquisadora e secretária do Conselho Gestor do Pólo Capim- Proambiente.

<sup>7</sup> As atividades agroextrativistas se referem ao somatório de atividades agrícolas e extrativistas.

## **II- A construção de um objeto de pesquisa**

### **1 – A pesquisa exploratória**

A construção de um objeto de pesquisa, em muitos casos, passa por várias investigações e indagações prévias até se chegar ao resultado desejado. Nesta procura, percorri caminhos, descaminhos e reconstruções, de acordo com a realidade encontrada no campo.

As etapas percorridas para a construção do meu objeto de estudo iniciaram com a escolha da área de estudo que não foi aleatória, pois, parti de estudos em áreas agroextrativistas do Nordeste Paraense, no caso, a área do Pólo Rio Capim onde atua o PROAMBIENTE, para poder estudar as famílias que optaram pelas propostas do programa.

A principal proposta do programa é o fornecimento dos serviços ambientais, que é um pagamento para as famílias conservarem áreas sem a degradação ambiental, isto é, gradualmente, as famílias terão que abandonar a utilização do fogo no preparo das roças, evitar o desmatamento, reflorestarem áreas e recuperarem mananciais de água que estejam comprometidos com a erosão e assoreamento.

O funcionamento dos serviços ambientais depende da elaboração conjunta entre as famílias e os técnicos do Planejamento de Uso e Conservação da Propriedade - PU'S. Estes, devem ser elaborados considerando as informações contidas no Plano de Desenvolvimento do Pólo- PD e nos diagnósticos individuais das propriedades. Após a elaboração dos PU'S se estabelecem os acordos comunitários<sup>8</sup>.

Desta forma, para chegar ao objeto de estudo precisei realizar uma pesquisa exploratória nos municípios de Irituia, Mãe do Rio, Concórdia do Pará e São Domingos do

---

<sup>8</sup> Os acordos comunitários – auto certificação, e as auditorias de campo – certificação externa, fazem parte de um sistema misto, estabelecido para o cumprimento dos padrões de certificação de serviços ambientais do PROAMBIENTE.

Capim por serem os municípios onde o Programa inicia sua atuação, a fim de conhecer as práticas realizadas pelas famílias.

O primeiro momento da pesquisa exploratória ocorreu no período de junho a julho de 2004. Dividida entre acompanhamentos das reuniões (anexo A, p. 119) e das atividades do PROAMBIENTE (anexo B, p. 120) no município de Capanema, onde funcionava a coordenação do PROAMBIENTE, agora remanejada para o município de Bujarú.

O segundo momento ocorreu no período de outubro a dezembro de 2004. Inicialmente participando de reuniões com a equipe do PROAMBIENTE (anexo C, p. 121) e do planejamento das atividades de aplicação dos diagnósticos individuais nas propriedades e sistematização dos dados (anexo D, p. 122). Neste período, tive a oportunidade de apoiar a equipe técnica do PROAMBIENTE na aplicação de alguns formulários para a construção dos diagnósticos individuais. Gil (2002), define esta técnica de coleta de dados sendo desenvolvida pelo pesquisador, com formulações de perguntas previamente elaboradas e anotações das respostas também sendo executadas pelo pesquisador. Desta forma, como o formulário não possibilitava um alcance e aproximação maior com o meu objeto de estudo, aproveitava o momento para conversar um pouco mais com as famílias a fim de obter informações sobre as práticas com as plantas que forneciam PFNMs em suas propriedades.

O terceiro momento da pesquisa exploratória aconteceu na primeira quinzena de março de 2005, na comunidade de Monte Sião em São Domingos do Capim.

No acompanhamento das equipes técnicas obtive informações sobre as realidades locais, sobre a programação e execução das atividades dos técnicos junto às famílias que optaram pelo Programa. Além disso, analisei dados sistematizados oriundos das informações levantadas pelos técnicos e por mim durante as visitas nas áreas selecionadas pelo PROAMBIENTE.

Registros levantados mostraram também a existência de práticas de coleta de Produtos Florestais não Madeireiros na área, como por exemplo: castanha do Pará, uxi, piquiá, cipós e sementes, óleo de andiroba, dentre outros conforme quadro abaixo:

Quadro I- PFNMs nos municípios do Pólo Rio Capim

MUNICÍPIOS	PRODUTOS
Irituia	Piquiá, castanha do Pará, uxi, óleo de andiroba,
Concórdia do Pará	Piquiá, açaí, castanha do Pará, uxi,
São Domingos do Capim	Piquiá, castanha do Pará, uxi, açaí, óleo de andiroba, sementes, cipós.
Mãe do Rio	Piquiá, castanha do Pará, uxi

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em junho de 2004

Outras informações colhidas através de conversas informais com os agricultores, nas visitas aos municípios, também contribuíram para o conhecimento das áreas como, por exemplo, em todos os municípios aparecem os cultivos de ervas medicinais nos quintais e em São Domingos do Capim algumas famílias confeccionam artesanatos com sementes, cipós, palhas e peneiras.

As comunidades visitadas apresentaram realidades diversas, sendo que, muitas confirmavam o que os documentos secundários apresentavam, tais como a existência de áreas desmatadas. Outras revelavam novas informações como a infestação de certa praga conhecida pelos agricultores como “apodrecimento de raiz” a qual influencia na produtividade da planta e está presente na maioria dos estabelecimentos familiares.

As visitas de campo nos quatro municípios, no período da pesquisa exploratória, ocorreram através da intermediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios e foram realizadas com os técnicos agrícolas do Programa, o que possibilitou esclarecimentos e troca de conhecimentos entre as áreas das Ciências Sociais, que é à base de formação da pesquisadora, e a área de Ciências Agrárias.

Em 2005 e 2006 as visitas ocorreram sem as intermediações acima citadas, possibilitando maior aproximação da pesquisadora com as dez famílias selecionadas para o estudo de caso.

## **2 - Escolha do município**

### **2.1 – Localização geofísica e aspectos históricos**

O município escolhido foi o de São Domingos do Capim, por apresentar matas secundárias nas propriedades<sup>9</sup> e uma variedade de plantas das quais se extraem PFNMs.

O município localiza-se na mesorregião do Nordeste Paraense, na microrregião do Guamá, com 01° 40' 45'' de latitude sul e 47° 46' 17'' de longitude oeste de Greenwich, com altitude de 20 metros.

São Domingos do Capim limita-se ao Norte com o município de São Miguel do Guamá, a Leste com os municípios de Irituia e Mãe do Rio, ao Sul com o município de Aurora do Pará, e a Oeste com o município de Tomé Açu, Bujaru e Concórdia do Pará.

Nos solos do município predomina o tipo latossolo amarelo, com textura média e argilosa. Nas áreas que inundam próximas dos rios Guamá e do Capim os solos são aluviais e hidromórficos<sup>10</sup>.

Os principais rios do município são o Guamá e Capim, sendo o rio Capim formado pelos rios Ararandeuá e Surubiju, que serve de limite natural com o município de Paragominas na sua porção sul, percorrendo-o no sentido sudeste-nordeste, depois sul-norte até a sede municipal. O curso do Rio Capim é de 600 quilômetros e apresenta condições de navegabilidade na sua maior extensão, impedindo o trajeto das embarcações em trechos encachoeirados que ficam próximos ao curso médio, cujas rochas afloram na época da

---

<sup>9</sup> Dados do diagnóstico para o plano de desenvolvimento local sustentável do Pólo Rio Capim – PROAMBIENTE, 2003.

<sup>10</sup> Solos aluviais e hidromórficos são característicos de áreas de várzea inundáveis periodicamente.

vazante. Outros Rios importantes que são afluentes do Rio Capim são os Rios Candiru-Açu e Candiru-Miri. O Rio Guamá, por sua vez, faz limite natural ao norte com o município de São Miguel do Guamá.

Entre as festividades do município estão a do padroeiro São João de Gusmão, que ocorre no período de 4 a 8 de agosto, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no dia 3 de setembro, e a pororoca que atrai surfistas de varias regiões em março.

Segundo registros da Secretaria Executiva de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças do Pará - SEPOF 2005, em 1758 o lugar era um núcleo populacional reconhecido como Freguesia de São Domingos da Boa Vista, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho - o Marques de Pombal, apoiado em lei promulgada em 6 de julho de 1755. O acesso a outras informações foi obtido através do assessor de comunicação da prefeitura de São Domingos do Capim.

No ano de 1833, em consequência da divisão da Província em termos e comarcas, a Freguesia de São Domingos da Boa Vista passou a fazer parte do município de Belém, sendo o seu limite o igarapé Jurujaia, afluente esquerdo do Rio Guamá, e nessa categoria ficou até o final do período monárquico.

Com o advento da República, o Governo Provisório do Estado do Pará promulgou o Decreto Legislativo nº 236, em 9 de dezembro de 1890, elevando a Freguesia à categoria de Vila, conforme Decreto Estadual nº 237. Em 19 de agosto de 1932, através do Decreto Estadual nº 720, foi substituído o nome de São Domingos da Boa Vista para o de São Domingos do Capim. Acrescentou-se a palavra capim (que significa mato pequeno) para homenagear a descendência indígena do lugar.

Em 1943, com a nova divisão territorial do Estado, a área territorial do Município sofreu uma primeira redução para aumentar o patrimônio jurisdicional de São Miguel do

Guamá, e também para permitir o nascimento de Bujaru, que, originalmente, era distrito de São Domingos do Capim, pela Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943.

O território também sofreu alterações em 1965, para dar origem ao município de Paragominas; em 1982, para a criação do município de Rondon do Pará. E em 1991, para a criação dos municípios de Ipixuna do Pará e Aurora do Pará. Atualmente, é restrito ao distrito-sede de São Domingos do Capim.

## **2.2 – Aspectos da economia agrícola**

Registros da produção agrícola fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dos anos de 1979, 1985 e 2003, de São Domingos do Capim, apresentam como produtos principais a mandioca e a banana. A banana, em 1979, produziu 217 mil cachos, passando a produção para 375 mil cachos em 1985. Dados de 2003 mostram um acréscimo na produção que atingiu 3.715 toneladas.

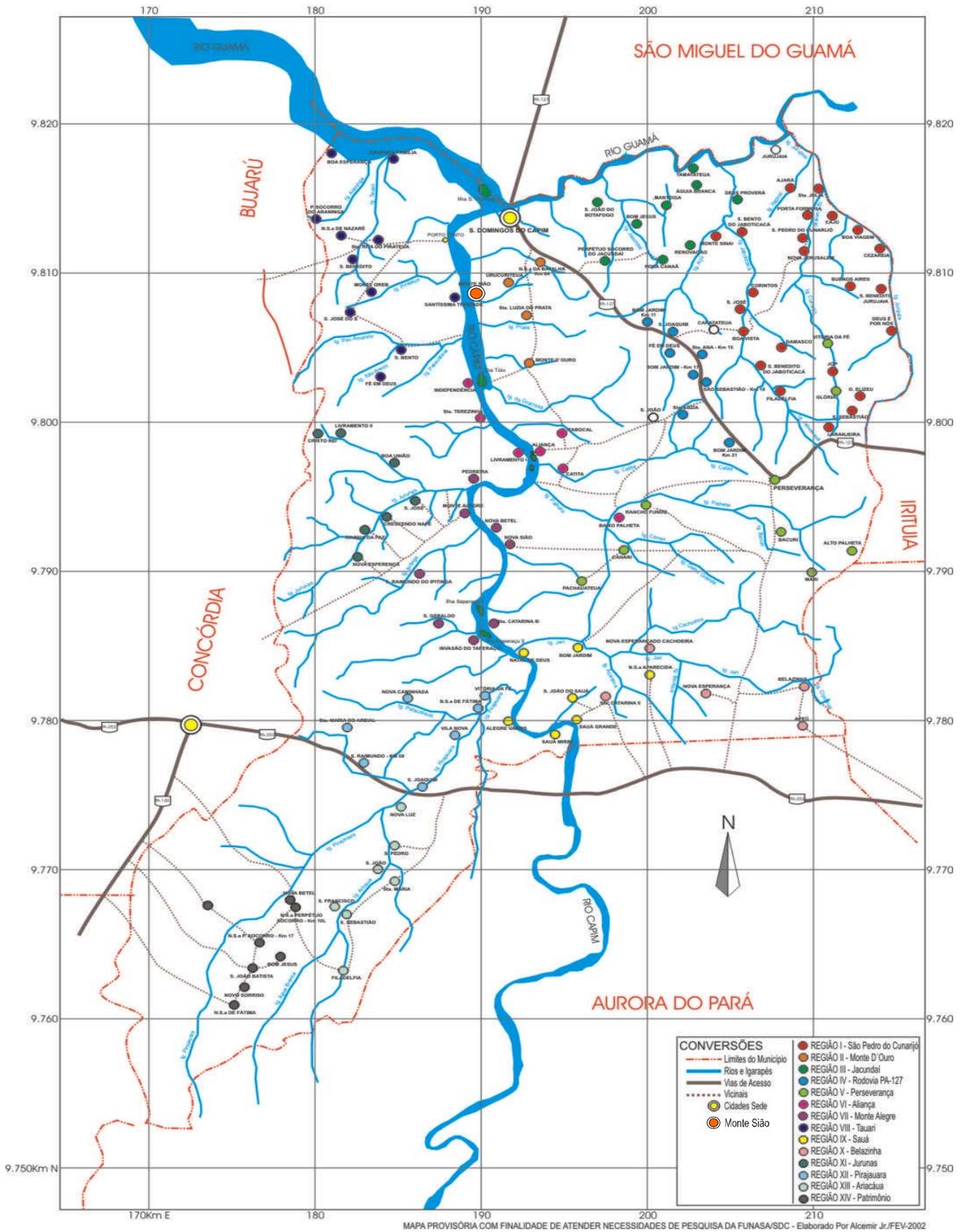
A mandioca produziu, em 1979, 72.744 toneladas, substituindo esse valor para 140 mil toneladas, em 1985. Nesses dois anos aparece também, segundo dados do IBGE, a produção de malva em fibra seca movimentando a economia local, chegando a 2.107 toneladas em 1979 e 2.000 toneladas, em 1985. Nos dados mais recentes ocorreu um decréscimo na produção de mandioca mostrando que em 2003 o município produziu 45.600 toneladas. Esta redução vem ocorrendo gradativamente no Nordeste Paraense por diversos motivos, dentre estes, a utilização de terras para a implantação de pastos, reduzindo as áreas de cultivos, o desmatamento, pragas nos cultivos, queimadas e outros fatores.

A mandioca, mesmo tendo redução na área plantada, ainda aparece como o principal produto da economia do município. Porém, outros produtos já começam a ser contabilizados

nos dados oficiais depois de 2000, como o açaí em fruto que, em 2003, produziu 2.500 toneladas (IBGE, 2003).

As atividades que envolvem a produção agrícola são desenvolvidas por grande parte da população do município, considerando que de acordo com o Censo Demográfico de 2000, este mostra que a zona rural tem 21.528 habitantes, distribuídos entre as pequenas comunidades Itabocal, Catita, Taperuçu, Santíssima Trindade, São José do S, Independência, Livramento I e Monte Sião (figura 1, p. 24). A zona urbana do município soma 5.877 pessoas.

# SÃO DOMINGOS DO CAPIM



**Figura 1:** Mapa de São Domingos do Capim  
**Fonte:** FUNASA, 2002

MAPA PROVISÓRIA COM FINALIDADE DE ATENDER NECESSIDADES DE PESQUISA DA FUNASA/SDC - Elaborado Por Aclémir Jr./FEV-2002

### **3. - A comunidade de Monte Sião**

A comunidade de Monte Sião, no Município de São Domingos do Capim, foi escolhida para o estudo por apresentar, segundo a visita exploratória e a continuidade do trabalho de campo, características que evidenciam famílias que trabalham com práticas agroextrativistas, mantendo áreas de mata secundária em algumas propriedades. Além disso, a coleta de alguns produtos dos estabelecimentos familiares e da mata, como a castanha do Pará, o açaí, cipós e sementes, revelam um perfil que demonstra a importância das práticas sócio-culturais aliadas às técnicas de produção nos estudos sobre a sustentabilidade de homens e mulheres da zona rural paraense.

O termo sustentabilidade deve ser compreendido dentro da dinâmica real de cada família, ou seja, levando-se em conta o que realmente seja sustentável para cada realidade e necessidade social, dentro de uma dinâmica relacional do homem com o meio ambiente e não um desenvolvimento sustentável que enfatize somente “a conservação dos recursos naturais como o solo, a água e a floresta” (PINHEIRO, 1995, p.23).

A relação do homem com o meio ambiente envolve a utilização dos recursos naturais através de práticas nos estabelecimentos familiares, e falar de práticas, é falar de construções e formas de conhecimento entre as gerações. Veiga (2003), assegura que práticas são explicadas através de saberes que estão em mudança constante em decorrência das experiências do dia a dia de homens e mulheres que os traduzem. Continuando no debate, Albaladejo (2000), citado por Veiga (2003), entende prática como a reinvenção constante da técnica na contingência da ação.

A prática associa-se a um sistema técnico que possibilita o desenvolvimento da ação no estabelecimento familiar que segundo Mazoyer (1987), citado por Figueiredo (2001), faz

referência ao sistema técnico, que passa a ser uma combinação de atividades técnicas postas em prática pelos estabelecimentos agrícolas de uma determinada região.

Milleville (1987) citado por Villaret (s/d, p.10), argumenta que “una práctica, al contrario de una técnica, no es reductible a reglas y principios de acción. En realidad proviene de una elección del productor, de una decisión coherente que toma, considerando sus objetivos y sus condiciones de producción”.

Nesta dissertação, as práticas são entendidas como um conjunto de saberes e ações construídos de acordo com a lógica familiar, nas relações com a natureza, enquanto que as técnicas são os recursos utilizados para o desenvolvimento destas práticas.

Estudar práticas realizadas por famílias requer também averiguar outros conceitos.

Nos estudos de Lenoir (1998) e Saraceno (1997), a família é uma construção social que indica o modo de fazer parte de um grupo homogêneo dotado de coesão. Descrita como um “circulo” onde os indivíduos entram ou do qual são excluídos. Trazendo o conceito para o estudo de famílias agrícolas outros autores dizem que:

Nas sociedades industrializadas, a unidade de produção é a família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base das relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objeto essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar (LAMARCHE, 1995, p. 104).

Chayanov (1974), citado por Woorttmann (1995, p.29-30), assegura que “a família era considerada como um conjunto de produtores e consumidores, quer dizer, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal e nos filhos, podendo-se agregar outros membros”. Sendo assim, a família para Chayanov era vista como um grupo doméstico do qual seus membros independiam das relações de parentesco. Analisada de forma econômica, seguia uma lógica onde a razão consumidores e produtores modificava-se ao longo do ciclo

de desenvolvimento do grupo doméstico, ou seja, de acordo com o nascimento e o crescimento dos membros. O dispêndio da força física no grupo doméstico se estabelecia para garantir o equilíbrio entre a unidade de produção e a unidade de consumo. As análises de Chayanov concentravam-se nos limites da unidade doméstica, não levando em conta as relações e hábitos culturais entre famílias.

Mendras (1978), constrói suas argumentações sob o conceito de grupo doméstico, isto é, aquele que se constitui pelas pessoas que vivem “segundo a expressão dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho” (p.65). Por isso, as atividades econômicas se estabelecem para garantir o patrimônio do grupo doméstico que mora na mesma casa, independente das relações parentais. Segundo este autor, em algumas situações como o aumento de patrimônio e a redução do grupo doméstico, os não parentes podem ser incluídos à parentela através de ritos simbólicos como o de troca de sangue no grupo camponês de eslavos do sul da Europa, conhecido como Zadruga, onde agrega-se um estrangeiro transformando-o em irmão de sangue de um Zadruga.

Considero relevante para o estudo de Monte Sião os elementos levantados pelos autores acerca da importância das relações parentais e não parentais na construção de grupos camponeses. Desta forma, utilizo este olhar para enxergar um pouco além, isto é, em espaços cujo cotidiano de práticas agroextrativistas desenham a vida entre famílias, estendendo os laços para as relações não parentais.

Essa ressalva decorre das minhas observações de campo, provenientes da permanência em Monte Sião, através da continuidade do trabalho de campo durante oitenta e cinco dias intercalados em quatro viagens em 2005 e duas em 2006 e que se substanciam no referencial teórico acima citado.

### 3.1 – A pesquisadora vivendo Monte Sião

A primeira viagem ocorreu entre os meses de abril e maio de 2005, com um tempo de permanência de onze dias em Monte Sião. Nesta viagem, hospedei-me na casa da família do agente comunitário escolhido para atuar no PROAMBIENTE e que é um dos agricultores cadastrados para ser beneficiado com o pagamento dos serviços ambientais.

A partir de conversas com a família do agente e com outros moradores obtive informações sobre as pessoas mais idosas da comunidade. A fim de compreender um pouco sobre o histórico do lugar fui em busca das pessoas indicadas que eram Dona Ricardina Tavares, antiga parteira, com 95 anos e o senhor João Garcia de 65 anos. Aproximei-me de dona Ricardina no culto do dia das mães em 2005, mas não obtive grandes resultados por conta de uma certa desconfiança da moradora ao revelar histórias para alguém que, naquele momento, era uma estranha. Quanto ao senhor João, este, se encontrava fora da comunidade no primeiro período em que permaneci em campo.

Parti em busca de outros informantes, também citados pelos moradores, tendo desta vez, informações relevantes para a pesquisa. Conversei com a agente de saúde da comunidade sobre alguns aspectos de saúde e de moradia local. No entanto, era preciso entender como surgiu Monte Sião e como era, no passado, o local. Das indicações, o nome que mais apareceu depois dos nomes de moradores mais antigos para informar esses aspectos foi o do senhor Raimundo Martinho Azevedo, conhecido como Zito.

Zito é o atual presidente da associação e um dos fundadores da igreja Monte Sião que deu origem ao nome atual da comunidade. Precisei ficar em campo além do tempo previsto para poder conversar com o morador e sua esposa. No primeiro dia, marcado para a conversa, não deu certo porque o agricultor precisou ir para a roça. No segundo dia consegui

conversar com ele e a esposa dona Emilia. Necessitei gravar a conversa para não perder a riqueza de informações reveladas pelo casal.

Nesse período, aproveitei para fazer a primeira visita na associação e me apresentar para as famílias, explicando sobre o meu trabalho. Com o caderno de campo sempre a mão observava e anotava o cotidiano das famílias. Um dos primeiros fatos percebidos foi a importância do açaí que era o produto mais utilizado no dia-a-dia das famílias. Ressalto este fato que será retomado mais adiante quando estiver refletindo sobre os sistemas de produção agroextrativistas.

Na segunda viagem, realizada em julho de 2005, permaneci na comunidade por quatorze dias e na terceira, ocorrida em outubro do mesmo ano, permaneci doze dias. Nesses vinte e seis dias fiz as dez entrevistas gravadas com os casais selecionados.

As entrevistas foram semi-estruturadas, acompanhadas de um roteiro com perguntas abertas (anexo E, p. 123 a 125). Ressalto três perguntas como: O que você sabe sobre a história da comunidade? Como surgiu? Que atividades as pessoas exerciam no local? que foram importantes para compreender as atividades nos seringais e na exploração das madeiras desenvolvidas pelas famílias no passado e no presente local.

Outras perguntas como: De onde eram coletados os produtos? Quais eram os produtos? Atualmente quais são as plantas nativas existentes na propriedade? Quais são as cultivadas? contribuíram para observar quais as plantas que ainda restavam nos estabelecimentos familiares e quais eram fornecedoras de PFNMs.

Sobre as mudanças nas práticas sócio-culturais e técnicas de produção perguntei se as práticas propostas pelo PROAMBIENTE, referentes aos serviços ambientais, eram diferentes das práticas exercidas pelas famílias em Monte Sião? As respostas possibilitaram o entendimento sobre os processos de reelaboração de práticas em Monte Sião.

Para chegar até os estabelecimentos familiares e fazer as entrevistas fui acompanhada por duas meninas de quatro e oito anos que, por conhecerem todos os moradores de Monte Sião, percorreram comigo as veredas da comunidade localizando as famílias.

A quarta viagem ocorreu em dezembro de 2005, somando vinte dias de trabalho de campo. Esse período foi importante para a verificação de dados e fazer contatos que ainda não tinham sido estabelecidos.

Neste momento consegui entrevistar de maneira informal as duas pessoas mais antigas do local - Dona Ricardina Tavares de 95 anos e o senhor João Garcia de 65 anos -. Foram entrevistas prazerosas e descontraídas a beira do rio Capim e que me deram dados relevantes sobre a história e as práticas locais, com precisão de datas e acontecimentos entre o passado e o presente. Tedesco (2002), demonstra a importância de estudos, cuja referência é a memória para analisar o vivido tornando o tempo passado presente.

A quinta e sexta viagem ocorreram em fevereiro de 2006, somando vinte dias e em março de 2006 permanecendo em campo durante oito dias. Um tempo maior na comunidade foi fundamental para o aprofundamento de alguns dados, participação em celebrações religiosas como cultos, participação de atividades do PROAMBIENTE como um dia de campo e de socialização de experiências entre agricultores, técnicos e pesquisadores, realizado no mês de fevereiro, na propriedade do agente comunitário. Nesse período, aproveitei para obter informações nas conversas informais com os agricultores sobre os sacrifícios e ganhos acerca das atividades na roça e na coleta do açaí. Também acompanhei atividades realizadas na casa do agente comunitário pelas mulheres da comunidade e pelo

Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MINEPA<sup>11</sup>, cujo objetivo foi a troca de experiências sobre o aproveitamento de recursos naturais na culinária e na farmácia natural.

Outro elemento a destacar foi a utilização do caderno de campo sempre presente entre eu e os informantes, servindo como um recurso fundamental na pesquisa qualitativa. Teixeira (2003), destaca que o pesquisador precisa, usando a lógica da análise fenomenológica, compreender os fenômenos através da sua descrição e interpretação. Sendo assim, o caderno de campo foi um instrumento importante para a construção do meu objeto de pesquisa pois, utilizando as anotações, os dados bibliográficos e a vivência em campo consegui construir o meu objeto delimitado na compreensão das práticas sócio-culturais e técnicas de produção desenvolvidas pelas famílias nos sistemas de produções agroextrativistas, com destaque para as plantas fornecedoras de PFNMs de Monte Sião, no município de São Domingos do Capim.

---

<sup>11</sup> O MINEPA- foi criado em 1993. Funciona no município de Capanema e tem como objetivo fortalecer os grupos de mulheres do Nordeste Paraense, para a superação das desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento humano de forma integral e sustentável.

### **III - Exploração predatória, intensificação de práticas e a escassez de recursos: o ontem e o hoje em Monte Sião**

#### **1 - Da borracha a madeira: o período de 1970 ao final de 1990 em Monte Sião**

No período de 1970 no local não existia a estrada que dá acesso a São Domingos do Capim e nem barcos a motor, algumas famílias deslocavam-se utilizando pequenas canoas. Neste período, o local era conhecido como sítio São João ou sitio Nossa Senhora da Conceição, em decorrência da organização religiosa que se constituía.

Nas entrevistas e conversas informais os agricultores fazem referência a um movimento religioso, composto por católicos, que organizavam reuniões aos domingos nas casas dos moradores. Conceição (2002), estudando o Nordeste Paraense demonstra que a igreja católica atuava, especialmente, sob a ordem dos Barnabitas da prelazia de Bragança que realizavam trabalhos de formação educativa, principalmente, sobre princípios do associativismo, de organização popular e técnicas agrícolas com a população ribeirinha de vários municípios da região como Irituia, São Domingos do Capim entre outros municípios.

Segundo os agricultores, a partir desse período o local começou a ser chamado de comunidade. Castellanet, Hébette e Henchen (2000), citam que a origem do termo comunidade se deu nos grupos que se desenvolveram com base nos princípios da igreja católica.

Wagley (1957), pesquisando em uma comunidade amazônica argumenta que:

Em toda parte as pessoas vivem em comunidades - em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura

parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como são na realidade.

Desta forma, o termo comunidade indica algo além de uma demarcação do espaço territorial onde as famílias circulam. Comunidade pode indicar pessoas que compartilham de sentimentos, hábitos comuns em seus espaços e situações criadas pelos grupos.

Tomando esse entendimento, sobre comunidade para este trabalho, apresento Monte Sião que no período de 1970 era constituída por alguns sítios<sup>12</sup> onde moravam poucas famílias. Os sítios maiores eram de propriedade de duas famílias: a família Garcia, cujo sítio era chamado de São João e que deu origem ao primeiro nome do local, e o sítio da família Tavares. Cada sítio era conhecido por seu respectivo nome como, por exemplo, onde funciona a associação era conhecido como sítio São Pedro. O local onde funciona a escola e a igreja era sítio São João. Cada família era conhecida por seus sítios e segundo os moradores os registros de nascimento no cartório constam que os moradores mais antigos, como alguns membros da família Tavares, da família Garcia, da família Almeida e da família Batista nasceram em sítios.

Aos poucos, o local foi crescendo com a união de vários casamentos entre as famílias de Monte Sião e entre as outras famílias que foram chegando no local como a Azevedo, proporcionando o surgimento de novos sítios.

As atividades realizadas pelas famílias mais antigas, ou seja, a primeira geração dos Garcia, segundo entrevista informal com o patriarca da família, concentravam-se na roça de mandioca utilizando o sistema de corte e queima em áreas que atingiam de 8 a 10 tarefas<sup>13</sup>, na pesca de anzol ou rede, na caça de animais (quadro II, p.34).

---

<sup>12</sup> Os sítios são espaços onde espécies vegetais diversificadas são plantadas. Alguns agricultores denominam os quintais de sítios. A denominação depende da forma de utilização do espaço.

<sup>13</sup> Tarefa corresponde a um terço de hectare

Quadro II- animais mais citados para a caça

ANIMAIS PARA A CAÇA	
Nome comum	Nome científico
Paca	<i>Agouti paca</i>
Tatu	<i>Cabassous unicinctus</i>
Cutia	<i>Dasyprocta primnolopha</i>
Veado	<i>Mazama americana</i>
Macaco	<i>Cebus apella</i>

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em dezembro de 2005

Além da caça, as atividades de cultivo de banana e cacau<sup>14</sup> e criação de porcos também aconteciam. A criação de porcos foi gradativamente desaparecendo em decorrência de conflitos entre os agricultores que cultivavam banana e cacau e os que criavam porcos soltos no local.

As famílias realizavam também a extração de alguns produtos como o açaí<sup>15</sup> sendo extraído de touceiras nativas nas matas que era utilizado basicamente para consumo com a comercialização de uma pequena parte. Segundo os agricultores era pouca a quantidade existente nos estabelecimentos familiares, devido o mercado ser incipiente, diferente de hoje.

A produção local de banana, farinha, cacau, castanha do Pará<sup>16</sup> e alguns produtos florestais como sementes era comercializada em Belém. Um dos entrevistados revela que o mercado consumidor de São Domingos era pequeno, por isso, vendia suas mercadorias aos domingos em Belém, e aproveitava para comprar querosene, sal, açúcar e outras mercadorias para revender em um pequeno comércio em sua casa.

Com o crescimento do mercado exportador de borracha e a abundância de seringais nativos na comunidade as famílias passam a investir, também, na prática de extração de látex dos seringais em suas propriedades. No início de 1980 a segunda geração das famílias Garcia,

<sup>14</sup> Os nomes científicos encontram-se no quadro IV p. 53,54

<sup>15</sup> O nome científico ver quadro IV p. 53,54

<sup>16</sup> O nome científico ver quadro IV p. 53,54

Tavares e Batista, juntamente com a primeira geração de algumas famílias que chegam ao local como a Ferreira investem na extração de látex conforme relato:

“cortei seringa muito tempo, cortei seringa umas faixa mais ou menos uns cinco anos e pouco, aqui tinha seringal, aqui que a gente andava com a escada, chegava na seringueira encostava a escada, tinha seringueira que era cortada mais de 20 palmos de árvore, mais de cinco metro de árvore, a gente andava com escada no ombro, o balde de leite dum lado e a escada do outro né, pra corta lá em cima que daqui depois, levantava desde daqui de baixo, inclusive tinha umas seringueiras que era cortada desde a raiz.....pra tira o leite” (agricultor da comunidade).

Dados informais, principalmente em conversas nas cozinhas das casas com as mulheres, revelaram a presença feminina nas atividades de extração de látex e manuseio do produto ao chegar na propriedade.

Segundo as famílias, a atividade de extração do látex era pesada e cansativa. Depois da coleta, o produto passava por alguns processos como o “leite em látex” que, para não embolar, era misturando com amoníaco em latas. Este látex, era vendido em latas de vinte litros, por C\$45,00 (quarenta e cinco cruzeiros), para as empresas as quais controlavam a qualidade do produto para evitar a adição de água. Outro processo era o da “borracha defumada”, que era transformada na medida em que o látex era derramado lentamente sobre uma vara. Enquanto girava-se a vara sobre a fumaça de um fogareiro de lata, o látex transformava-se em borracha. Segundo os agricultores, neste segundo processo, alguns agricultores misturavam barro junto ao látex, para que a borracha alcançasse um bom peso na hora da venda. O terceiro processo era o da “coalhada”, no qual fazia-se um buraco na terra depositando-se o látex, sendo transformado em coalhada até endurecer. Tanto a borracha defumada quanto a coalhada eram vendidas por C\$3,00 (três cruzeiros) o quilo.

As vendas do látex aconteciam de forma direta para fábricas de Belém, no caso, a COPALA, porém, como quase sempre aconteciam roubos nas embarcações os agricultores passaram a vender o produto para marreteiros que chegavam a Monte Sião, ou para

marreteiros que moravam nas comunidades próximas, estabelecendo uma rede de comercialização:

Eu vendia pro rapaz que tinha uma taberna aqui na frente, e eu vendia pra ele, ele que comprou os cadilhos pra mim, né e aqui ele comprava também eu dava pra ele, porque acho que o preço dele era bom, né, compensava. (...) É, ele já levava direto para a Copala... parece comprava, uma loja em Belém, né, que ele comprava e levava pra lá, né (agricultor da comunidade)

A extração do látex obedecia um itinerário estabelecido por cada agricultor

Tinha! Era...pra mim tinha um horário. Sempre teve um horário, né, mas tinha uns que pegavam mais cedo, outros pegavam mais tarde, né. E eu, como a área que eu cortava era grande, de seringa, eu começava sempre 1 hora da madrugada, né. (...) É, até porque é o melhor horário e porque eu queria que sobrasse o dia pra mim fazer outro serviço, né.(agricultor da comunidade)

Segundo os entrevistados, no início da atividade no seringal alguns não tinham ferramentas e nem os cadilhos<sup>17</sup>, por isso, o comerciante cedia os cadilhos e em troca os coletores lhe pagariam com o látex das primeiras coletas.

A extração do látex era diária com pausa somente aos domingos. Desta forma, a venda do produto ocorria no final de cada semana, geralmente aos sábados, quando os agricultores aproveitavam o dinheiro para fazer compras de alimentos para a família.

A extração também ocorria através de sistemas de arrendamento que consistiam em pagamentos em áreas de terceiros para explorar o produto. Outro sistema utilizado era o de meia, onde o látex, em latas ou a borracha em quilo, eram divididos entre o extrator e o dono do seringal após a colheita.

A entrada na floresta a procura das seringas intensificou o processo de exploração predatória e desflorestamento de algumas áreas que, posteriormente, passaram a ser local para o cultivo de roças na comunidade.

Nesse período, simultaneamente ocorre a exploração de madeira e segundo os moradores o piquiázeiro era uma das espécies mais procuradas.

---

<sup>17</sup> Cadilhos: pequenos recipientes de alumínio utilizados para coletar o látex

Scholz (2002, p.78), ao analisar a exploração madeireira relata que nos anos de 1970 as explorações de madeira em toras representavam 60% das exportações paraenses do setor madeireiro, cita que “em 1972, foram exportadas 44 espécies, 90% das exportações foram cobertas por oito espécies, sendo que, a virola, o mogno e a andiroba representavam 83% das exportações. Nos anos 1980 o número de espécies exportadas para o exterior diminui pois, segundo Scholz (2002), havia necessidade de suprir o mercado moveleiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil, cujas reservas de matéria prima estavam esgotando-se, deslocando a exploração em grande maioria de forma predatória para o Estado do Pará.

A abertura de estradas, principalmente a Belém- Brasília, possibilitou o acesso a áreas de matas primárias que guardavam grandes reservas naturais. A abertura de estradas também possibilitou o ingresso de serrarias e de indústrias que negociavam madeira com as populações locais.

Segundo os agricultores de Monte Sião, o serviço com a madeira durava semanas e obedecia algumas etapas. Primeiro identificava-se as árvores que quase sempre estavam umas distantes das outras. Depois usavam o machado ou uma roladeira<sup>18</sup> para cortar as árvores.

A madeira, após o corte, era retirada da floresta amarrada com cordas e arrastada, ou sendo rodada, sobre tábuas para o igarapé, onde era transformada em jangadas para facilitar o transporte até os locais de venda.

Segundo Brienza, Vieira e Yared (1995, p. 04), as etapas de derruba das árvores, o arraste das toras e o transporte afetam diretamente os componentes do ecossistema florestal e isto pode ser verificado em Monte Sião onde algumas áreas foram alteradas.

Um agricultor recorda a época que vendia madeira:

---

<sup>18</sup> Roladeira, segundo os moradores, é uma ferramenta utilizada para cortar as árvores, manuseada por dois homens assemelha-se a um grande serrote.

“inclusive eu ainda quando a gente morava naquele terreno lá em baixo ainda tirei uma jangada de 120 toras de virola e levei pra lá isso tá com que, 20 e poucos anos a 25 anos, nunca mais eu fiz um prometimento que eu tirei 120 de virola pra chega lá e fazer 40 e poucos cruzeiros”.

A madeira era vendida para uma serraria na vila de Nova Aliança, nas proximidades da comunidade. Segundo o agricultor, o proprietário da serraria poderia revender as cento e vinte toras por mais de C\$2.000 (dois mil cruzeiros) ou transformar em dúzias de tábuas. Na década de 1980, existiam quatro serrarias em São Domingos do Capim, cujos proprietários ou seus empregados visitavam as propriedades para negociarem com os agricultores.

Entre as madeiras mais citadas para venda destacavam-se a andiroba e o cedro<sup>19</sup> para fazer moveis, a massaranduba, o cupiúba, o jatobá, guaruba, jarana, castanheira e marupá<sup>20</sup> para fazer casas.

Nos anos 1990, além da compra de madeiras de grande valor, como a andiroba, os comerciantes investiam nas madeiras brancas, como o marupá. Eram assim denominadas por serem abundantes e com valor menor no mercado. Com o passar dos anos as madeiras foram ficando cada vez mais distantes, localizando-se no fundo dos estabelecimentos rurais dificultando o transporte das toras.

Informalmente, um agricultor relatou-me que na época seu primo chegou a plantar cinco mil pés de marupá, de onde tirava uma grande parte do lucro das vendas para o sustento da família, vendendo para vizinhos e comerciantes. O marupá serve para a construção das casas, sendo madeira utilizada para fazer assoalhos e tábuas de paredes.

Com a diminuição das atividades no seringal e as proibições na extração de madeira os agricultores voltam-se para o investimento nos cultivos de banana e do cacau. Nesta época, os bananais começaram a ser atingidos por pragas causando a diminuição das plantações, redirecionando a atividade para os cultivos de mandioca que tem garantia de venda através da comercialização da farinha.

---

<sup>19</sup> Ver nome científico no quadro IV p. 53,54 e quadro V p.56, 57

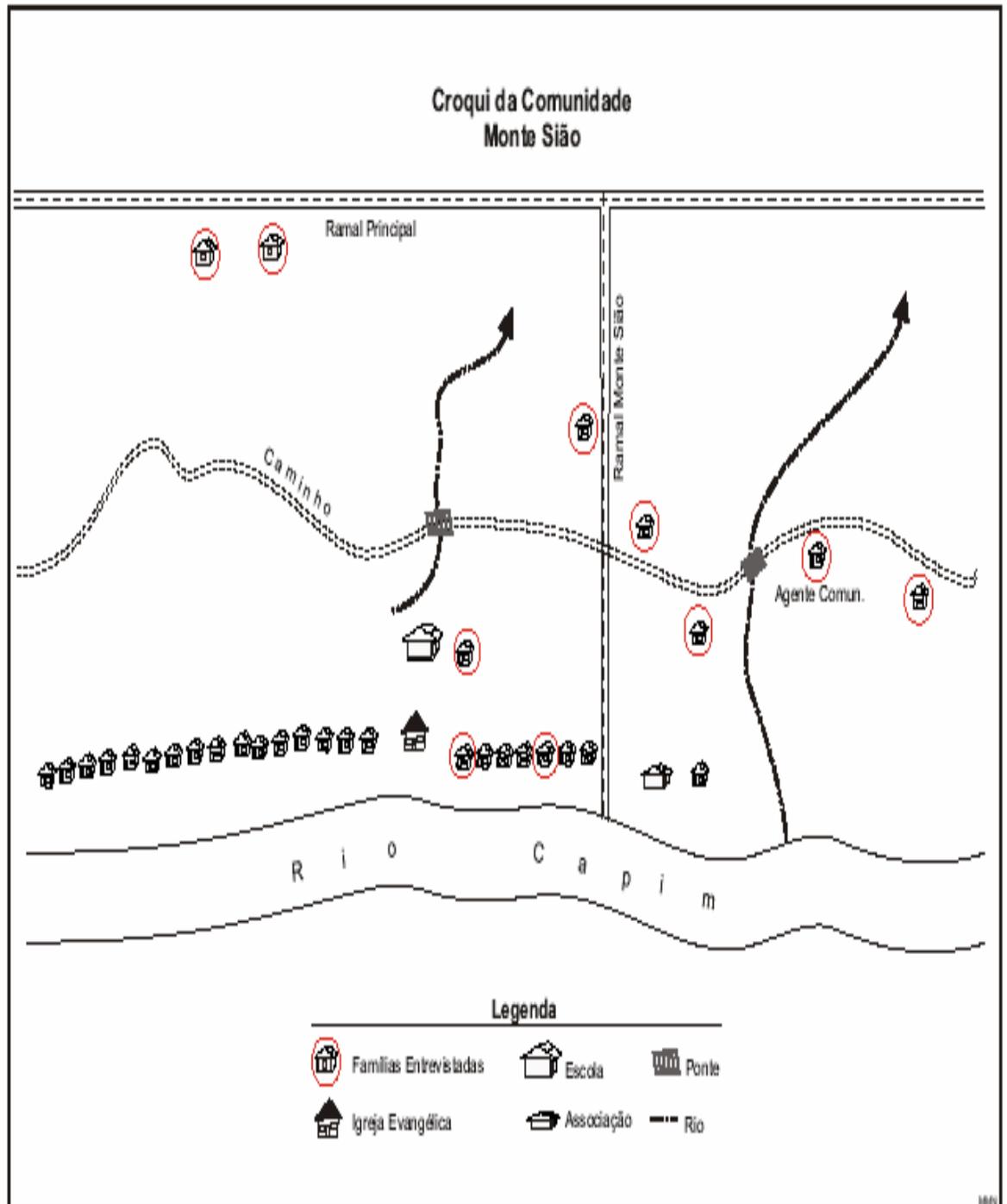
<sup>20</sup> O nome científico encontra-se no quadro IV p. 53, 54

## **2 - Um olhar sobre Monte Sião nos dias de hoje com o Proambiente**

A comunidade de Monte Sião está localizada à quarenta minutos de barco do município de São Domingos do Capim. Esse percurso também pode ser feito por moto-táxi pela PA 127, entrando nos ramais de Urucuritêua e Monte Sião, levando aproximadamente cinco quilômetros para se chegar na área de pesquisa.

A área é cercada atualmente por algumas fazendas como a de Fátima, Tarcisio e Manoel Nonato. Segundo os agricultores, são aproximadamente seis fazendas onde uma grande parte das terras eram de agricultores de outras comunidades que venderam para os fazendeiros.

A população atual é constituída por trinta e duas famílias, sendo apenas dez escolhidas para a pesquisa. Das dez, existem em média, seis pessoas por família, totalizando sessenta pessoas, distribuídas em casas de madeira, algumas construídas sobre palafitas as margens do Rio Capim e outras nas áreas de terra firme próximas da estrada ( figura 2, p.40).



**Figura 2-** Croqui da comunidade

**Fonte:** Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

O local foi denominado de Monte Sião a partir de 1990 quando um grupo de moradores reuniram-se nas casas realizando pequenos cultos. Nesse período, foi construída uma igreja evangélica de madeira – Assembléia de Deus, e que hoje é de alvenaria, cuja pintura branca de sua fachada dá um certo destaque ao ser olhada dos barcos que se aproximam da comunidade.

No mesmo terreno da igreja existe uma escola Nossa Senhora da Conceição, construída pelos moradores há quatorze anos. Apesar da denominação católica no nome da escola ela oferece estudos religiosos evangélicos.

No início desta pesquisa a escola tinha uma única sala de aula sendo o espaço interior dividido por uma grande mesa retangular. Atualmente, a escola é de alvenaria, recém construída pela Prefeitura de São Domingos do Capim onde funcionam as quatro séries do ensino fundamental I com quarenta e cinco alunos distribuídos em dois horários. Deste, dezessete estudam no turno da manhã e vinte e oito no turno da tarde.

O turno da manhã oferece somente o ensino da primeira série. Dos dezessete alunos quatro são meninas e treze meninos. No turno da tarde dos vinte e oito alunos vinte e dois são meninos e seis são meninas. O ensino da tarde oferece estudos de segunda, terceira e quarta séries, ministrados juntos na única sala de aula da escola.

A escola de Monte Sião depende dos professores pagos pela prefeitura de São Domingos do Capim. Os alunos que precisam concluir o ensino fundamental e médio deslocam-se para São Domingos diariamente.

Monte Sião não tem energia elétrica pública, sendo que algumas famílias utilizam bateria para ver televisão; não dispõem de comércio, provocando o deslocamento dos agricultores para São Domingos do Capim a fim de comprarem alimentos salgados e outros artigos; não dispõe de água potável fazendo com que algumas famílias busquem fontes de

água em outras comunidades próximas ou utilizem a água do Rio Capim, o que é mais comum.

O local também não dispõe de posto de saúde. Alguns atendimentos são feitos por uma agente de saúde que divide seu tempo entre Monte Sião e duas outras comunidades, causando um certo descontentamento entre alguns moradores que reclamam sobre a demora do acompanhamento. Outro atendimento à saúde acontece através de consultas uma vez por mês realizados na escola, segundo os moradores, por duas médicas contratadas pela prefeitura.

## **2.1 – A relação das famílias com o PROAMBIENTE**

A comunidade dispõe de uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais – APEPA, que funciona há cinco anos, cujo primeiro presidente e um dos fundadores é o agente comunitário do PROAMBIENTE pertencente a família Ferreira (figura 3, p. 43).

A sede da associação foi construída de madeira tendo um único cômodo no formato de barracão. Em 2005 foi oferecido estudo para os associados jovens e adultos através de um curso de ensino fundamental I “Todas as letras” organizado pela central dos trabalhadores – CUT-PA e governo federal, tendo ministrado o curso a esposa do agente comunitário do PROAMBIENTE. Em março de 2006 os agricultores associados iniciaram a construção de um “galinheiro ecológico” na propriedade do agente comunitário que segundo os participantes deste projeto, é considerado ecológico pois fornece alimento natural às galinhas. Este processo consiste em retirar aos poucos a ração industrial para substituir pela que está sendo desenvolvida pelos próprios agricultores que misturam o milho com sementes de murumuru e cascas de frutas.

Das trinta e duas famílias existentes no local trinta fazem parte da associação. No entanto, a participação, em média, regula entre dezoito a vinte famílias, dependendo das

atividades que serão abordadas nas reuniões. Das famílias associadas que participam, dez optaram pelas propostas dos serviços ambientais do PROAMBIENTE conforme (figura 3) a seguir.

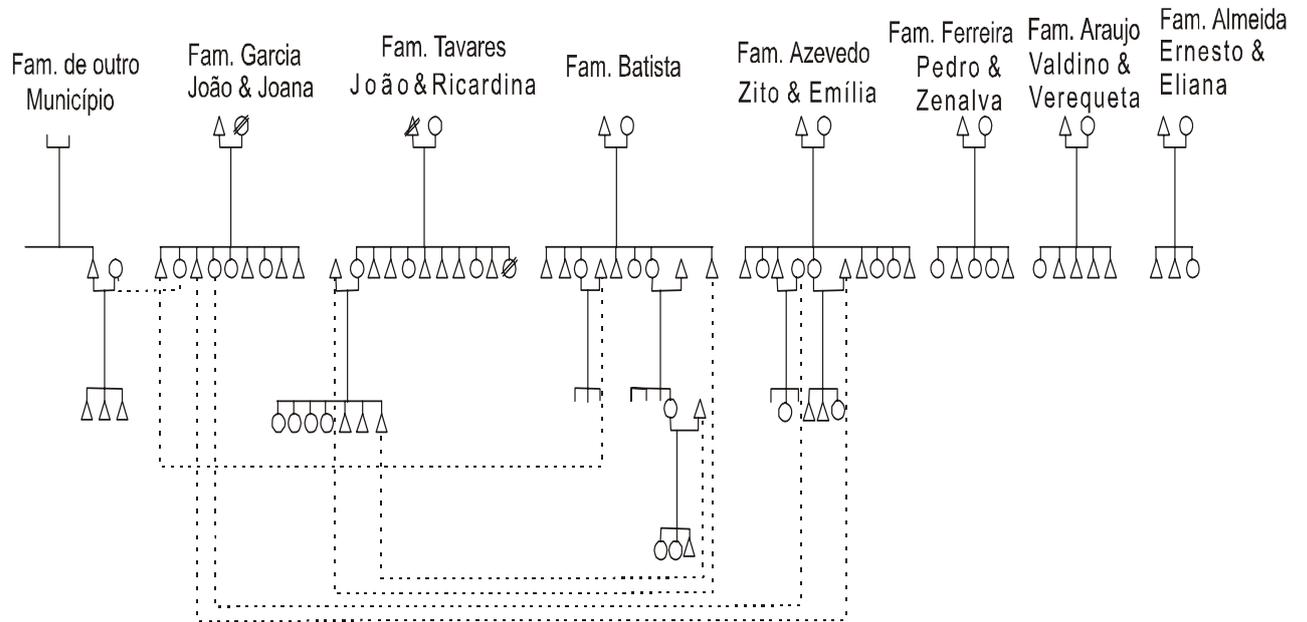


Figura 2 - Organograma das relações de parentesco das famílias do PROAMBIENTE.  
Fonte: Dulcilene A. de Castro, Dezembro de 2005.

Legenda 1:  $\triangle$  = Sexo masculino  
 $\circ$  = Sexo feminino  
 --- = Aliança através de casamento  
 / = Formação de família

Segundo as famílias entrevistadas a não adesão de todos os associados deve-se ao receio das regras estabelecidas pelo Programa que determina que a roça sem queima é um ponto indiscutível, por isso, muitos temem, não acreditam e não querem esperar os resultados que virão à longo prazo.

Entre as dez famílias que optaram pelas propostas encontramos dois membros da segunda geração da família Azevedo que se casaram com membros da segunda geração dos Garcia, assim como, um membro da segunda geração dos Garcia que se casou com um membro da família Batista. Um casamento entre um membro da família Garcia e um membro de uma família de outro município foi identificado.

Também fazem parte um membro da segunda geração da família Tavares que casou-se com um membro da segunda geração da família Batista, assim como, um membro da terceira geração da Família Tavares uniu-se com um membro da terceira geração da família Batista.

Estão incluídas, entre esse grupo de dez, a família Almeida que já era da comunidade e aquelas que chegaram em Monte Sião no espaço dos anos 1980 a 1990 e que não fazem parte da descendência dos Garcia e dos Tavares como é o caso das famílias Azevedo, Ferreira e a Araújo. Salvo a família Azevedo as demais não estabeleceram casamentos em sua segunda geração na comunidade como a Ferreira e a Araújo, por terem filhos menores de idade, assim como, a família Almeida que apesar de ser de Monte Sião não estabeleceu casamentos em sua segunda geração.

Desta forma, a maioria das pessoas que constituíram famílias e fazem parte do Programa pertencem a descendência dos Garcia e Tavares, que são as famílias mais antigas do local. Entretanto, vale ressaltar que a família Ferreira tem uma participação importante na organização local através do repasse de práticas e ações a valorização do meio ambiente.

Independentemente das relações de parentesco e de não parentesco as famílias participantes do PROAMBIENTE deram continuidade as prática da roça, a extração do látex

da borracha somado a coleta de produtos da mata, construindo o perfil agroextrativista de parte das famílias de Monte Sião.

As propriedades na comunidade tem áreas que variam de cinco a sessenta e seis hectares e estão localizadas nos dois tipos de ecossistemas existentes que são as várzea do Rio Capim e as áreas de terra firme. As entrevistas indicam que os cadastros de terras e os títulos de terras das famílias foram emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nos anos de 1980, e que em muitos estabelecimentos familiares existem mais de uma casa construídas para abrigar os filhos casados. Todos os estabelecimentos familiares possuem matas secundárias ou capoeiras.

O deslocamento dentro da comunidade de Monte Sião pode ser feito através de uma estrada que cruza uma parte dos estabelecimentos, o igarapé urucuritêua e pela estrada construída pela prefeitura. No período chuvoso a maré sobe alagando os caminhos, deixando-os quase intrafegáveis.

O rio é o caminho natural para a movimentação onde pequenas canoas e barcos a motor circulam para atender as necessidades dos moradores. Ele também é utilizado para pesca de subsistência e para o lazer das crianças.

Algumas vezes, observando as crianças percebi que o rio representava uma rua onde as crianças apostavam corridas utilizando canoas, ao mesmo tempo que servia como local das brincadeiras para o arremesso de objetos como sandálias, roupas e outros para poder resgatá-los através do nado até o objeto.

## **IV - O cotidiano das práticas agrícolas e os Produtos Florestais não Madeireiros- PFNMs**

Durante o período em campo participei de algumas atividades culturais, políticas e religiosas na comunidade como festejos do dia das mães em 2005, cultos evangélicos e reuniões na associação em 2005 e 2006, a fim de compreender os processos de sociabilidade e de aproximar-me dos moradores. Percebi que a vida em Monte Sião circula em torno do processo organizativo que se constrói através da Associação e das atividades agroextrativistas que se estabelecem no repasse das práticas entre as famílias.

### **1 - Práticas agroextrativistas**

As atividades agroextrativistas são desenvolvidas em diferentes espaços tais como os quintais, os sítios e em outros ambientes criados nos estabelecimentos de produção familiar.

O cotidiano das famílias ainda se estabelece em atividades que envolvem a criação de pequenos animais, a caça que indica a diminuição de espécies como o tatu e o desaparecimento do veado; a roça de mandioca cultivada em área que não ultrapassa cinco tarefas; a coleta de frutas, fibras, óleos e sementes; o cultivo de banana e cacau associados com outras plantas como o cupuaçu<sup>21</sup> e o açaí.

A venda de madeira, mesmo não sendo confirmada nas entrevistas gravadas ainda acontece de acordo com relatos informais dos moradores por preços que variam de trinta a cinquenta reais, a tora.

A venda de palmito também acontece para empresas instaladas em São Domingos do Capim, Santa Maria e Belém.

Neste contexto, perguntas do tipo *quais são as práticas com plantas fornecedoras de PFNMs desenvolvidas pelas famílias selecionadas? a exploração predatória de muitos*

---

<sup>21</sup> Ver quadro IV p. 53,54

*recursos naturais, principalmente da madeira e o uso desordenado do fogo motivaram ações para uma reelaboração das praticas?* ajudam na problematização deste estudo sobre as praticas sociais das famílias que fazem parte do PROAMBIENTE, onde os PFNMs dos sistemas agroextrativistas de cada estabelecimento familiar no uso cotidiano das famílias, passam a ser compreendidos a partir das interações sociais com as atividades estabelecidas.

## **1.2 - As roças**

Segundo as famílias entrevistadas, atualmente as roças são preparadas em espaços entre o cultivo de uma roça e outra em menos de três anos de pousio<sup>22</sup>. Conseqüentemente, muitas áreas já apresentam capoeiras finas<sup>23</sup> com baixa fertilidade dos solos. O preparo das áreas para os plantios ocorre através de técnicas de roça com queima, prática agrícola herdadas dos antepassados. Nesta técnica a área é preparada com o corte da vegetação utilizando-se foices ou terçados, usando-se raramente o machado pois ele é necessário para fazer novas aberturas na mata a procura de novas áreas para implantar a roça. Neste processo, sempre existe a derrubada de árvores. O comum é o preparo das áreas próximas ao centro<sup>24</sup> que possuem capoeiras finas não necessitando do machado. Após a derruba ocorre a queima, seguida do plantio, cavando-se covas no chão com a enxada para plantar a mandioca. Esta técnica corta e queima a biomassa vegetal.

A fertilidade do solo neste momento é elevada devido as cinzas que corrigem a acidez do solo servindo de fertilizante natural conforme Juo e Manu (1996), citados por Pereira e Vieira (2001, p.338). No entanto, a utilização intensiva da mesma área em períodos curtos, sem um tempo maior para o pousio, provoca o desgaste do solo, aumenta o desmatamento de

---

<sup>22</sup> Tempo que a terra fica em repouso para esperar o próximo cultivo.

<sup>23</sup> Para os moradores capoeiras finas são matas secundárias cuja vegetação arbórea cresce pouco.

<sup>24</sup> Para os moradores o termo "centro" refere-se ao espaço onde está localizada a roça e o retiro. Este último é um local construído com armação em madeira, algumas vezes sem paredes, com um forno de barro onde se prepara a farinha. Ao redor deste ambiente encontram-se algumas espécies frutíferas.

áreas causando a diminuição de populações vegetais nativas como a castanheira, o uxizeiro, a copaíba<sup>25</sup>, plantas fornecedoras de produtos florestais. Além disso, quase sempre essas plantas sofrem com a ação do fogo que ultrapassa o limite das roças no período das queimadas invadindo a mata.

Em Monte Sião, nove das dez famílias estudadas utilizam o sistema de corte e queima para o plantio nos roçados de mandioca. As roças podem ser de verão e de inverno, esta última conhecida como “roça de janeiro”. As denominações de “verão” e “inverno” se estabelecem fazendo referência aos meses de plantio que ocorrem em períodos chuvosos e/ou não chuvosos. É a metáfora as estações do ano no linguajar agrícola.

As roças de verão são plantadas nos meses de julho, agosto e setembro, enquanto as de inverno o plantio ocorre de dezembro a fevereiro, sendo necessário que a queima da área a ser estabelecida a roça ocorra entre os meses de outubro e novembro.

A preparação da terra para o roçado de mandioca se estabelece através de etapas<sup>26</sup> que sucedessem em operações como a broca ou roçagem, a derruba, a queima, a coivara que é a queima dos troncos restantes de uma queima mal sucedida, e o plantio. As capinas são consecutivas ao plantio objetivando manter a área limpa de ervas invasoras.

Segundo as famílias, as roças de inverno são mais trabalhosas por terem uma germinação de capim constante em decorrência das chuvas. Daí a necessidade da queima acontecer no verão para ser satisfatória, deixando a área boa para o plantio.

A escolha dos meses para desenvolver o roçado de inverno depende do planejamento de atividades de cada família. Desta forma, encontra-se umas plantando roças de inverno em dezembro e outras nos meses de janeiro ou fevereiro.

Nas roças de mandioca também são plantados outros cultivos (quadro III).

---

<sup>25</sup> Os nomes científicos estão no quadro IV p. 53,54 e quadro V p. 56, 57

<sup>26</sup> É o itinerário técnico correspondente a cada cultura.

Quadro III- cultivos plantados na roça de mandioca

CULTIVOS MAIS CITADOS	
Nome comum	Nome científico
Milho	<i>Zea mays</i>
Jerimum	<i>Cucúrbita spp</i>
Quiabo	<i>Hibiscus esculentus</i>
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i>

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Essa forma de organização do espaço plantado é chamada de consorciamento. Envolve o cultivo de três a quatro produtos, sendo uns de longa duração e outros de curta duração, plantados na mesma área (WOORTMANN, 1997, p.93). A colheita desses cultivos se dá em períodos diferenciados. O milho é colhido após quatro meses de plantio, o jerimum após oito meses, o quiabo após seis meses. A mandioca é a última a ser colhida, de um ano ou mais após o plantio, quando a roça recebe o nome de “roça madura”, simbolizando o término do ciclo de produção.

As práticas do roçado são desenvolvidas por toda família, porém, as atividades desenvolvidas pelas mulheres estão concentradas no plantio e na colheita. Quanto as atividades desenvolvidas pelos homens, estão distribuídas com maior incidência na derruba e na broca. Estudos de Maués (1993), discutindo sobre gênero e comunidade, apresentam analogias simbólicas do homem e da mulher referente às atividades com a terra, no qual cabe ao homem fertilizar a terra enquanto que para a mulher cabe a função de gestar ou preparar a terra para a colheita dos frutos.

Em Monte Sião o imaginário social acerca do papel feminino não é diferente, mesmo tendo a presença feminina em atividades cuja concentração é masculina, ou seja, na roça e na coleta do açaí, a visibilidade da atividade feminina é vista enquanto ajuda.

Neste cenário, a atividade da roça tem uma etapa subsequente à outra envolvendo a família durante o ano todo na atividade. A fala de uma agricultora expressa a situação

A gente planta essa roça janeiro e fevereiro as vezes, ou dezembro, pode ser dezembro ou janeiro, aí quando a gente termina de plantar já tá bom de capina, aí a gente começa a capina, a primeira capina quando a gente termina, a primeira capina lá pra, agora por exemplo o final de maio a junho ainda ta capinando a primeira capina quando a gente termina a primeira, já ta boa de dá a segunda, a gente não têm sussego de trabalhar. (agricultora da comunidade).

As famílias passam quase o dia inteiro nos “centros” para fazerem farinha, algumas vezes voltam no final da tarde para suas casas. Segundo os agricultores, esse esforço com as roças é bem maior do que com os açazais e traz ganhos menores comparados a venda do açáí. Conversando com uma agricultora pude compreender os ganhos e sacrifícios entre as atividades.

Para produzir duas sacas<sup>27</sup> de farinha, com três pessoas trabalhando, gasta-se aproximadamente seis dias. No primeiro dia os agricultores arrancam a mandioca, colocam de molho no igarapé ou em tanguês. Depois de quatro a cinco dias a mandioca é descascada no igarapé<sup>28</sup>, em seguida é retirada e amassada para escorrer no tipiti<sup>29</sup>. No dia seguinte tira-se do tipiti para peneirar e ir ao forno. O processo no forno consiste em mexer a massa durante muitas vezes, com gestos repetitivos, usando-se uma colher alongada confeccionada de madeira até transformar a massa em farinha.

A penosidade na atividade com a mandioca é bem maior comparada a atividade de coleta do açáí, pois, enquanto o agricultor gasta mais ou menos seis dias na produção para vender uma saca de farinha ao preço médio de trinta reais, com o açáí precisa apenas de menos da metade de um dia, ou seja, alguns minutos para que um único agricultor(a) possa encher uma rasa pequena,<sup>30</sup> que corresponde a três cachos grandes de açáís, para vender a um valor que varia de três a vinte e cinco reais.

---

<sup>27</sup> Segundo a agricultora uma saca de farinha corresponde a uma medida equivalente a quatro latas de manteiga de dez quilos cada.

<sup>28</sup> Este processo de descascar a mandioca e deixar as cascas dentro dos igarapés vem provocando o assoreamento em alguns igarapés de Monte Sião.

<sup>29</sup> o tipiti é um recipiente com a forma cilíndrica e alongada confeccionado de tala de guarumã utilizado para espremer o líquido (tucupi), que sae da mandioca.

<sup>30</sup> uma rasa pequena equivale a uma lata de manteiga de 15 kg.

### **1.3 - Produtos Florestais Não Madeireiros - PFNM**

As práticas desenvolvidas na roça somam-se às práticas com as plantas fornecedoras de Produtos Florestais Não Madeireiros - PFNMs. O termo PFNMs é muito novo na literatura, aparece nos anos de 1980 e 1990 através de alguns estudos. Dentre estes, destacam-se os estudos de Peters et al (1989), Arnold e Pérez (1998), citados por Medina (2003 p.5). Os primeiros exaltavam o uso sustentável de um hectare de floresta nos arredores de Iquito, no Peru, demonstravam a vantagem com os ganhos de PFNMs comparados a exploração madeireira e a agricultura local. Arnold e Pérez reforçam a questão frisando o valor da floresta quando mantida de pé, evitando a derrubada das espécies arbóreas. Essas alternativas refletem a exaustão das florestas tropicais e podem ser compreendidas sob a luz dos estudos de Scholz (2002), no Estado do Pará. Segundo o autor nos, anos de 1990 a indústria madeireira no Pará atingiu um desenvolvimento considerável em decorrência da queda das empresas Asiáticas, o que significou lucros cada vez maiores para a economia na região e a busca cada vez maior de produtos madeireiros para atender a demanda. (SCHOLZ, 2002, p. 15).

Pesquisa realizada por Medina (2003), indica que na região do Rio Capim a expansão madeireira intensifica-se nas comunidades próximas do município de Ipixuna, nos anos de 1980, com a chegada dos pequenos madeireiros que negociavam toras para serrarias. A partir dos anos de 1990 aparecem as empresas de grande porte que passam também a negociar com a população.

O processo de desmatamento na região do Rio Capim e suas conseqüências estimularam pesquisas e estudos na área, revelando o potencial dos produtos florestais não madeireiros para as populações locais.

Shanley; Luz; e Swingland (2002), estudando comunidades na Bacia do Rio Capim consideram ser PFNMs frutos, produtos medicinais, fibras e a caça. Fazem referência a viabilidade na comercialização de alguns produtos em Belém destacando algumas árvores frutíferas como o bacuri, o uxi e o piquiá<sup>31</sup> por terem grande aceitação, sendo frequentemente procuradas pelo mercado consumidor. Em decorrência da demanda comercial para as frutíferas como o bacuri, na micro-região Bragantina “o crescimento do mercado tem estimulado as famílias de agricultores do Nordeste Paraense a reservarem maior quantidade de áreas para a produção do fruto” (MEDINA e FERREIRA, 2003, p. 01).

Ainda pesquisando frutíferas Shanley; Luz e Cynerys (2002), destacam o valor nutricional de algumas frutas para a segurança alimentar das famílias amazônicas, entre estas o jatobá, a sapucaia, o uxi e o piquia<sup>32</sup>. Destacam que estas frutíferas além de satisfazerem as necessidades alimentares das famílias, por serem vendidas no mercado local e regional, também atraem a caça quando ocorre a floração das espécies, principalmente o piquizeiro que é apreciado por muitos animais.

Enquanto a procura pelas frutas sofre variações em decorrência da preferência no mercado, outros estudos de Shanley e Luz (2003), no Rio Capim, apontam plantas medicinais categorizadas também como PFNM, revelando que a procura por plantas com propriedades medicinais ocorre pela alternativa de preços diante dos produtos farmacêuticos, hábitos culturais no tratamento de vários tipos de doenças. Isto reforça e motiva a introdução de novos cultivos nos sistemas de produções.

A aceitação das espécies categorizadas como PFNM que chegam do Rio Capim ao mercado do Ver-o-Peso em Belém é total, citando-se como ilustração as folhas, frutas, flores, sementes, cascas internas e externas e seivas. Sendo as indicações mais comuns para o

---

<sup>31</sup> Os nomes científicos ver no quadro IV p. 53,54 e quadro V p. 56, 57

<sup>32</sup> ver no quadro IV p. 53,54 e quadro V p. 56, 57

consumo o mastruz, para tratamento de verminoses; o chá de quebra pedra, para problemas nos rins; para queda de cabelos e a fabricação de shampoo, o amor crescido; o óleo de andiroba para reumatismo, e para problemas vaginais a verônica<sup>33</sup> (SHANLEY e LUZ, 2003, p. 05 e 07).

Com base nos estudos de Shanley e Medina em comunidades do Rio Capim, neste trabalho parto do pressuposto que os PFNMs são todos os produtos florestais cultivados e/ou nativos como frutos, plantas medicinais, cipós, sementes, ervas, óleos e outros extraídos sem agredir ao meio ambiente.

Estudando as famílias selecionadas de Monte Sião e suas práticas percebi que mesmo a comunidade tendo passado por processos de exploração dos recursos naturais e redução da quantidade de populações fornecedoras de PFNMs, ainda existem muitos produtos desta categoria e que podem ser encontrados enquanto plantas frutíferas, medicinais e essências ao tímido artesanato confeccionado através de sementes, palhas, talas de palmeiras e de outras plantas. As espécies florestais aparecem plantadas em espaços juntamente a outros cultivos agrícolas existentes nas propriedades (quadro IV, p.53 e 54 ).

Quadro IV- plantas existentes nas propriedades

PLANTAS MAIS CITADAS	
Nome comum	Nome científico
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>
Copaíba	<i>Copaifera spp.</i>
Taperebá	<i>Spondias mombim</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao L</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorem</i>
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>
Cajuí	<i>Anacardium pumilum</i>
Limão	<i>Citrus limon</i>
Abricó	<i>Couropita guianensis</i>
Manga	<i>Mangifera indica L</i>
Mamão	<i>Carica papaya L.</i>
Cana de açúcar	<i>Sacharum spp.</i>

<sup>33</sup> ver no quadro IV p. 53,54 e quadro V p. 56, 57

Tucumã	<i>Astrocaryum vulgare</i>
Buriti	<i>Mauritia flexuoso L.</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
Cedro	<i>Cedrola odorata</i>
Marupá	<i>Simarouba amara</i>
Teca	<i>Tectona grandis</i>
Acapú	<i>Vonacapoua americana</i>
Urucum	<i>Bixa orellana L.</i>
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i>
Pau d'arco	<i>Tabebuia heptaphylla</i>
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>
Fruta pão	<i>Artocarpus altilis</i>
Jaca	<i>Artocarpus heterophylla</i>
Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>
Café	<i>Coffea spp</i>
Mogno brasileiro	<i>Swietenia macrophylla king</i>
Mogno amazônico	<i>Swietenia macrophylla molongó</i>
Mogno africano	<i>Khaya ivorensis</i>
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
Uxi	<i>Cuatrec. Endopleura uchi</i>
Jutaí ou jatobá	<i>Hymenaea courbaril L</i>
Guarumã	<i>Ischinosiphon arouma</i>
Pachiúba	<i>Socratea exorrhiza</i>
Banana	<i>Musa spp</i>
Ingá	<i>Ingá spp.</i>
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>
Abacaxi	<i>Ananás comosus</i>
Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i>
Capim marinho	<i>Cymbopogon citratus</i>
Erva cidreira	<i>Lippia Alba</i>
Caatinga de mulata	<i>Aeollanthus suaveolens</i>
Hortelãzinho	<i>Mentha pulegium</i>
Hortelã grande	<i>Plectranthus amboinicus</i>
Japana branca	<i>Eupatorium triplinerve</i>
Japana roxa	<i>Eupatorium ayapana</i>
Vindicá	<i>Renealmia sp</i>
Virola	<i>Virola surinamensis</i>
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>
Verônica	<i>Dalbergia subcymosa</i>
Barbatimão	<i>Stryphnodendren barbatiman</i>

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005

Muitas plantas encontradas nas propriedades, como a seringueira, são nativas, porém existem as plantas cultivadas por alguns agricultores como o açaí que na várzea é plantado a partir do mês de maio, quando as águas baixam facilitando o plantio.

Algumas praticamente desapareceram das propriedades como a copaibeira, o uxizeiro e a castanheira em decorrência da extração para venda ou do avanço do fogo. Outras são utilizadas no manejo de algumas áreas, como o taperebá, que associado a algumas mudas de aningas são plantados no verão para reter a água no solo. O buriti, associado a aninga e ao mururé é plantado para a restauração de algumas áreas. São plantas que ajudam na fixação do solo não deixando ocorrer os desabamentos, evitando as erosões às margens do rio.

As plantas são cultivadas e coletadas nos sítios que se estabelecem distantes das casas, servindo como alternativa, principalmente, em situações onde as roças não produzam satisfatoriamente devido ao desgaste do solo, ataque de pragas que apodrecem a raiz da mandioca, entre outros motivos. As plantas frutíferas são as mais plantadas nos sítios principalmente, aquelas em que o fruto é vendido na feira de São Domingos do Capim, como o cacau, o cupuaçu, o açaí e a banana. Outras plantas também são encontradas como a ingazeira que serve para fazer lenha e alimentação através do consumo dos frutos.

Pelo que pude observar durante o levantamento de campo considero que os arranjos produtivos das famílias podem ser identificados como SAF's que segundo Yared, Brienza e Marques (1998), é a prática de combinar espécies florestais com culturas agrícolas e ou atividades da pecuária.

Na composição dos sistemas agroextrativistas dos estabelecimentos de produção familiar encontram-se também o abacaxi, o jambo, a jaca, o café, o urucum, a manga, a fruta pão, o biribá, o limão, o mamão, o abricó, a cana de açúcar. Além do açaí, andiroba, copaíba,

bacuri, cajuí, tucumã, buriti, bacaba, castanha do Pará, piquia, uxi, jatobá, barbatimão, guarumã e pupunha.

Apesar desta dissertação não ter como propósito abordar o potencial madeireiro, mas sim o potencial não madeireiro, destacamos a importância de certas plantas ao serem conservadas para que os PFNM como sementes, cascas, folhas, frutos continuem a existir. Por exemplo, nos estabelecimento encontrou-se árvores que ao mesmo tempo fornecem PFNM e também tem grande valor madeireiro, entre as quais encontramos cedro, andiroba, marupá, teca, acapú, pau d'arco, mogno brasileiro, mogno africano, mogno amazônico, paxiúba e a virola.

As plantas com propriedades medicinais como a erva cidreira, o hortelãzinho, o hortelã grande, o capim marinho são cultivadas nos quintais das propriedades ao lado da japana branca, japana roxa, vindicá e a catinga de mulata, mastruz e cipós como a verônica.

O quadro V, destaca os vegetais existentes nos estabelecimento pesquisados selecionando as plantas categorizadas como fornecedoras de PFNMs.

Quadro V- plantas fornecedoras de PFNMs

PLANTAS FORNECEDORAS DE PFNMS		
Nome científico	Plantas	PFNMs
<i>Euterpe oleracea</i>	Açaí	Fruto, palmito, tronco, folhas, caroços.
<i>Carapa guianensis</i>	Andiroba	Óleo das castanhas, casca
<i>Caryocar villosum</i>	Piquia	Fruto
<i>Spondias mombim</i>	Taperebá	Fruto
<i>Copaifera spp.</i>	Copaíba	Óleo da árvore, casca
<i>Platonia insignis</i>	Bacuri	Fruto
<i>Anacardium pumilum</i>	Cajuí	Fruto, castanha
<i>Astrocaryum vulgare</i>	Tucumã	Fruto, semente, palha
<i>Mauritia flexuoso L.</i>	Buriti	Fruto, palha
<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba	Fruto, palha
<i>Bertholletia excelsa</i>	Castanha do Pará	Castanha, ouriço
<i>Cuatrec.Endopleura uchi</i>	Uxi	Fruto, semente
<i>Hymenaea courbaril L</i>	Jatobá	Seiva, Fruto

<i>Ischinosiphon arouma</i>	Guarumã	Folhas, fibra
<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha	Fruto, caroço
<i>Aeollanthus suaveolens</i>	Catinga de mulata	Folhas, galhos
<i>Eupatorium triplinerve</i>	Japana branca	Folhas, galhos
<i>Eupatorium ayapana</i>	Japana roxa	Folhas, galhos
<i>Hevea brasiliensis</i>	Seringueira	Látex, semente
<i>Dalbergia subcymosa</i>	Verônica	Cipó, casca
<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Mastruz	Folhas
<i>Renealmia sp</i>	Vindicá	Folhas
<i>Stryphnodendren barbatiman</i>	Barbatimão	Casca
<i>Cedrola odorata</i>	Cedro	Casca, folhas
<i>Tabebuia heptaphylla</i>	pau d'arco	Casca
<i>Virola surinamensis</i>	Virola	Sementes

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005

As plantas fornecedoras de PFMNs são encontradas em vários espaços, mesmo não sendo encontradas todas as variedades juntas em uma única propriedade se destacam pela utilização de seus produtos (quadro VI, p.58 ).

Quadro VI- Utilização dos PFNMs nas propriedades

UTILIZAÇÃO DOS PFNMs	
PFNMs	Utilização
Fruto, palmito, tronco, folhas, caroços do açai.	Fruto: Vinho, mingau, licor, pudim, bombons e outros. Palmito: para alimentação Tronco: barracas, galinheiros Folhas: cobertura de casas, galinheiros Caroços: adubo, artesanato.
Óleo das castanhas, casca da andiroba	Antiinflamatório, repelente, reumatismo, gripe, bronquite
Fruto do piquiá	Sucos, doces, fruta in natura
Fruto do taperebá	Sucos, licor, doces
Óleo da árvore, casca da copaíba	Antiinflamatório, cicatrizante, contraceptivo, problemas respiratórias
Fruto do bacuri	Suco, doces, bombons, fruto in natura
Fruto, castanhado cajuí	Sucos, doces, fruto in natura
Fruto, semente, palha do tucumã	Sucos, fruto in natura artesanato das palhas (chapéus, bolsas, tapetes)
Fruto, palha do buriti	Sucos, doces, artesanatos, fruto in natura
Fruto, palha da bacaba	Vinho, artesanato, fruto in natura
Castanha, ouriço da castanha do Pará	Bolos, biscoitos, bombons, doces, fruto in natura, chá do ouriço para anemias e hepatites
Fruto, semente do uxi	Sucos, doces, remédios do caroço, fruto in natura
Seiva, Fruto do jatobá	Sucos, doces, extração do leite para problemas pulmonares
Folhas, fibra do guarumã	Artesanato (cestos, raças, atoras e outros)
Fruto, caroço da pupunha	Artesanato do caroço, fruto in natura
Folhas, galhos da catinga de mulata	Para gripes e resfriados, banhos
Folhas, galhos da japana branca	Para gripes e resfriados, banhos
Folhas, galhos da japana roxa	Para gripes e resfriados, banhos
Látex, semente da seringueira	Para confecção de borracha, artesanato das sementes
Cipó de verônica	Para problemas vaginais,
Folhas de mastruz	Para tosse, bronquite, verminoses
Folhas de vindicá	Para banhos, gripes
Casca de barbatimão	Para hemorragia, infecções uterinas
Casca, folhas de cedro	Para gripes, banhos
Semente de Pachiúba	Para artesanatos
Sementes de virola	Para extração de óleos

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005

Todos os produtos são utilizados para vários fins. Do açai, os caroços servem para artesanatos e adubos; as palhas, para cobrir casas e galinheiros; os troncos, para fazer armações de barracas nos quintais para abrigar os fogões de barro e o fruto para o consumo familiar. Este é apreciado pelos moradores e considerado a principal iguaria conforme relato que diz que “o açai é o produto principal porque é comida... A gente vende pra comprar as coisas que falta e come ele com a comida que compra” (agricultora de Monte Sião).

O açai é apanhado dependendo da necessidade e esta atividade é feita por todos da casa, salvo homens e mulheres idosos e as crianças menores de quatro anos. Para coletar os cachos utiliza-se um pano ou cipó chamado peconha, amarrado aos pés para facilitar o equilíbrio na hora de subir na palmeira.

O preparo do açai para o consumo passa por algumas etapas. Primeiro retira-se os frutos do cacho (figura 4, p. 60), através de um processo chamado debulhar. Em seguida, é colocado de molho em um recipiente com água morna durante vinte minutos para que os caroços possam amolecer a polpa, que depois é amassado, aos poucos, podendo ser em peneiras, máquinas manuais ou com garrafas cheias de água. Essa atividade, segundo os moradores, na maioria das vezes é feita pelas mulheres ou pelos filhos e filhas adolescentes. Observando essa atividade com a máquina manual percebi o esforço que os adolescentes faziam diariamente amassando o açai, porém, para eles não representa um esforço sendo, em momentos, motivo de contentamento.



Figura 4: agricultora debulhando o açai

**Fonte:** Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Além do fruto do açai in natura ser destinado para o consumo familiar e venda, também é beneficiado em forma de doces, sucos, bombons, licores e pudins.

Assim como o açai, outros frutos como piquiá, taperebá, bacuri, cajui, buriti, castanha-do-Pará, uxi, jatobá além de serem consumidos naturalmente podem ser beneficiados para a transformação em doces e biscoitos.

Andiroba e copaíba são usadas, algumas vezes, para o mesmo fim sendo suas finalidades equiparadas pelos agricultores como se estivessem falando do mesmo produto.

A utilização dos PFNMs também pode ser observado nas práticas de confecção artesanal de bolsas femininas, cestos, tapetes e chapéus. Esta atividade pode ser realizada por

homens e mulheres da comunidade. A palha do tucumanzeiro é muito apreciada no artesato de chapéus.

As sementes da seringueira são aproveitadas para fazer cortinas para as casas, as sementes de jatobá e pachiúba são para a confecção de colares ou ornamento em peneiras ou cestas que também podem ser confeccionados com cipós açu, jacitara, titica.

O artesanato de maior destaque vem das talas da palmeira de guarumã que são utilizadas diariamente na confecção de rasas (figura 5, p. 62), e cestos para pão no uso caseiro e também para serem comercializado na Feira de São Domingos do Capim. Estes e outros produtos comercializados na feira são transportados em embarcações ou em bicicleta de uma das famílias de artesões.

Os preços obtidos dependem da venda. A rasa custa um real e cinquenta centavos, o cajá, que é um cesto para colocar pão vale quatro reais. O atorá que não é um artesanato confeccionado pelos moradores de Monte Sião, mas é vendido a quinze reais e desperta o desejo de aprendizado pelos artesãos.



Figura 5: rasas e talas de guarumã.

**Fonte:** Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Nos quintais encontram-se PFNMs que desempenham funções múltiplas, podendo ser utilizada para várias manifestações<sup>34</sup>. Como exemplos tem-se plantas como a catinga de mulata, japana branca, japana roxa, vindicá e a casca e folhas do cedro, associadas as plantas arbustivas não florestais como a erva cidreira, o capim marinho, hortelãzinho, hortelã grande, chamados de “matos mansos”.

Mato manso é o que dá no quintal, no caso, é essas coisa, que é essa cidreira, tem um capim marinho né que chama capim santo tem gente tudo isso a gente faz chá (agricultor da comunidade).

Servem para tratamentos em manifestações de gripes e resfriados. Presenciei um desses tratamentos no mês de abril em 2005, quando fiquei hospedada na casa de uma das famílias selecionadas para o estudo. A esposa do agricultor e os filhos menores de um, quatro e oito anos de idades estavam com febre e resfriado. O tratamento escolhido pela família foi o

<sup>34</sup> O termo manifestações nesse caso refere-se a problemas de saúde

“banho de cabeça”. Esse tratamento consistiu em colher nos quintais ou solicitar para vizinhos e compadres algumas plantas como a catinga de mulata, hortelãzinho, japana branca, japana roxa, hortelã grande, vindicá, capim marinho, folha e casca de cedro, entre outras. Após serem fervidas e transformadas em um líquido esverdeado reservou-se para esfriar. No final da tarde, o banho foi depositado na cabeça das crianças deixando escorrer até os pés. Esse ritual também pode ser feito pela manhã colocando o banho no dia anterior, no quintal, para pegar o sereno. Segundo a agricultora o banho cura a gripe e faz descer o catarro e a febre que se depositavam na cabeça das crianças.

O simbolismo com plantas e com os PFNMs também aparecem utilizando-se termos classificatórios que se estabelecem através da cor do açaí, tanto em forma de fruto quanto transformado em vinho. O açaí é conhecido pelos moradores como vermelho ou branco, sendo que, o branco não é o preferido, comparado por alguns moradores à vitamina do abacate ou abacatada por apresentar uma cor esverdeada quando transformado em suco perdendo sua originalidade que é contemplada pela cor vermelha (quadro VII).

Quadro VII- classificação do açaí líquido

AÇAÍ LIQUIDO/VINHO		
Açaí	Classificação	Cor
Vermelho	Vermelho	Vermelha
Branco	Abacatada	Esverdeada

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Quando o fruto está na intermediação entre o maduro e o não maduro recebe o nome de “paró” por apresentar indefinições entre a cor preta e verde. Quando está maduro tem a cor preta, porém o melhor para ser colhido é chamado de “tuíra” por apresentar uma cor acinzentada indicando que está bastante maduro (quadro VIII, p.64).

Quadro VIII- classificação do açaí fruto

AÇAÍ FRUTO		
Estado	Classificação	Cor
Intermediação entre maduro e não maduro	Paro	Indefinição entre a cor preta e verde
Maduro	Maduro	Preta
Bastante maduro	Tuíra	Acinzentado

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Observa-se que as classificações baseiam-se nas cores onde o vermelho caracteriza o verdadeiro açaí dentro de uma escala que vai do verde, passando do preto ao acinzentado definindo-se no vermelho. Rogez (2000), destaca dentre as variedades de açaís pesquisadas pelo Museu Paraense Emilio Goeldi o preto, o verde, o espada e o vareta, distinguindo o produto tanto pela forma da palmeira quanto pela cor do fruto.

Em sistemas sociais diferentes a cor dos PFNMs podem representar eficácia nos processos de cura, no caso, entre os índios cherokee utiliza-se uma espécie de raiz amarela para processos de cura de icterícia Mauss (1974, p. 106).

As comunidades locais agroextrativistas possuem um sistema de representações com os PFNMs e com as plantas fornecedoras desses produtos bastante variado, necessitando de maiores estudos a fim de se compreender que as realidades estão repletas de “ multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas as outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicáveis ” (GEERTZ, 1989, p. 20).

#### 1.4 - Consumo e venda dos PFNMs

Os PFNMs são coletados tanto para consumo quanto para venda nas unidades estudadas, sendo que se registra alguns produtos que eram coletados no passado para venda que não são mais alvo de interesse nas coletas atuais (quadro IX).

Quadro IX- coleta dos produtos para consumo e venda

COLETA DOS PRODUTOS		
Já coletou	Coleta atualmente para consumo	Coleta atualmente para venda
Látex da seringa	Açaí	Açaí
Óleo de andiroba	Óleo de andiroba	Óleo de andiroba
Açaí	Castanha do Pará	Cajuí
Semente de virola	Uxi	Tucumã
Semente de ucuuba	Jutaí	Pupunha
Semente de murumuru	Piquia	Bacuri
Semente de paracaxi	Bacaba	Bacaba
Castanha do Pará	Tapereba	Piquiá
Uxi	Bacuri, tucumã e pupunha	Uxi e castanha

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005

Na coluna já coletou, todos os produtos mencionados fazem parte do processo de coleta no passado das famílias, sendo que, algumas coletas permanecem, conforme mencionadas, nas colunas coleta atualmente para consumo e coleta atualmente para venda, aparecendo todos os produtos para consumo e venda.

Outros produtos como a semente de ucuúba, de virola, do murumuru e de paracaxi eram vendidas para extração de óleo em indústrias de Belém, tal qual o látex da seringueira que também era vendido em Belém.

Em três das famílias estudadas os agricultores já desenvolveram práticas extrativistas com a extração do látex da seringueira, e em sete das dez famílias estudadas os pais dos agricultores já extraíram látex, abandonando a prática devido o declínio do mercado brasileiro exportador da borracha que, segundo Santos (1980), se deu por uma série de fatores, entre os quais, a plantação em larga escala no Oriente depois de 1900. O mercado local gradativamente foi deixando de comprar os produtos dos coletores, e as atividades com os seringais em Monte Sião sofreram o reflexo que segundo os agricultores ocorreu por volta de 1980.

Segundo Shanley, Luz e Swingland, por muitas décadas os moradores do Rio Capim utilizaram milhares de árvores para extraírem látex e caçaram para extraírem o couro. Desta forma,

(...) A migração dos capimenses para o alto Rio Capim para explorar grandes áreas de floresta intacta permitiram o comércio desses produtos no final do século 19 até a metade do século 20. Durante os últimos 40 anos, entretanto, o comércio de produtos florestais não madeireiros da região tem declinado de maneira marcante. As mudanças econômicas, a rápida expansão das indústrias madeireiras, pecuária da região e o uso crescente de produtos substitutos têm provocado este declínio. Por volta dos anos de 1990, o couro, o óleo de látex não eram muito vendidos ou trocados na região do Capim, mas as toras de madeiras tornaram-se o principal artigo de comércio extraído das florestas da região. (2002, p. 1-2).

Nos dias atuais o látex e as sementes quando coletados já não são com a intenção de venda em decorrência de um mercado maior e mais lucrativo para o açaí. Rogez (2000), demonstra que a demanda crescente pelo açaí, nos últimos anos, se deu em decorrência da divulgação de suas propriedades calóricas e medicinais no sul do país, levando o produto a ganhar destaque influenciando no consumo e na venda na comunidade. O açaí tem seu

mercado no trapiche e Feira de São Domingos do Capim. A andiroba (figura 6), apesar de ser coletada por sete famílias e ter seu consumo para fins variados, é vendida somente por duas das dez famílias estudadas. A prática de coleta das castanhas da andirobeira é feita, algumas vezes, por todos os membros da família, porém quem retira o óleo é a mulher. A prática foi repassada de mãe para filha na comunidade.



Figura 6- castanhas de andiroba e uma frondosa andirobeira a esquerda.  
Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

Para extrair o óleo de andiroba as agricultoras relataram rapidamente o processo: primeiro cozinha-se as castanhas por quarenta e cinco minutos, depois reservam-se as castanhas durante doze dias em uma caixa de madeira para que a água possa escorrer. Passado este período, retira-se da caixa as castanhas para amassar e retirar o óleo. As agricultoras chamam a atenção para o cuidado no momento da retirada do óleo que deve obedecer alguns critérios como retirar o óleo em um lugar sem luz solar para que o óleo não perca a cor natural e nem engrosse.

Estudos de Shanley (1998), sobre comunidades no Nordeste Paraense, fazem referência ao processo de extração do óleo de andiroba e indicam ser necessário retirar o óleo sob a exposição solar para que o processo seja mais rápido e menos desgastante. Na

comunidade de Monte Sião em um dos estabelecimentos familiares estudados a produtividade em uma operação onde se utiliza uma lata com dezoito quilos de castanhas retira-se, aproximadamente, 2 litros de óleo.

A castanha do Pará, o uxi, o açai, o jutaí, o piquiá, a bacaba, o taperebá, o bacuri, o tucumã e a pupunha mesmo não aparecendo nas mesmas proporções nas áreas estudadas e nem tendo abundância na produção como o açai, tem demanda diretamente nos estabelecimentos de produção familiar, na Feira de São Domingos do Capim e no Porto Ponto Certo em Belém.

Os produtos para serem comercializados em Belém são transportados em embarcação que faz o trajeto duas vezes na semana, saindo no final da tarde de Monte Sião e chegando a Belém às cinco horas da manhã, levando os agricultores com suas mercadorias.

Os produtos para a venda destacam-se em períodos variados nos estabelecimentos. No período chuvoso a variedade é maior em decorrência da safra de muitos frutos regionais (quadro X, p. 69).

Quadro X- Frutos mais coletados no período chuvoso

FRUTOS COLETADOS ENTRE JUNHO A DEZEMBRO	
FRUTOS	Período
Açaí	Junho a dezembro
Andiroba	Janeiro a abril
Tucumã	Janeiro a abril
Taperebá	A partir de abril
Pupunha	Dezembro a junho
Piquia	Fevereiro a abril
Bacuri	Dezembro a abril
Cajuí	Fevereiro a abril
Uxi	Fevereiro a maio
Bacaba	Fevereiro a junho
Castanha do Pará	Janeiro a abril
Buriti	Janeiro a junho
Jatobá	Fevereiro a abril

**Fonte:** Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005

No período chuvoso, o rendimento das roças de mandioca diminui, o que nos remeteria a pensar que outros recursos existentes nas propriedades poderiam ser potencializados, o que não ocorre. Entre os problemas mencionados pelas famílias para a não produção de outros gêneros está a questão do armazenamento, fator que influencia na tomada de decisão das famílias.

O fato da comunidade não ter energia elétrica pública é colocado como um risco face aos produtos perecíveis que estragam facilmente, principalmente, em períodos de safra. Este problema ocorre não só em Monte Sião, mas em muitas comunidades do Rio Capim que precisam transportar seus produtos para mercados distantes.

Questões de infraestrutura, exploração madeireira, uso do fogo e da pecuária na região tendem ao declínio de PFNMs (SHANLEY, LUZ E SWINGLAND, 2002, p. 3).

Em Monte Sião, outro fato observado é a questão ligada a repartição entre os agricultores. A repartição pode ser compreendida enquanto trocas simbólicas que se

estabelecem independente de um mercado monetário, sendo outros padrões estabelecidos determinando trocas voluntárias, gratuitas ou incorporadas de algum grau de interesse simbolizando o ato de dar e receber um regalo<sup>35</sup> em uma transação social Mauss (1974, p. 41). Segundo este autor a troca acontece em uma dinâmica coletiva que cria regras jurídicas com leis particulares<sup>36</sup> e regras econômicas próprias compartilhadas pelos membros do grupo.

A relação de troca em forma de presente voluntário está presente no cotidiano de muitas comunidades locais. No entanto, a troca de objetos ou coisas não se estabelece puramente enquanto uma simples troca de bens, mas carrega consigo uma força representativa contida na coisa dada que pode ser interpretada como um agrado, um rito, um serviço, um pedido, a consolidação de um pacto firmado no ato de dar uma dádiva a alguém. Estabelecendo uma troca que aparentemente pode significar um ato voluntário.

Na comunidade de Benjamin Constant, no município de Bragança, no Nordeste Paraense Rios (2002), revela que os moradores trocam produtos retirados da capoeira como frutos, plantas medicinais madeiras e outros. Entre os produtos considerados de maior regalo nas trocas está o bacuri, o barbatimão, e o piquiá.

Em Monte Sião as trocas também se desenvolvem com vários produtos desde a farinha de mandioca, mudas de plantas aos PFNMs que são repartidos com vizinhos, parentes e amigos na comunidade. Porém, este ato não acontece somente nos limites da comunidade, estendendo-se para a capital.

Pude observar um desses momentos quando alguns produtos como o cajuí, o tucumã e o açaí eram arrumados para serem transportados no barco que faz linha para Belém a fim de serem entregues a parentes residentes em Belém. Os produtos como o tucumã e o cajuí para serem transportados precisaram de cuidados especiais, por isso, os paneiros eram forrados com folhas de guarumã, para não amassarem no percurso. A coleta desses produtos ficou a

---

<sup>35</sup> Na discussão de Mauss (1974), regalo significa presente.

<sup>36</sup> Nos mutirões em Monte Sião cada agricultor leva seu almoço, no caso o vinho de açaí, para não onerar gastos alimentícios ao beneficiário do serviço.

cargo das crianças que cuidadosamente selecionavam os produtos que estavam caídos no chão, aproveitando o momento para correrem na propriedade. Desta forma, aprendem as práticas dos pais brincando.

Quanto ao açaí, por ser um fruto mais resistente, não sofre danos ao ser transportado nos paneiros que eram arrumados sem forro. Sua coleta em decorrência da altura de algumas palmeiras foi executada pelos pais.

Para muitos agricultores de Monte Sião, mesmo morando distante dos parentes, os laços solidários estão presentes nas ações e intenções de repartir os produtos. Além do ato solidário os produtos também são a garantia de intercâmbio com a capital. Estabelecem assim uma troca dos PFNMs por hospedagens em casas de parentes ou amigos para o acesso a serviços médicos, bancários e outros não disponíveis na comunidade ou reduzidos em São Domingos do Capim.

## **1.5 - Espaços de comercialização dos PFNMs**

Os espaços onde circulam os produtos têm funcionamento diário ou semanal, servindo como alternativa no ganho de rendimento para muitas famílias, conforme descrição a seguir.

### **1.5.1 - A Feira de São Domingos do Capim**

Muitos agricultores aproveitam a feira para venderem, além do açaí, produtos como a farinha de mandioca, o cupuaçu, a pupunha, o cajuí, o óleo de andiroba, a castanha do Pará, o cacau, entre outros. Também são comercializados produtos beneficiados como o licor de açaí, o bolo de milho, os biscoitos de castanha do Pará ou de croeira, sucos de frutas, tapiocas, beijus. Assim como rasas, cestos, peneiras de guarumã.

Essa dinâmica da feira e dos produtos que chegam de Monte Sião me fez acompanhar um dia de feira em São Domingos do Capim. No dia escolhido, viajei na embarcação de um

dos agricultores entrevistados que ia vender açaí na feira. Ao chegar no trapiche, enquanto o agricultor procurava alguns conhecidos e o comerciante para fechar sua venda, comecei a circular e observar o local.

A feira está localizada na rua Lauro Sodré a beira do Rio Capim e funciona as quintas-feiras, sendo que, a movimentação intensa acontece nas duas primeiras semanas de cada mês ou na primeira semana quando os aposentados, pensionistas e agricultores que não estão aposentados recebem seus proventos e compram mercadorias.

Os agricultores começam a chegar às cinco da manhã e iniciam a arrumação de suas barracas. Outros, estendem lonas no chão para organizar produtos como o cupuaçu, a castanha do Pará, uxi e outros produtos, dando início a feira cuja circulação diminui a partir das onze da manhã.

Quando iniciei as primeiras visitas em 2005 a feira estendia-se até a PA 127. Nos dias atuais as barracas de roupas e calçados foram deslocadas para a rua da farmácia, paralela a PA 127. Conversando com os feirantes pude perceber que essa alteração se deu para facilitar o trânsito e a passagem dos transeuntes que circulam nas quintas feiras na PA 127.

A feira consiste em um grande galpão de alvenaria pintado de verde, situado entre uma pequena praça e um estacionamento de ônibus ativado nas quintas feiras a fim de transportar os agricultores que vem de várias comunidades para São Domingos do Capim.

O galpão é dividido em pequenos comércio e os artigos variam entre plásticos, potes de barro, produtos enlatados, doces, remédios, cosméticos, produtos alimentícios não perecíveis como feijão, arroz, entre outros.

No lado externo do galpão, em frente ao rio, localizam-se as barracas de madeira e seus artigos salgados como carnes, peixes, vísceras de animais e outras. Dentro do galpão na parte de trás encontram-se as vendas de churrasco de frente para as barracas de salgados. Essa parte da feira é uma das mais movimentadas, por ser local de embarque de produtos como

farinha, açaí e palmito destinados à Belém, e desembarque de produtos que chegam de várias comunidades para serem vendidos na feira.

O açaí é vendido, em alguns casos, antes de ser desembarcado. Este fato observei na feira acompanhando as estratégias do agricultor de Monte Sião e de outros vendedores que desceram de seus barcos e negociaram o produto, só retornando para buscá-lo quando a negociação já estava fechada.

O açaí é desembarcado por alguns comerciantes que carregam mais de uma rasa ao mesmo tempo, empilhadas sobre o ombro (figura 7, p. 73).



Figura 7. comerciante carregando rasas de açaí

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005

As sacas de farinha que são vendidas na feira além de serem transportadas pelos ônibus também chegam por embarcações que ficam ancoradas por traz do galpão. As

embarcações são descarregadas e as sacas de farinha ficam empilhadas entre a pequena praça e o galpão, porém, é comum vê-las circulando por toda feira sobre o ombro dos carregadores.

A feira de São Domingos do Capim é um espaço que transcende as relações comerciais na medida que possibilita a comunicação entre as comunidades locais e a sede do município. A quinta-feira é um dia para fazer compras, passear, ir ao banco, visitar parentes, ir ao médico enfim, a feira se estabelece enquanto um espaço de “encontros” nas quintas-feiras em São Domingos do Capim.

### **1.5.2 - O trapiche de São Domingos do Capim**

Para observar o processo de comercialização dos produtos precisei participar de uma das viagens que os filhos dos agricultores fazem diariamente para estudar em São Domingos do Capim. Neste trajeto, ir para a escola é a busca não só de uma outra forma de saber, mas também o alcance de um espaço para comercialização de Produtos Florestais não Madeireiros.

O dia para as crianças e adolescentes começa muito cedo. De segunda à sexta acordam um pouco antes das quatro e meia da manhã para aguardarem nos trapiches onde estão suas casas o barco de madeira a motor que os levam para a escola, cujo horário de entrada é as sete horas. Este é um momento onde a relativa escuridão da madrugada contrasta com as lamparinas e lanternas dentro das casas e nos trapiches.

Pude ver o dia amanhecer, acompanhando as expressões de cada criança e de cada adolescente que entrava no barco. Alguns bocejavam, penteavam os cabelos, outros arrumavam o material escolar em meio a conversas paralelas sobre perdas de cadernos, canetas e provas escolares. O trajeto percorrido tem um certo encantamento na medida que desvenda o cenário de várzea da comunidade até chegar em São Domingos do Capim, às seis e trinta da manhã.

Foi exatamente nesta chegada que pude compreender que os filhos adolescentes, tanto meninas quanto meninos, antes de entrarem na escola, vendem paneiros ou rasas de açaí ao preço de dez reais para marreteiros no trapiche da cidade. Este preço da rasa varia dependendo do período. No verão, que os agricultores consideram a safra que vai de julho a novembro, o preço cai até três reais por conta da abundância da produção. Ao contrário, no inverno, o preço aumenta variando de dez a vinte e cinco reais.

O dinheiro das vendas, aproveitando o trajeto da escola, algumas vezes, destina-se aos pais e outras vezes aos filhos. Esse processo de comercialização do açaí no fim do caminho da casa para a escola demonstra as estratégias de sustentação familiar e garantia de satisfação do grupo, assim como, a aquisição de compras particulares para os adolescentes como lanches, roupas e calçados.

A venda do açaí é destinada principalmente para Belém, porém, vem crescendo a demanda de açaí no trapiche de São Domingos, pois, muitos comerciantes de Castanhal, São Miguel, Irituia, Mãe do Rio e municípios próximos, buscam o açaí em São Domingos.

O produto é diariamente procurado em Monte Sião. Essa procura pelo produto tem sido discutida pelos agricultores. Acompanhei essa discussão em uma das reuniões da associação, onde, pretendiam traçar metas para a venda do produto diretamente para empresas em Belém ou para pequenos comércios de São Domingos do Capim. No caso, a discussão acabou não avançando, pois as propostas passaram despercebidas e nem tampouco foram votadas pelos associados.

O açaí aparece não só na comercialização, mas também, é à base do consumo familiar somado a outros produtos categorizados como não madeireiros e comestíveis.

Para compreender como alguns PFNMs vem aparecendo depois dos anos de 1990 com certa frequência na feira, no trapiche e no cotidiano das famílias em Monte Sião, precisei entender o processo de reelaboração de práticas ocorrido na comunidade.

## **V- Reelaboração de práticas: estratégias de manutenção e reprodução social das famílias em Monte Sião**

Reelaborar ou reorganizar práticas sociais envolve ações, acontecimentos, ou melhor, mudanças no meio sócio-ambiental. As mudanças podem ocorrer por fatores externos, proporcionados por agentes, através de programas, ou por motivações internas através de acordos estabelecidos pelos agricultores, nas organizações locais. O fato é que nem sempre tem aceitação ampla. Algumas vezes, passam por etapas que nos permitem observar a resistência, a aceitação parcial ou até mesmo a aceitação com modificações ou adequações locais.

Em Monte Sião, o fato de dez famílias terem optado em fazer parte do PROAMBIENTE não significa necessariamente adoção por parte de todas as pessoas às práticas que definem o que sejam os serviços ambientais. Algumas práticas foram aceitas parcialmente por potencializarem o produto de maior expressão de consumo e venda que é o açaí, outras práticas parecem estranhas aos olhos de algumas famílias, ou sujeitas a riscos na produção, no caso, a trituração manual, para o preparo das áreas com cultivos de mandioca, provocando resistências em sua adoção.

Neste capítulo, dedico-me a apresentar as práticas reelaboradas e as situações que motivaram a reelaboração e a manutenção de algumas práticas pelas famílias que fazem parte do programa.

### **1 - O PROAMBIENTE em Monte Sião**

O PROAMBIENTE se constituiu através de um processo envolvendo várias etapas. A primeira ocorreu no “grito da Amazônia”, em 2000, quando as Federações dos

Trabalhadores na Agricultura dos Estados da Amazônia Legal – FETAG’s, lançam a proposta preliminar do Programa. Essa proposta passa por várias avaliações em eventos que discutem a elaboração da estrutura do programa.

Em 2001 as FETAG’s, juntamente com o Instituto de Pesquisa Ambiental – IPAM e a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, organizam um seminário para o início da elaboração do Programa. Através de oficinas cria-se o Conselho Gestor, nesse período, com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI-PA, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado Rondônia - FETAGRO, do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, entre outros, que representavam a Amazônia Oriental e Ocidental. Posteriormente, foram criados o Conselho Gestor Nacional – CONGEN, o Conselho Gestor Estadual – CONGES, o Conselho Gestor do Pólo – CONGEP. Essas instancias deliberativas das diretrizes e normas do PROAMBIENTE foram criadas para garantir a participação de representantes de agricultores, de entidades públicas e ONGs nas discussões e ações do programa.

O seminário de 2001 buscou definir com órgãos públicos a implantação de pólos para o desenvolvimento do programa. Deliberou-se nesse evento a formação de dez pólos agroextrativistas, um pólo de pesca artesanal e um pólo indígena. Cada pólo é formado por 250 a 500 famílias, sendo que no Pará o Pólo Rio Capim constituído pelos municípios de São Domingos do Capim, Irituia, Mãe do Rio e Concórdia e o pólo da Transamazônica estão entre os pioneiros na Amazônia. Além do seminário ocorreram paralelamente encontros estaduais

com representantes das atividades de agricultura familiar, do extrativismo, de pesca artesanal e de comunidades indígenas para discussão, modificação e aprovação da proposta reelaborada pelos atores envolvidos no processo. Em 2003, o PROAMBIENTE é aprovado enquanto política pública pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e atualmente faz parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Na proposta do PROAMBIENTE, com o apoio técnico, o agente comunitário<sup>37</sup> reorganiza com os agricultores seus sistemas de produção, levando em conta os serviços ambientais de redução do desmatamento, seqüestro de carbono<sup>38</sup>, conservação da biodiversidade e outros.

Para Born (2005), os serviços ambientais têm como objetivo “transferir recursos ou benefícios da parte que se beneficia, isto é, a sociedade global, para a parte que “ajuda” a natureza a produzir ou manter os seres vivos e as condições que garantem os processos ecológicos de que necessitamos”, ou seja, o agricultor passa a ser um protetor-recebedor através de um fundo sócio-ambiental financiado por fontes nacionais MMA E BNDES e fontes complementares nacionais e internacionais.

O PROAMBIENTE inicia suas atividades na comunidade de Monte Sião, em 2003, após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local do Pólo – PDL que envolveu agricultores, técnicos, órgãos municipais como a prefeitura de São Domingos do Capim, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente- SEAMA, apresentando a situação sócio-econômica e ambiental do Pólo. Articulado com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Capim, o programa trouxe em sua proposta:

[...] incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas/degradadas através de implantação de sistemas alternativos de uso da terra,

---

<sup>37</sup> O agente comunitário é um membro da comunidade que tem uma representação social e política importante no local tendo o reconhecimento do grupo para exercer a atividade.

<sup>38</sup> É chamado seqüestro de carbono o processo pelo qual as árvores ao desenvolverem-se retiram o gás carbônico do ar diminuindo o aquecimento da terra.

o uso de sistemas agropastoris, sistemas agroflorestais, agroextrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural “(PROPOSTA DEFINITIVA PROAMBIENTE, 2003, p. 4).

Essas propostas do PROAMBIENTE são remanescentes dos acordos e ações estabelecidos desde os anos de 1990, que enfatizavam a questão ambiental em projetos e programas, principalmente depois da realização da ECO 92. Rogez, (2000), faz referência ao Brasil, sendo um dos 170 países que participou do evento, criando a agenda 21, cujo objetivo baseava-se na integração dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos com uma construção participativa entre os setores federal, estadual, local e sociedade civil.

Com esse propósito o programa organizou uma reunião com os agricultores em São Domingos do Capim para esclarecer sobre o desenvolvimento de suas ações. Nesta reunião, foram cadastradas as famílias interessadas em participarem do programa. Segundo os agricultores as relações de parentesco, vizinhança e filiação na associação foram critérios levados em conta para a seleção das famílias. Neste dia, também foi apresentado o agricultor que faria parte da equipe do PROAMBIENTE como agente comunitário.

Segundo entrevista com o agente de Monte Sião os agricultores que tinham participado do diagnóstico do PROAMBIENTE, na área do Rio Capim, no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003, e que também tinham participado do curso com o instrutor Ernest, pelo PRORENDA, eram os mais cotados para serem selecionados para a função de agente comunitário. De trinta e seis agricultores do município que participaram do curso o agricultor foi um dos escolhidos para a função de agente.

Schmitz (2002), demonstra que o agente comunitário é um modelo que vem no bojo de novos arranjos, para o acompanhamento no campo e para o atendimento do público rural, através de um agricultor extensionista, inovador ou agente florestal que articula propostas ambientais, repassa suas experiências e as novas tecnologias para os demais agricultores.

Segundo o agente, o perfil para ser agente comunitário do programa modificou-se da proposta original, e muitos agricultores que hoje estão engajados não participaram do curso. Quanto as tarefas designadas a um agente nesse início de implementação do Programa, concentram-se na mobilização, socialização de algumas experiências e intercambio entre os participantes. O tempo dedicado para o trabalho, segundo o agricultor não deverá alterar o itinerário do agricultor em sua propriedade, podendo dispor de dez a doze dias para acompanhar as outras propriedades. Desta forma, cada agente deverá organizar seu calendário com os demais agricultores quando iniciarem os serviços ambientais.

O acompanhamento nos estabelecimentos familiares executado pelo agente não iniciou, o que não interfere no repasse de suas experiências para os agricultores em conversas informais, nos mutirões ou em reuniões na associação. No entanto, segundo o agente a credibilidade em suas experiências é bem maior quando ocorre em outras comunidades ou municípios como, por exemplo, na comunidade de Trairão em Itaituba, quando foi convidado no final de julho de 2005, por um técnico da FASE, para ministrar um curso sobre manejo de açaizal para trabalhadores rurais. Porém, as entrevistas com as outras famílias e muitas situações contradizem a afirmativa do agente, principalmente em processos de intervenção ao que diz respeito as questões políticas, econômicas e culturais na comunidade. Cito como exemplo um acordo firmado entre alguns agricultores em apoio a uma proposta do agente em restringir a caça de fêmeas prenhas de pacas e tatus para garantir a perpetuação da espécie e equilíbrio ecológico na comunidade. Esta situação ocorreu em uma das reuniões que participei, no mês de julho de 2005, na associação.

Para o agricultor, ser alguém que conhece a realidade local é uma vantagem para um agente na comunidade. Além disso, ser agente não é algo tão complicado segundo suas palavras:

Olha, ser um agente não é complicado e nem um bicho de sete cabeças, Dulci, só depende da sua boa vontade. Sê um agente é você poder reunir os agricultores que são cadastrados, outras pessoas também pra...que são da comunidade, você fazê uma palestra bacana, né, explicar a realidade do princípio ao fim, como se fosse, por exemplo, um dia de palestra, né, se eu tivesse condição de arranjar uma alimentação, pra dá pra pessoas, também, com as pessoas adulto, né. Tá certo que tem de ser trabalhado também com as crianças, mas com uma pessoa adulta misturada com a criança não funciona, até por causa do barulho, né...(...)..né? E além de fazer essa...essa grande palestra, né, ensiná as pessoas a prepararem muda, ensiná as pessoas a plantarem, ensiná as pessoas a conservarem as plantações e plantá a sua grande planta só numa área e fazê com que todas elas produzam, né. Porque, Dulci, o que eu acho errado no curso, do que eu acho errado no técnico é o seguinte: eles ensinam ali...aqui a plantá um...uma árvore de...de jambo, né, ele ensina por baixo do jambo ele plantá uma árvore de cacau. Eu ensino você a plantá, você planta, mas eu num ensino você a manejar...

Destaca enquanto desvantagem a remuneração incompatível com o número de famílias atendidas, cujo valor corresponde a R\$ 100,00 para o atendimento de até trinta e cinco famílias em algumas comunidades.

A participação política do agente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Capim, depois dos anos de 1980, quando chegou em Monte Sião com sua família e também a participação na associação traçam uma trajetória que corresponde a um perfil de liderança local, tendo o reconhecimento do grupo que em muitas ocasiões fazem referência a sua pessoa o chamando de “o compadre”, não por ter batizado crianças, mas por ter ajudado muitas em situações de doenças com auxílio de remédios farmacêuticos ou naturais, por ter aconselhado os pais em métodos de plantio ou outras situações locais.

O agente, de acordo com as atividades do programa, articula as reuniões na comunidade. Nesta dinâmica foram feitos os diagnósticos individuais que apresentaram o perfil das famílias e dos sistemas de produção.

Nos croquis das propriedades fornecidos pelo PROAMBIENTE em apenas três dos dez estabelecimentos existem roças de mandioca, porém, as entrevistas com os agricultores revelaram que nove das dez famílias ainda tem como uma das bases de sustentação a roça de mandioca. Isto se explica através das relações de parentesco, vizinhança e compadrio, estabelecidas na comunidade que garantem o desenvolvimento de sistemas de meia. Mesmo

não aparecendo no diagnóstico, cito como exemplo, as roças em um único terreno divididas entre cunhados, sendo o dono da terra um cunhado pertencente a segunda geração da família Azevedo que se uniu com a irmã de sua esposa pertencente a segunda geração da família Garcia buscando através dessa estratégia a repartição da produção e a continuidade da prática (figura 8).

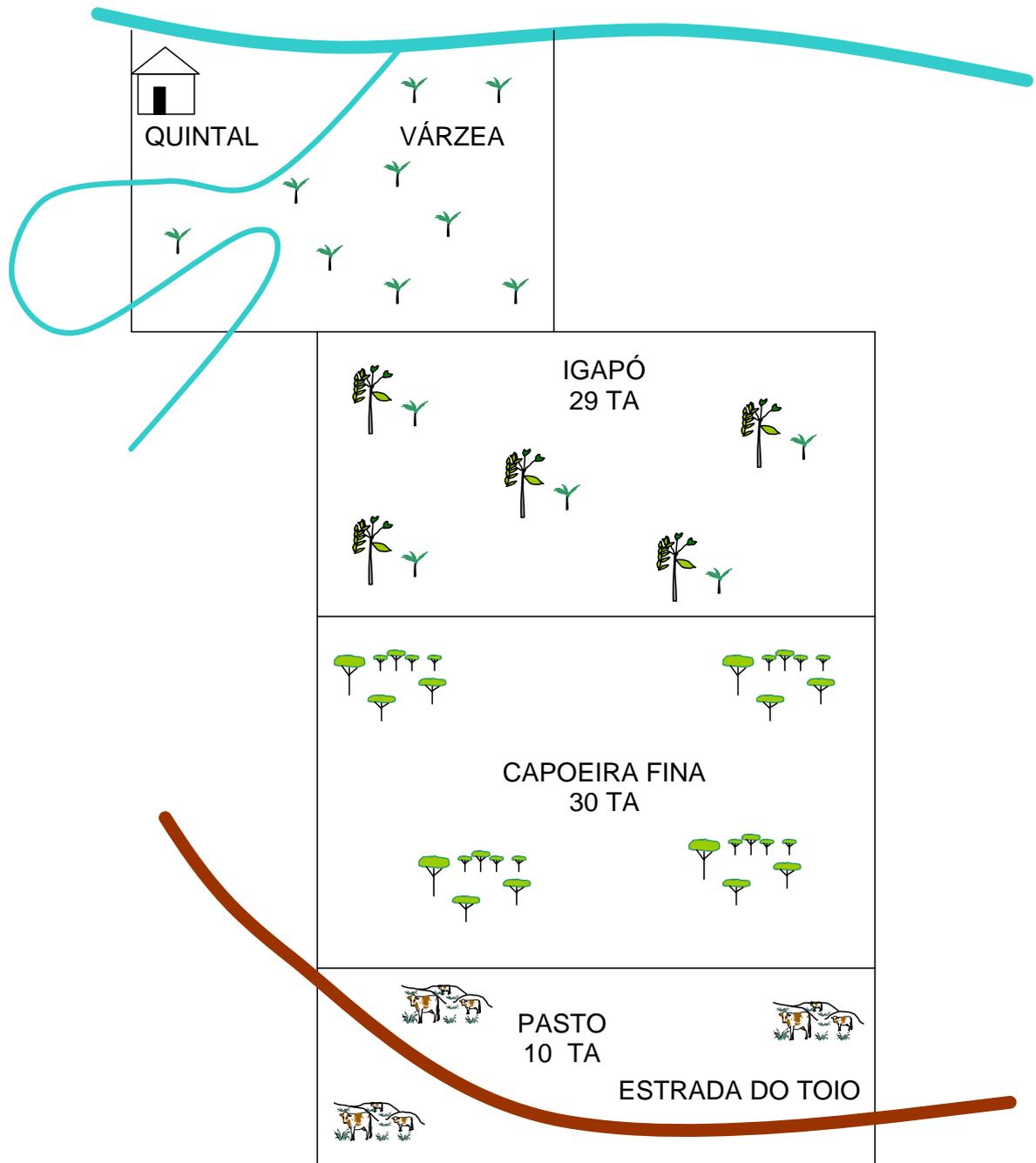


Figura 8: estabelecimento familiar A

Fonte: Diagnóstico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

Na comunidade, algumas áreas são emprestadas tanto para parentes quanto para vizinho plantarem roças de mandioca. Alguns agricultores pagam o serviço em suas roças por produtos da colheita como mandioca, abóbora, milho e outros (figuras 9 e 10 p.84 e 85).

## ESTRADA DA ALIANÇA

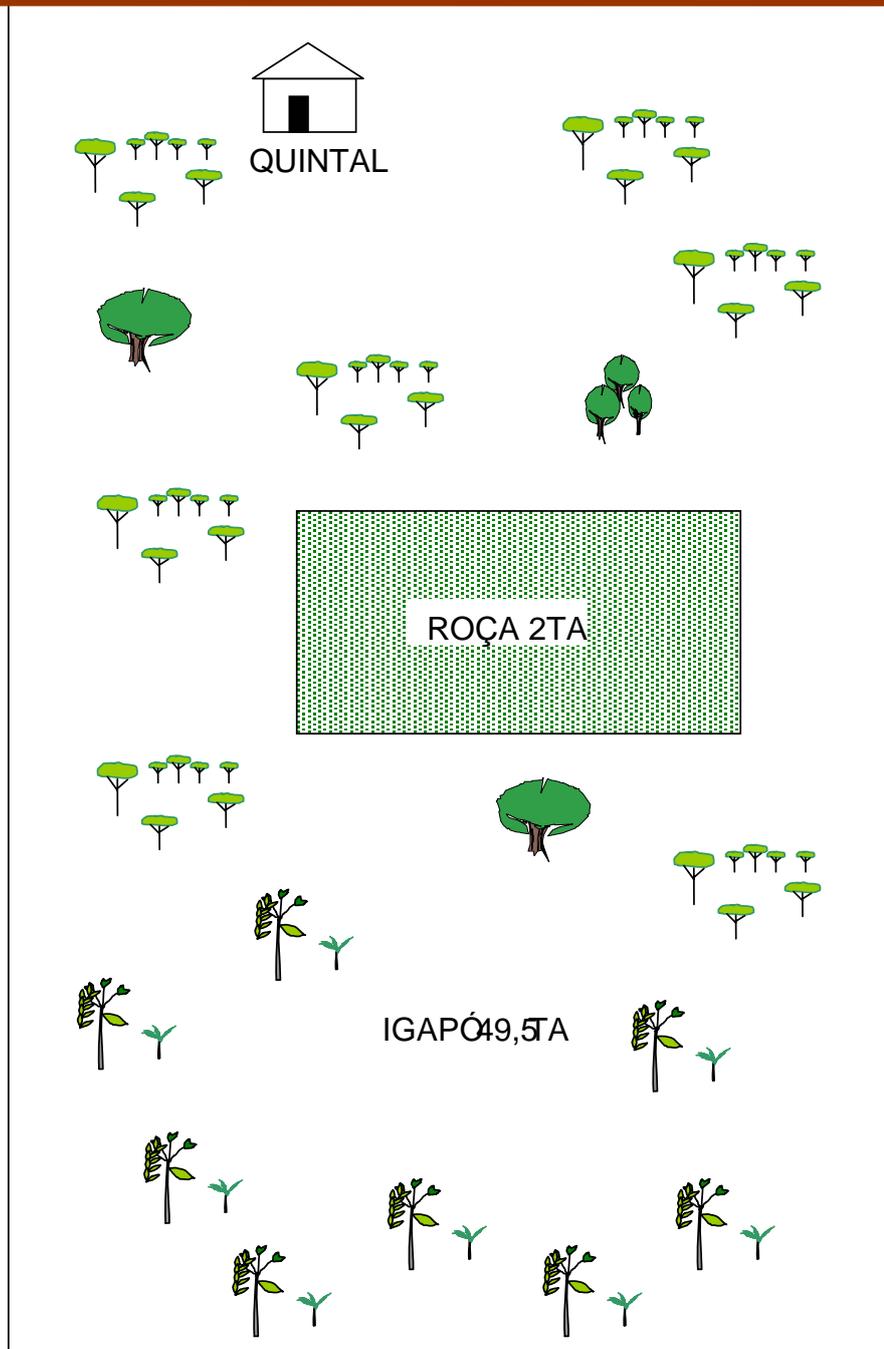


Figura 9- estabelecimento familiar B

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

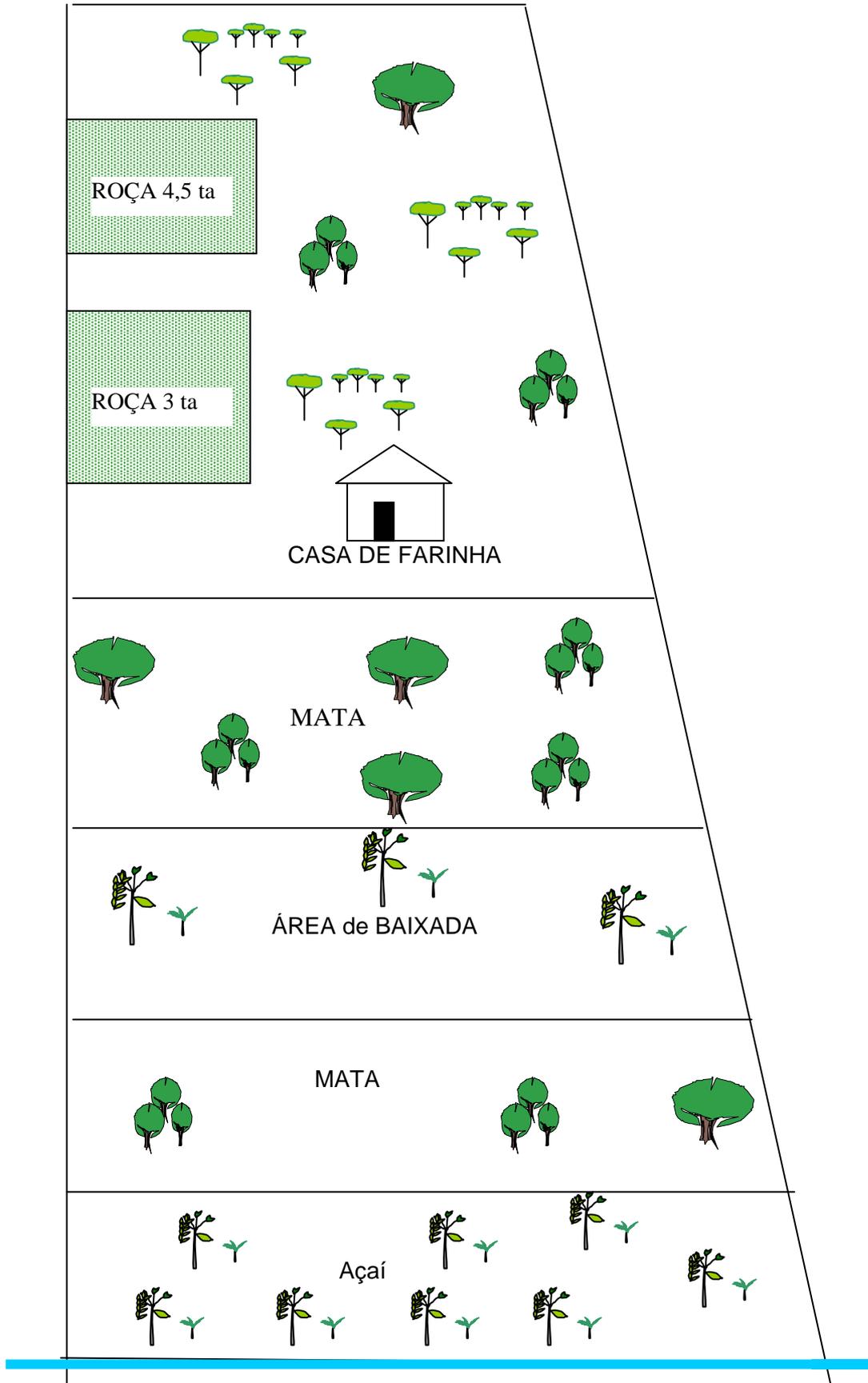


Figura 10- estabelecimento familiar C

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

Além das roças, os croquis também demonstram a existência de três pastos, sendo que, as conversas informais com os agricultores apontaram pastos que também se estabelecem através de sistemas de meia entre as famílias, principalmente, a Azevedo e a Garcia que dividem um pequeno rebanho entre filhos, netos e genros (figura 11, p.87).

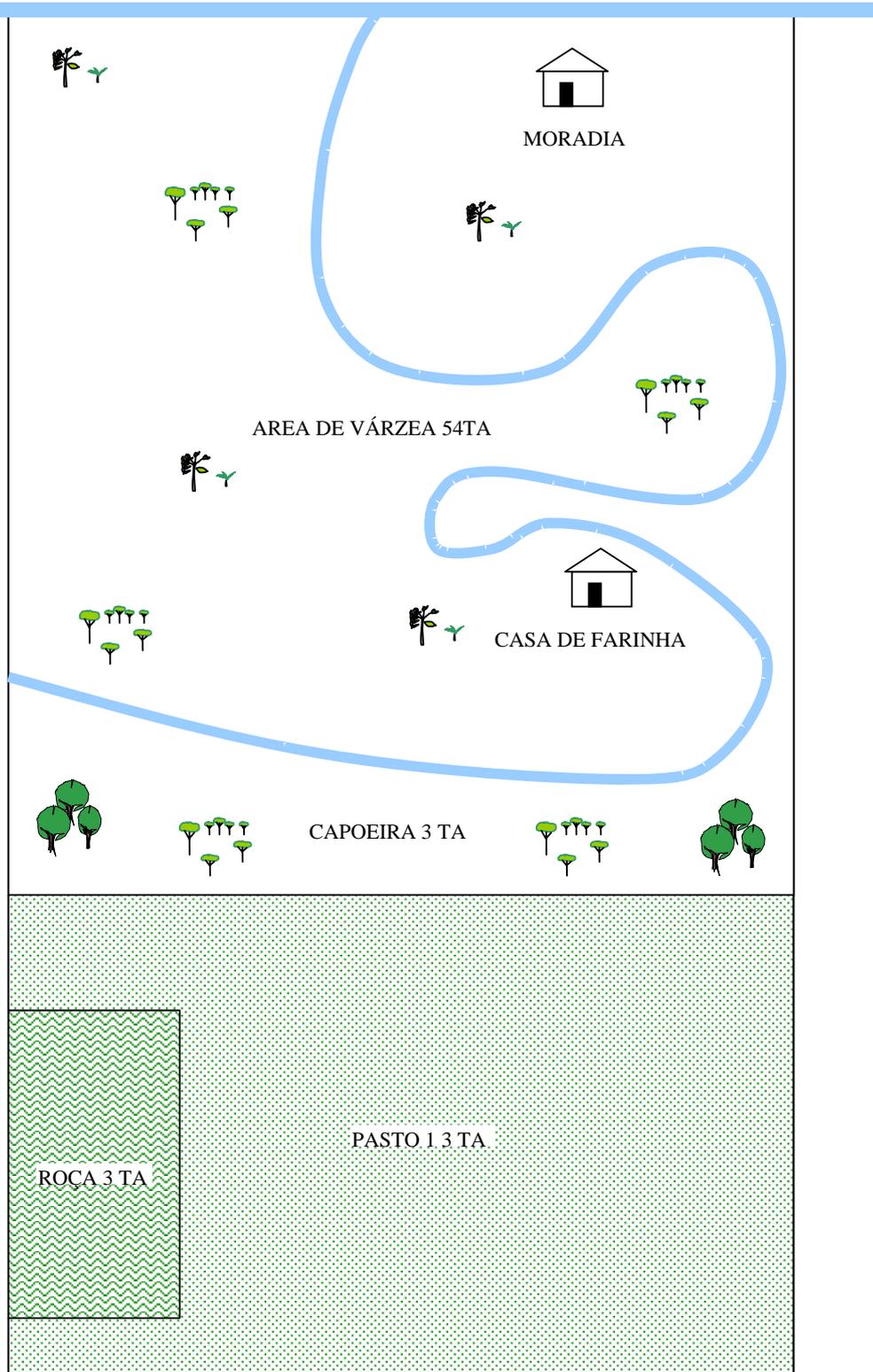


Figura11: estabelecimento familiar D

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

Os croquis apresentam áreas em consórcios principalmente entre os cultivos de banana, cupuaçu, cacau e açai (figuras 12,13,14,15, e 16 p.89 a 93 ), mas não revelam que nos locais reservados para o plantio do capim que abastece o gado antes eram áreas de cultivos de mandioca que foram sendo abandonadas em função da infertilidade do solo (figura 17 p. 94).

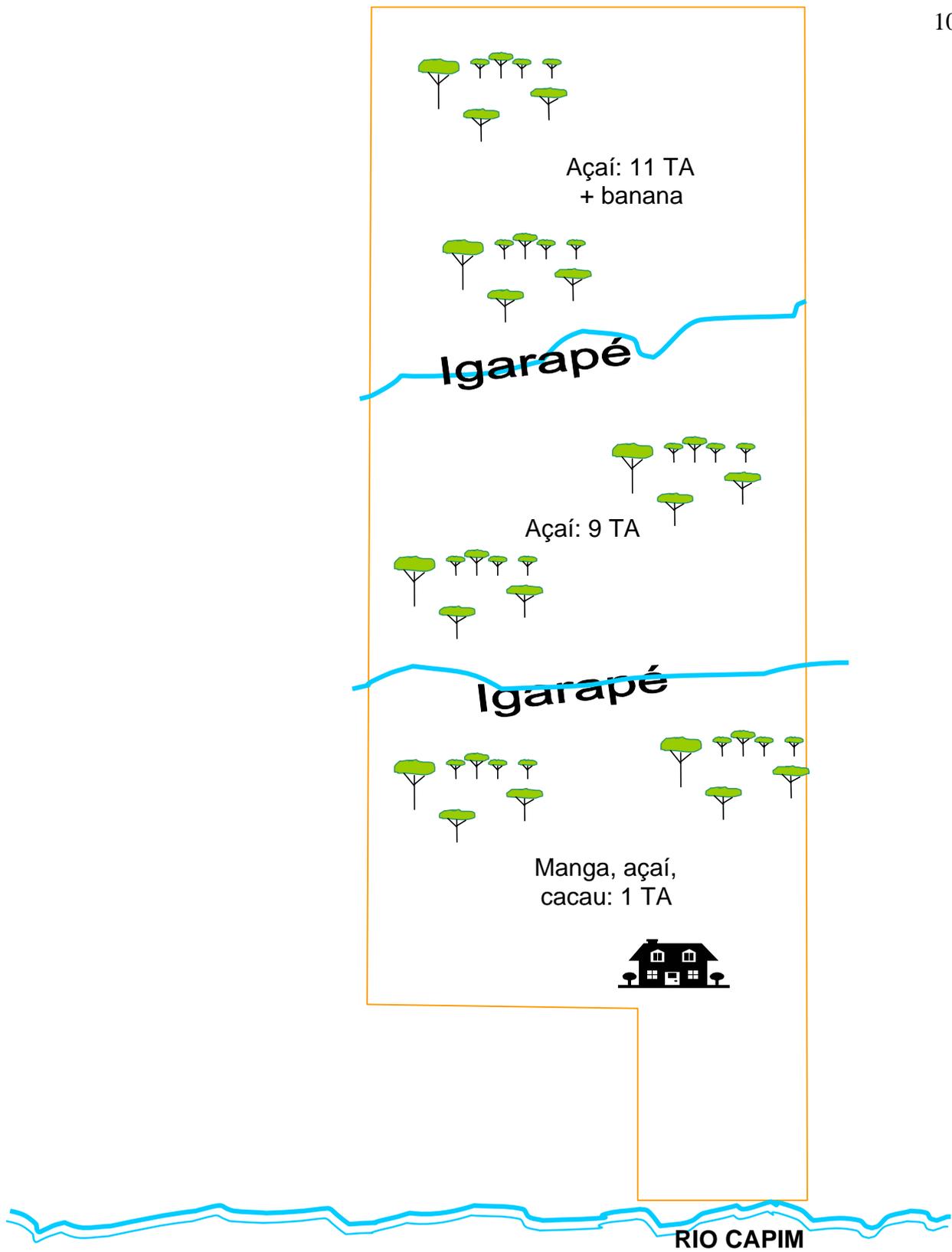


Figura 12- estabelecimento familiar E

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

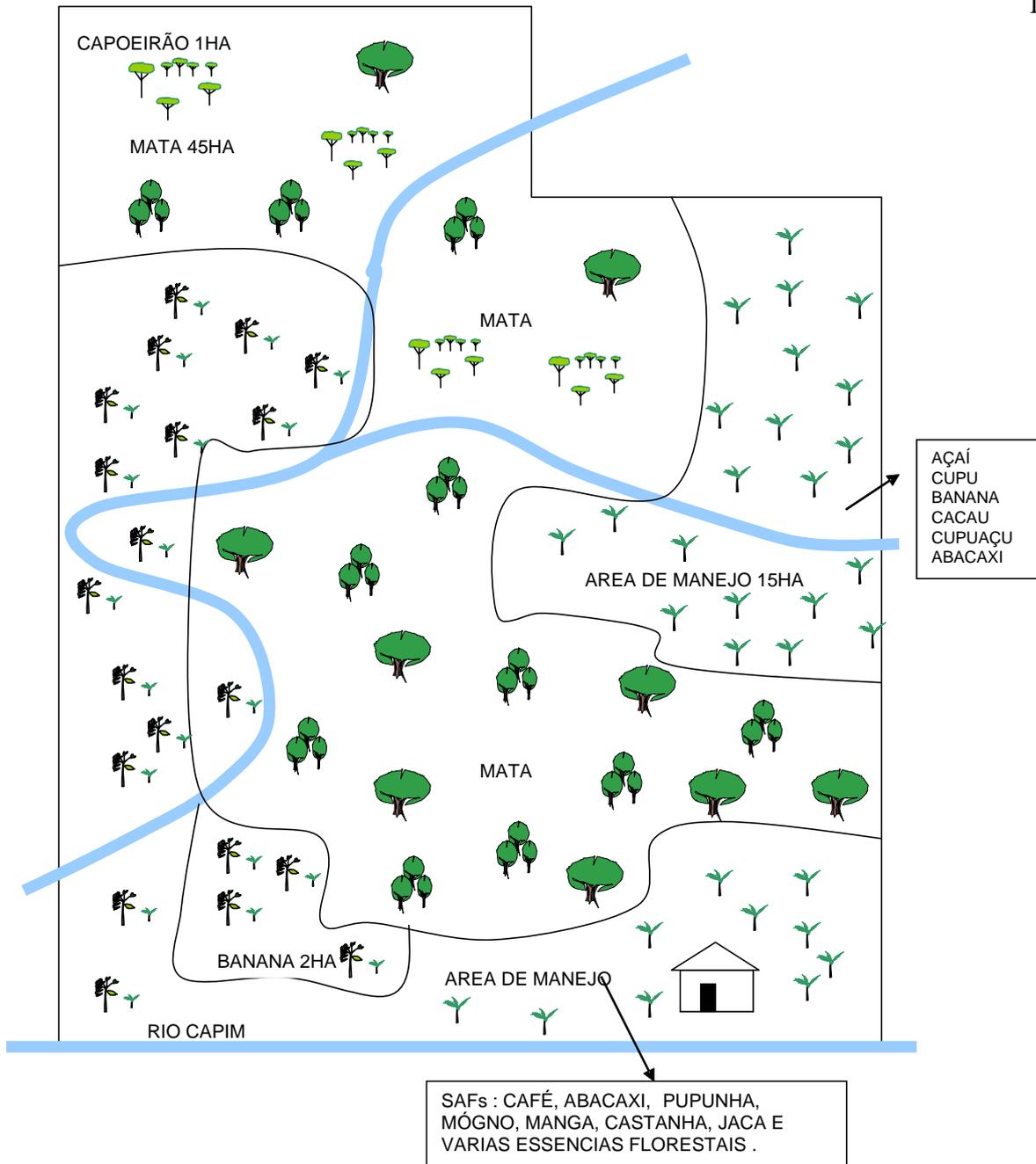


Figura 13- estabelecimento familiar F

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

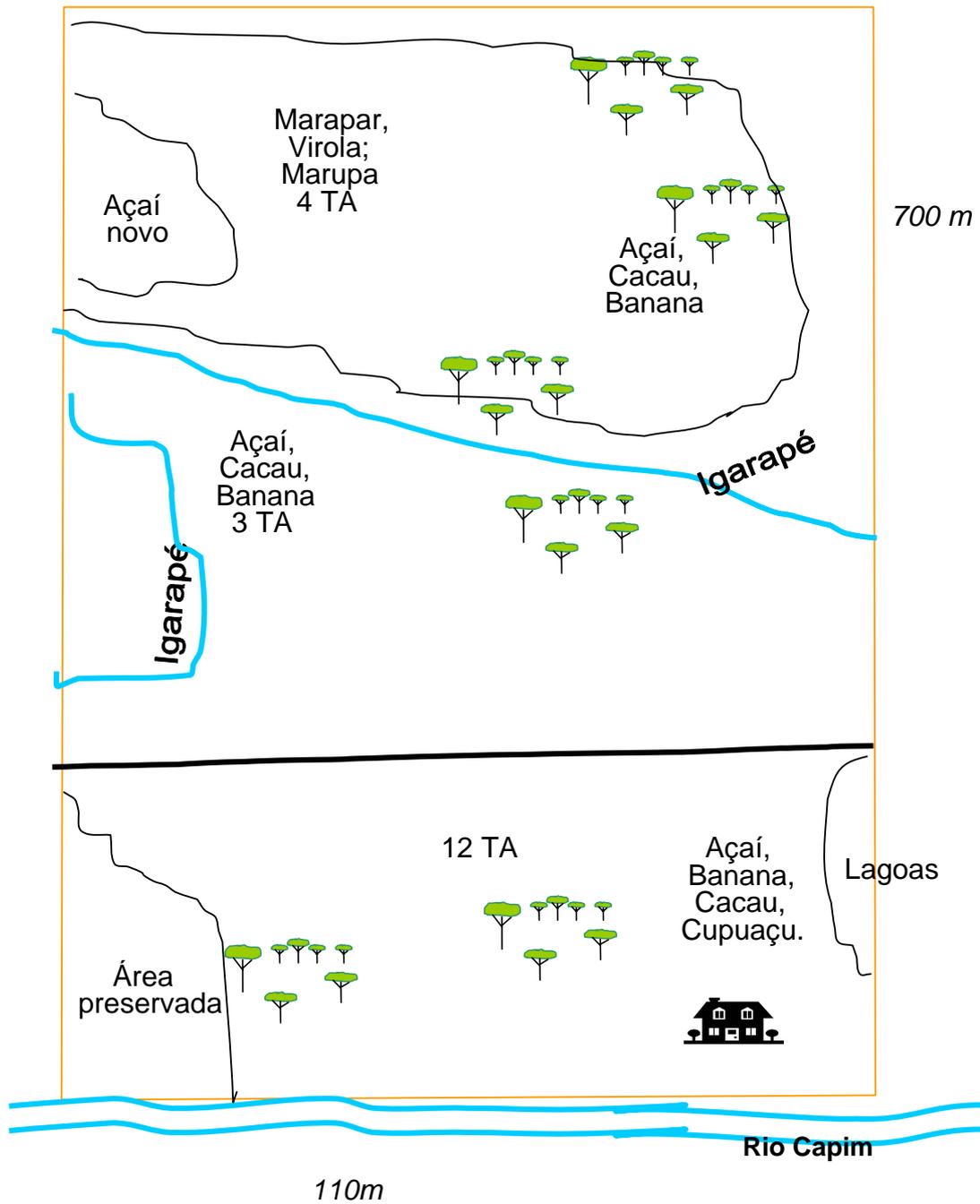


Figura 14- estabelecimento familiar G

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

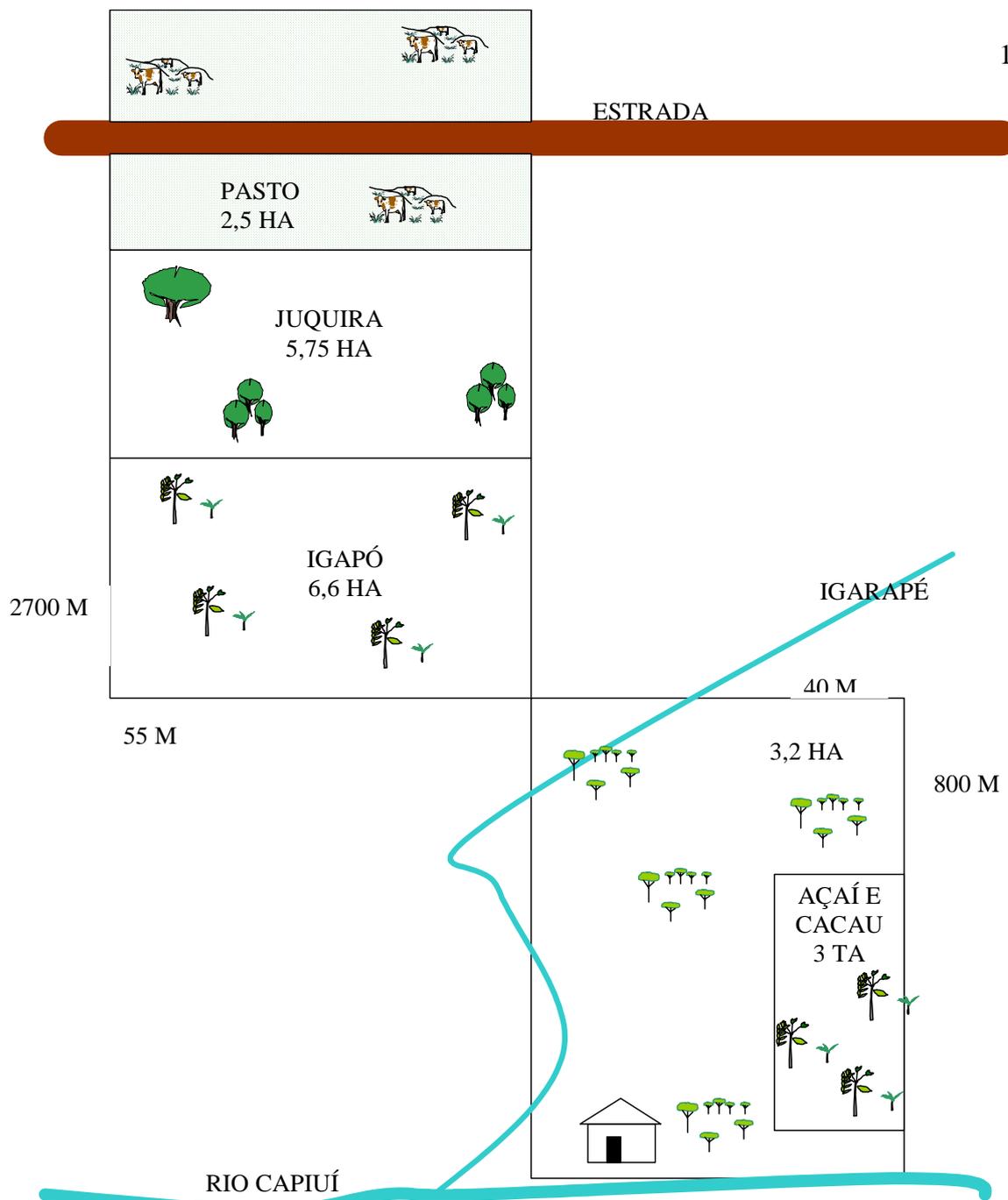


Figura 15- estabelecimento familiar H

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

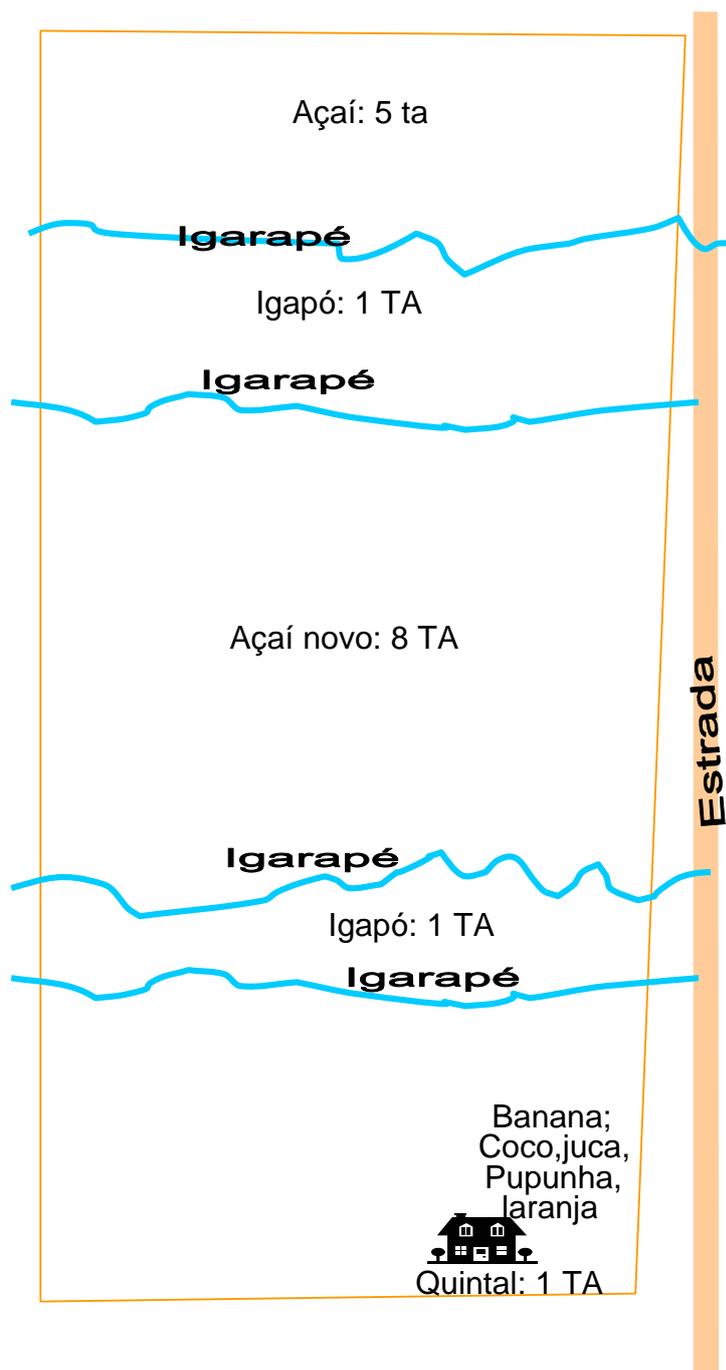


Figura 16- estabelecimento familiar I

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

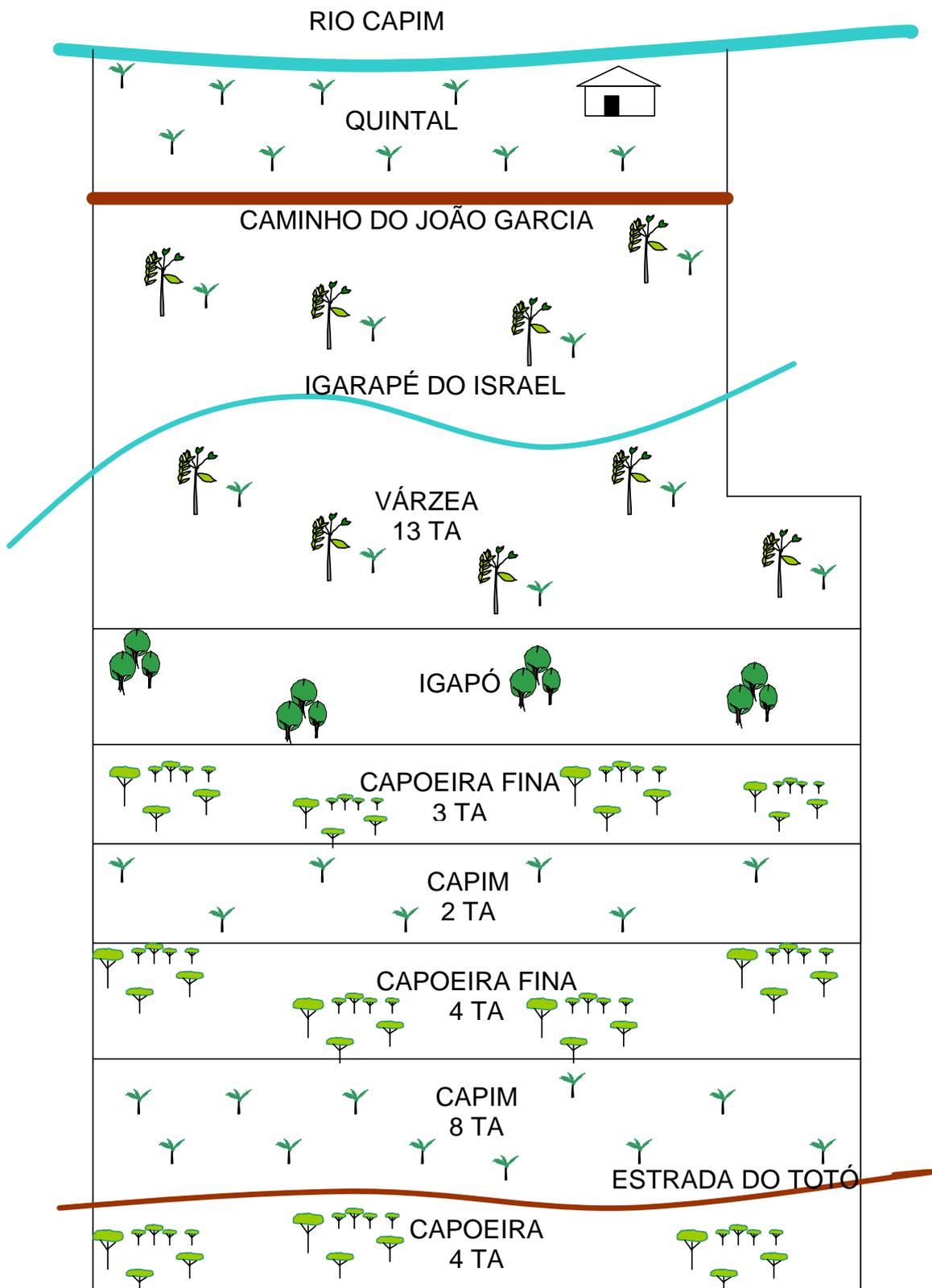


Figura 17- estabelecimento familiar J

Fonte: Diagnostico individual do Pólo Capim – FANEP, 2005

A situação atual desses estabelecimentos familiares, mesmo não aparecendo de forma minuciosa nos diagnósticos individuais do programa, revelou alguns aspectos das propriedades impulsionando a execução da segunda etapa das atividades do programa em Monte Sião, ou seja, a elaboração dos planos de utilização da propriedade – PÚS em 2005, que incluiu a construção dos desenhos das propriedades que já existiam nos diagnósticos individuais, com projeções de como os agricultores gostariam que ficassem suas propriedades futuramente para a efetivação dos serviços ambientais.

Como não participei desse momento deterei-me a explicar com base nas conversas informais com os agricultores e informações existentes nos documentos - PU'S do programa. Segundo esses dados as escolhas para as propriedades foram (quadro XI).

Quadro XI- escolhas para as propriedades.

ESCOLHAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
SAF's	7
Galinheiro ecológico	2
Roça sem queima	5
Melhoramento na casa de farinha	1
Recuperação da mata ciliar	2
Manejo no açaizal	8
Piscicultura	2
Apicultura	7
Suinocultura	0
Monocultura	0
Consórcios com cultivos agrícolas	3
Agrossilvipastoril	2

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em dezembro de 2005.

Das dez famílias sete escolheram implantar o SAF em seus estabelecimentos. Duas escolheram implantar galinheiro ecológico. Cinco optaram em implantar roça sem queima.

Uma optou em realizar melhoramento na casa de farinha. Duas escolheram recuperação da mata ciliar. Oito escolheram manejo de açai. Duas escolheram piscicultura, para aproveitar o igarapé que passa dentro das propriedades. Sete escolheram apicultura por acreditarem ser um negócio lucrativo. Ninguém escolheu suinocultura, assim como, também ninguém optou em plantio de monocultivos. Três optaram por consórcios com cultivos agrícolas. Duas optaram pelo sistema agrossilvipastoril. Uma das famílias optou para o aproveitamento de um pasto dividido entre pai e filho.

Essas escolhas de como ficarão as propriedades foram elaboradas levando-se em conta o acordo coletivo que buscou em sua proposta garantir a segurança alimentar das famílias, o reflorestamento das áreas e a conservação da natureza local, sendo estabelecido entre técnicos e as famílias do programa em janeiro de 2006.

## **1.2 - Motivações para a reelaboração das práticas**

Com a escassez de árvores rentáveis para o mercado e a intensificação do uso de áreas para o plantio de mandioca, no sistema de corte e queima, algumas áreas foram ficando cada vez mais descobertas e fracas na comunidade, o que não significou o abandono das práticas com o fogo. Porém, algumas famílias partem para novos investimentos, até mesmo, antes da chegada do PROAMBIENTE, inserindo cultivos com plantas fornecedoras de PFNMs e/ou potencializando as já existentes nas propriedades, principalmente depois da criação da associação em 2001 que viabilizou a chegada de financiamentos do Bando da Amazônia para o manejo de açai em três propriedades na comunidade. Nogueira e Homma (1998), descrevem que o manejo de recursos naturais é a forma de garantir uma extração sustentada, no caso, dos açai procura-se aumentar a capacidade de produção da palmeira assegurando

rentabilidade. No entanto, os autores alertam para a necessidade de uma extração equilibrada, evitando que grandes estoques não pareçam produção infinita.

Nas entrevistas e no trabalho de campo na comunidade percebi que das oito famílias que escolheram nos PUS manejos nos açazais cinco já iniciaram os manejos<sup>39</sup>, apresentando um início de conversão dos sistemas, o que nos Planos de Uso das Propriedades estão estabelecidos enquanto projeções com possibilidades de se transformarem durante um período de seis anos. O mesmo acontece com o SAF que das sete famílias que escolheram implantar cinco já vem desenvolvendo em seus estabelecimentos. Assim como a recuperação da mata ciliar que já vem ocorrendo em um dos estabelecimentos através da associação, e com a escolha da aninga com o cipó verônica que foram plantados às margens do igarapé. Essas ações vêm acontecendo gradativamente depois dos anos de 1990, por conta de apoio técnico, principalmente profissionais que visitam a propriedade do agente e são convidados pela associação para participarem de alguns eventos na comunidade. Existe também, os sistemas de mão de obra voluntária e troca de serviços entre parentes, vizinhos e compadres nos mutirões organizados pela associação onde o agente comunitário repassa algumas práticas. Nesses mutirões, a alimentação fica sob a responsabilidade das mulheres que, algumas vezes, convidam outras mulheres de comunidades próximas, como a de Trindade, para ajudar nas tarefas.

A seguir, descreverei tais ações elaboradas na comunidade, porém, antes apresento os açazais de Monte Sião por representarem atualmente o meio principal de sustentação das famílias.

---

<sup>39</sup> Apesar de não aparecer este dado nos croquis do diagnóstico individual do PROAMBIENTE as entrevistas e o trabalho de campo revelaram que nos estabelecimentos familiares C, D, F, H, J os agricultores já desenvolvem a prática de manejo nos açazais.

### 1.3 - Os açazais

Os açazais, ao serem referidos pelas famílias parecem estar plantados em uma área específica, porém ocupam quase todo o terreno de alguns estabelecimentos. Na verdade, não tem uma área geograficamente definida para os açazais, eles estão nos fundos dos terrenos onde muitos pés ainda são nativos e são misturados com outras plantas principalmente depois dos anos de 1980 quando os bananais foram atingidos por pragas e os agricultores começam a inserir açais nos cultivos de banana, através de consórcios do tipo banana, cacau e açai ou banana, cupuaçu e açai.

Os açazais também estão na parte da frente de alguns estabelecimentos, onde uma das famílias entrevistada recuperou a mata ciliar com o plantio de açai e aningas, combatendo o início de erosão que alteraria a frente da propriedade.

Os açazais podem também estar ao lado das casas. Desta forma, percebi que os açazais aparecem em áreas separados, entretanto, como o fruto é apanhado sem a demarcação de tais espaços, tudo é considerado açazal.

Recordando o tempo que o açai não tinha o valor comercial de hoje, alguns agricultores se manifestam:

O açazal, sempre tive açazal né, agora só que de antes, a 20 anos atrás o açai não tinha valor aqui, se estragava sabe como é, o que o cara dava conta de consumir, ele consumia o que não dava conta se estragava né, ninguém não sabia o que era vender açai, nem o que é comprar, não é como agora que tá umas faixas de mais ou menos uns 20 anos que o açai começou com essa grande produção que agora é o primeiro ramo aqui é o açai (agricultor da comunidade).

O açai é apontado pelas famílias como o produto principal da receita familiar. Aquele que aparece tanto no consumo quanto na venda, contabilizando para a família do

agente comunitário, cujo manejo do açazal proporciona setenta rasas por semana, com o preço em média de dez reais a rasa (figura 18).



Figura 18: açazal manejado  
Fonte: Dulcilene A. Castro, out de 2005

O açáí é apanhado em cachos e depositado no chão, aos pés da palmeira, até ser recolhido pelos agricultores e agricultoras ao terminarem o percurso da trilha. No retorno dessas trilhas, o açáí é retirado do chão e depositado ainda em forma de cacho nos atorás e amarrados nas costas dos agricultores e agricultoras. O cesto é utilizado para facilitar o transporte do açáí e de outros produtos.

O açáí para venda é escolhido e separado, sendo os tuíra, ou seja, acinzentados, os que representam o produto bem maduro e de melhor qualidade, destinado à venda diária.

O açaí para o consumo, independente de serem tuíras, são amassados em máquinas manuais, peneiras ou em outros utensílios para o almoço e o jantar. Acompanhando uma das famílias da comunidade pude experimentar o cotidiano do grupo em vários horários. No entanto, observei que a refeição de dez horas da manhã era sagrada, em função de ser a hora em que o agricultor voltava do trabalho para tomar o açaí com farinha de mandioca e algum tipo de assado. Algumas vezes, sentava-se com os filhos no chão da cozinha compartilhando o alimento em uma única tigela de alumínio. Este ritual, também acontecia, algumas vezes, no jantar, enquanto a esposa encarregava-se de servir a todos, inclusive a mim, e depois fazia as refeições. Algumas vezes a esposa almoçava comigo.

O açaí é um produto que não pode faltar para as famílias e o açaizal da família do agente comunitário produz o ano todo devido o manejo adequado, produzindo bem no período de entressafra, que vai de janeiro a junho. A estratégia encontrada pelo agricultor e sua família para conseguir ganhos consideráveis com o produto durante o ano todo, mesmo no período chuvoso onde decresce o preço, chegando algumas vezes ao valor de vinte e cinco reais a vara:

Né? que a minha força do açaí já passou. E eu trabalho assim por quê? Vou vendê o açaí mais caro, né...mais caro e eu ganho mais. E se eu for produzir um açaí aqui na safra mesmo, como meus vizinho produzem, aí nós vamos competir, né. Aí, por exemplo, já invéz de vendê a lata de 10 né, nos vamos tê de vendê a lata de 5, aqui.

### **1.3.1 – O manejo dos açaizais**

Segundo os agricultores, a prática de manejo deve ser feita quando o açaí nativo fica imprensado no mato, precisando diminuir as tojeiras através da retirada das árvores altas, para que as menores se desenvolvam e produzam mais. O manejo também deve ser feito no açaizal plantado. As folhas e troncos que são cortados da palmeira nessa operação são

deixados no chão para servirem de adubo orgânico, tanto para os açazais quanto para outras plantas. Aproveita-se também a operação para extrair palmito. O palmito extraído de áreas de manejo ou de áreas nativas é vendido para marreteiros por um preço de setenta e seis centavos de reais a unidade. Ao ser vendido diretamente para as fábricas, em São Domingos do Capim, os agricultores tem somente um lucro de cinco centavos de reais, o que os leva a decidirem-se pela venda aos marreteiros.

A prática do manejo, segundo os agricultores, não pode ser feita de uma única vez em uma área considerada velha, estimando-se mais de 13 anos, porque o açazal corre o risco de se extinguir. O correto é fazer o manejo de duas a três vezes, até completar a área toda. Algumas vezes, o manejo na propriedade do agente dura três anos para manejar toda a área, por conta da sua extensão. O manejo poderá ser novamente efetivado depois de dois anos.

Para os agricultores a prática do manejo nos açazais é uma das mais aceitas pelas famílias, pois, o dispêndio da força física é menor se comparada ao trabalho da roça de mandioca. Além disso, garante o aumento na produção do principal produto alimentar. Desta forma, o manejo nos açazais aparece como uma nova alternativa a prática de coleta em açazais que não eram conservados para produção contínua, contribuindo para a não diminuição do produto no período de entressafra e para a reprodução social das famílias na comunidade.

#### **1.4 - Os sistemas agrofloretais - SAF's**

Cinco das dez famílias optaram pelos sistemas agrofloretais - SAF's que segundo Yared, Brienza e Marques (1998), o sistema define-se ao incluir em sua composição plantas arbóreas ou lenhosas. Desta forma, uma composição com cupuaçu, banana e cacau só pode

ser considerado SAF se incluir uma andirobeira, uma castanheira ou uma planta lenhosa, por isso, nem todo consorciamento é um SAF.

As praticas com esses sistemas estão sendo implementadas nos sítios dos estabelecimentos pesquisados. Estas experiências iniciaram após a participação de alguns agricultores em um curso de capacitação em sistemas agroecológicos<sup>40</sup>, em 2001, com agricultores de outras comunidades. O curso foi promovido pelo PRORENDA Rural da SAGRI e pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Domingos do Capim. Teve inicio em 2001, sob a orientação de Ernerts Goscth, que desenvolve experiências agroecológicas no Brasil.

O curso teve duração de três anos, dividido em blocos. Cada bloco era desenvolvido durante dois dias em uma propriedade de São Domingos do Capim, escolhida pelos agricultores. Os vários blocos foram intercalados até o término do curso. Um agricultor conta o que aprendeu sobre recuperação da área do pasto

Reflorestar área do pasto em que não tá plantado o capim ai que plantasse o capim, mas plantasse mais outras coisas pra deixar fica assim reflorestado, né porque um pastorinho assim, todo reflorestadinho.

Sobre o sistema citado pelo agricultor Yared, Brienza e Marques (1998), revelam que é chamado de silvopastoril, por associar pecuária e árvores como a castanheira que proporcionam sombra para os animais e frutos, beneficiando o dono do pasto e os animais.

Em Monte Sião, o sistema silvopastoril não é desenvolvido, tendo somente sistemas agroflorestais com combinações de plantas florestais com cultivos agrícolas.

O agente comunitário relata também o que aprendeu no curso:

(...) todas as espécies, todas as...qualquer tipo de espécie, é...seja frutífera ou não, elas não brigam juntas. Elas não brigam não, porque...cada uma tem o seu extrato,

---

<sup>40</sup> Segundo Navarro (1989), o termo agroecologia surgiu nos anos de 1970 para analisar fenômenos ecológicos tais como ervas infestantes e pragas nas plantas cultivadas. Foi desenvolvendo-se até chegar a uma concepção ligada ao meio ambiente e a uma produção social e ecologicamente mais sustentável.

né, uma mais alta, uma mais baixa, outra aqui são mais alta, outra aqui são mais alta, né, cada uma fica no seu lugar, elas não...elas não brigam, né. As planta, quando elas começam a brigar é quando, assim, usa só um tipo de planta e planta ela muito junto, aí elas vão...elas vão ter disputa, elas vão brigar pelo...pelo local mais alto, né, mas a gente plantá... plantá bem junto outros tipo elas não...elas não brigam, de jeito nenhum.

O agente se refere ao fato de todas as plantas terem uma função no sistema, umas mais altas, outras mais baixas, onde a forma de plantar deve ser combinada para que não haja disputa entre as plantas.

Segundo o agente comunitário, muitos agricultores não concluíram o curso por não poderem se afastar por muito tempo de seus trabalhos na propriedade, o que poderia ocasionar uma perda em seus rendimentos. Quanto ao agente, participou do curso ficando entre os três primeiros colocados. Pôde, inclusive, viajar em 2004 para a propriedade do instrutor, o senhor Ernest, na Bahia, passando doze dias na área. Trouxe algumas espécies para plantar em seu terreno. Sua participação no curso só foi possível por conta das estratégias de somatória de rendimentos que o agricultor estabelece com sua família.

Combinando os recursos de que dispõe na unidade de produção com aqueles aos quais pode ter acesso fora do estabelecimento em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes, a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 1999, p. 27).

Pude perceber essas estratégias nos períodos que passei na casa do agente comunitário. Observei que o agricultor organizava seu orçamento familiar a partir da somatória das várias atividades desenvolvidas pela família. Tanto o rendimento das atividades elaboradas na propriedade com os PFNMs quanto a ajuda de custo recebida como agente comunitário e o salário de sua esposa como professora em um programa de alfabetização chamado “Todas as Letras”, do Governo Federal, desenvolvido na associação para os agricultores jovens e adultos. Além disso, segundo o agente durante um longo período um rapaz que não tinha família, e que ficou agregado em sua casa, ajudava a executar as atividades na propriedade para substituir a mão-de-obra de seus dois filhos homens, sendo um

menor, de um ano de idade, e outro de quatorze anos, cuja prioridade está voltada para os estudos ajudando em algumas atividades. O agente também tem três filhas que concentram uma grande parte do tempo em atividades domésticas. Desta forma, a família consegue investir tanto no manejo do açazal quanto nos SAF's do estabelecimento ao estabelecer relações com membros que não são parentes consangüíneos, mas que são considerados membros da família. No caso do agregado, até o período da pesquisa de campo mesmo não morando mais com a família, algumas vezes, ainda dormia na casa e fazia refeições com o grupo.

#### **1.4.1 - Compreendendo um SAF**

Tive a oportunidade de conhecer, para compreender melhor, o que era um SAF em uma manhã do mês de julho de 2005. Acordando às sete horas, juntamente com a família onde estava hospedada. Quase sempre conversávamos na cozinha, sentados em banquinhos, tomando café. No final de uma das conversas o agricultor e seus filhos me convidaram para conhecer uma área que eles chamavam de bananal. Entramos em uma pequena vereda nos fundos da casa chegando em uma área de dois hectares. Foi então que pude perceber que a área chamada pela família de bananal era bem mais que isso.

Esta área foi preparada com trituração manual a qual consiste em cortar as bananeiras que caem no chão em pedaços com tamanhos variados. Os cachos de banana que não são coletados ou por esquecimento ou falta de tempo, servem como alimento para a caça ou adubo orgânico ao caírem no chão.

Segundo o agricultor, as bananeiras foram plantadas entre um espaçamento de quatro metros de uma planta para a outra (figura 19, p.105). Entre uma bananeira e outra encontravam-se plantas diversificadas como o cacau, a teça, o ipê, a ingá, o cupuaçu, o marupá, o bacuri-açu, o bacuri-pari, a virola, a fruta pão, o piquiá, o biribá, entre outras.

Falesi e Galeão (2002), pesquisando no Nordeste Paraense, revelam que normalmente os agricultores planejam consorciar de três a seis plantas em seus sistemas agroflorestais, com espaçamentos variados contendo plantas como o paricá, o mogno africano, a teca, a sumaumeira, dentre outras. Nesse SAF, chamado pela família de bananal, a variedade de plantas supera a soma de seis, sendo o espaçamento entre plantas de quatro metros.

Discutindo também sobre os sistemas agroflorestais Yared, Brienza e Marques (1998), explicam que as árvores ao serem combinadas com os cultivos agrícolas nos sistemas agroflorestais não precisam necessariamente ter o objetivo de produção, algumas servem como proteção, ou melhor, sombra para os cultivos agrícolas, no caso do SAF, desenvolvido pela família a virola, o ipê, o marupá e a teca não são frutíferas, e servem como sombreamento.



Figura 19: O bananal  
Fonte: Dulcilene A. de Castro em julho de 2005

Após ter conhecido a área, uma questão me deixava intrigada – o porque da área ser chamada de bananal pela família se existia uma mistura de plantas na mesma área? A resposta só se cristalizou depois de muitas observações, voltando a olhar um pouco mais para dentro do bananal.

Constatei que as bananeiras estavam produzindo bastante e o agricultor estava retirando-as para venda, este era um dado. Outro dado, era que algumas plantas estavam produzindo em pouca quantidade ou outras não estavam produzindo, por serem ainda mudas. Então, pude compreender que a área apesar de ser um encontro de plantas era chamada de bananal por ser anteriormente área constituída de monocultura de banana que foi aos poucos sendo transformada em sistema agroflorestal com a inserção de outras plantas.

O cacho grande de banana, neste período, era vendido a dez reais e o médio a cinco reais. A frequência das vendas é de quinze em quinze dias, aproximadamente, com uma produção, em média, variando entre cinquenta e cem cachos no estabelecimento do agente comunitário.

Para serem colhidos, os cachos são escolhidos quando apresentam manchas claras na casca verde da banana, indicando que é o momento de colher. Os cachos são carregados nos atoras para a casa ou para o trapiche da propriedade a fim de serem vendidos. Quando são colhidos para a venda do dia seguinte, o agricultor cobre os cachos com palmas de açazeiro, para que os raios do sol não queimem as bananas, amarelando-as antes do tempo.

Cada SAF possui uma lógica de acordo com as escolhas e necessidades da família. Nessa mesma propriedade existem mais três SAF's.

O segundo SAF observado foi desenvolvido em uma área onde o agricultor plantou no centro uma castanheira e associou plantas como a pupunha, o cupuaçu e o açaí. Segundo o

agricultor, a castanheira além de ser frutífera ao ser plantada no centro da área contribui para sombrear alguns cultivos.

No terceiro SAF o agricultor aproveitou a área de um hectare onde foi plantado o milho para pequenos animais e alimentação da família. Após a colheita do milho as folhas e espigas secas deixadas no solo servem de adubo orgânico. Nesta área foi estabelecido um SAF com alguns pés de castanheira, cajuí, sumaumeira, onde já havia uma seringueira e um pé de taperebá que foram conservadas pelo agricultor. A árvore de tapereba foi conservada por contribuir para a retenção de água no solo.

No quarto SAF, o agricultor iniciou plantando abacaxi, depois foi incluindo café, pupunha, mogno e andiroba.

Em outro estabelecimento observado o agricultor associou o paricá, o mogno, a andiroba e o coco em uma área onde já existia açaí nativo, cupuaçu e pupunha.

Raramente as famílias chamam a área de SAF, utilizam termos como “área misturada”, “grande saladá” ou “associação de planta com planta”. Utilizando esses termos os agricultores se apropriam das técnicas e adotam o que lhes parece familiar, modificando a prática de cultivar somente através da monocultura, para a diversificação de plantas.

O SAF enquanto técnica e manejo de produção traz alternativas como o plantio de produtos em períodos variados permitindo racionalizar o trabalho, o que não acontece quando o produto é a mandioca, na qual, a trituração manual é exigida para o seu cultivo.

### 1.5 - Técnica de trituração

A técnica de trituração enquanto experiência de pesquisa desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em parceria com as Universidades de Bonn e de Gottingen, na Alemanha, através do Projeto SHIFT, tem como objetivo criar alternativas para substituir a queima pela trituração dos vegetais, evitando maiores perdas de nutrientes no solo, promovendo um manejo da capoeira no Nordeste Paraense. (KATO *et al*, 1999, p.01).

A técnica de plantio sem queima é utilizada com a trituração do vegetal através de um implemento agrícola denominado Tritucap. Não tendo o equipamento a trituração passa a ser feita manualmente.

Esta técnica está sendo desenvolvida por apenas uma das dez famílias estudadas de Monte Sião, em uma área de cultivos de SAF's, a do agente comunitário do Proambiente. Este, iniciou uma espécie de capacitação em seu estabelecimento, objetivando esclarecer e transmitir as atividades necessárias para quem está ligado ao Proambiente e aos serviços ambientais.

Muitos preferem esperar para ver os resultados das experiências que foram iniciadas em outras comunidades no município de Igarapé-Açu, evitando possíveis riscos, principalmente, na produção de mandioca.

A trituração manual começa com a derrubada da área cortando as árvores maiores com motosserra. Após a derruba, os troncos e galhos grossos são cortados com a motosserra e os galhos mais finos são cortados com o terçado ou foice. Nesta técnica, não se utiliza o fogo para preparar a área, pois os troncos, galhos e folhas, reduzidos em pequenos pedaços, cobrem o solo protegendo-o dos raios solares, e com o tempo transformam-se em nutrientes orgânicos, não precisando usar adubos químicos.

A queima ainda é a prática que as famílias mantêm no preparo das áreas para o plantio da mandioca, na comunidade de Monte Sião, e ao serem perguntadas se as práticas propostas pelo Proambiente eram diferentes das práticas desenvolvidas por eles no cultivo da mandioca, foram enfáticos em apontar a trituração manual como uma atividade trabalhosa e que exigia muita habilidade. A resistência a adoção da técnica de trituração manual é menor nas áreas onde estão sendo desenvolvidos os SAF's, em Monte Sião.

## VI - Considerações Finais

O cenário do Nordeste Paraense reuni elementos, formas e situações que marcam tipos de explorações econômicas ao longo dos anos. Criadas socialmente, fazem parte do cotidiano de muitas famílias que elaboram redes de transmissões de um “modo de vida” muito peculiar com dinâmicas de apropriação dos recursos naturais. Além disso, dinâmicas externas executadas através de agentes e interesses particulares criaram novas formas de apropriação dos recursos da floresta.

Essas intervenções possibilitaram diversas formas de uso do meio ambiente, revelando uma região cuja cobertura vegetal primitiva, em 1985, já tinha sido explorada cerca de 75% de seu total<sup>41</sup>.

Esses dados são observados em municípios do Pólo Capim, do PROAMBIENTE, especificamente nos municípios de Irituia, Mãe do Rio, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim.

Em alguns municípios, o desflorestamento é maior que em outros, porém o que atraiu minha atenção para a realização desse trabalho foram as práticas com plantas fornecedoras de PFNMs construídas estrategicamente pelas famílias da comunidade de Monte Sião, em São Domingos do Capim, enquanto meio para sua reprodução social.

Algumas práticas ocorreram através da adoção de novas técnicas, outras sofreram adequações em sua nomenclatura sendo adequadas a expressões familiares dos agricultores. Registrou-se também a não adoção de técnicas, sendo que, estas não estavam ligadas as práticas com os PFNMs, no caso, a trituração manual para o preparo da área de mandioca. O certo é que, cada uma contribuiu a sua maneira para o aparecimento e estímulo às plantas fornecedoras desses produtos na área de atuação do PROAMBIENTE.

---

<sup>41</sup> Ver Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local do Pólo Rio Capim

Esses dados foram compreendidos quando retomei o histórico sócio-ambiental da comunidade de Monte Sião, marcado por processos de utilização intensiva dos recursos naturais, cujas etapas foram acompanhadas através da fala dos moradores.

Dois períodos podem ser realçados: o da década 1970, com a exploração do látex dos seringais voltados para a comercialização da borracha em Belém, e o dos anos de 1990, com as práticas predatórias de extração da madeira desencadeando o processo de escassez de espécies fornecedoras dos PFNMs na comunidade.

Remarca-se também a utilização dos solos com períodos cada vez mais curtos de pousio, provocando danos ao solo. Assim como, as ações desordenadas nas queimadas, ocasionando a invasão do fogo para a mata, atingindo um número considerável de plantas.

Com esse contexto, no final de 1980, um novo perfil passa a ser construído mediante a falta de terras apropriadas para o cultivo da mandioca e a diminuição de plantas arbóreas rentáveis comercialmente, trazendo novos arranjos como a prática de consorciamento de plantas agrícolas como banana + cupuaçu + cacau e mais o açaí.

Esses novos arranjos podem ser vistos como reelaborações de práticas tanto inserindo plantas fornecedoras de PFNMs, como a castanheira e outras, enriquecendo os sistemas agroflorestais- SAF's nas propriedades, quanto fomentando a produção de algumas através do manejo dos açaizais.

As reelaborações acompanharam as necessidades locais, tendo impulso através de discussões e ações facilitadas pela associação composta pelas famílias com suas relações de parentesco, vizinhança e compadrio, e também com o apoio de técnicos da EMATER, Ongs e outras instituições.

Desta forma, a adoção às propostas do PROAMBIENTE criaram possibilidades para a continuidade no desenvolvimento dessas ações, com a intervenção de um membro do grupo,

isto é, o agente comunitário. Daí então, o porquê de algumas famílias aderirem a algumas práticas ligadas aos serviços ambientais.

Quanto a prática com a utilização do fogo, se por um lado vem trazendo danos ao solo, por outro, faz parte das atividades dos agricultores, quer seja por constituir-se enquanto tradição ou pela falta de capacitação mais incisiva sobre novas alternativas. Além disso, a falta de recursos financeiros para pagamento de mão de obra, nessas novas experiências, tem sido um empecilho para os agricultores iniciarem esses experimentos.

Sendo assim, as práticas que envolvem plantas fornecedoras de PFNMs podem ser uma alternativa para novos investimentos, associando o conhecimento técnico científico com o conhecimento das famílias, em espaços agroextrativistas, onde a roça e a coleta de produtos complementam o rendimento familiar em muitas comunidades, dentre estas, destaco Monte Sião, em São Domingos do Capim.

## Referências

BRIENZA, JUNIOR Silvio; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; YARED, Jorge Alberto Gazel. **Considerações sobre recuperação de áreas alteradas por atividades agro-pecuária e florestal na Amazônia Brasileira.** In: Embrapa- CPATU. Documento n. 83, 1995.

BORN, Rubens Harry. **Compensações por serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social.**[s.d].Disponível em: < [www.vitaecivilis.org.br/rbct\\_11.htm](http://www.vitaecivilis.org.br/rbct_11.htm)> Acesso em: 06 de janeiro de 2005.

CANETE, Voyner Ravena. **Memória e herança da terra: a história de uma família camponesa do Nordeste paraense.** Dissertação de mestrado. UFPA/NAEA, maio 2000.

CASTELLANET, Christian, HÉBETTE, Jean, HENCHEN, Mário J. Os níveis pertinentes para a pesquisa –ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da transamazônica. In: ALBALADEJO, C. e VEIGA, I (Orgs). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento.** Belém, vol I, nº 2, UFPA, CA, NEAF, 2000.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do Nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa, MANESCHY, Maria Cristina (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém, EDUFPA, 2002.

DIAGNOSTICO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DO POLO RIO CAPIM. Fundação sócio-ambiental do Nordeste do Pará/FANEP. Capanema, Pará, novembro 2002 a janeiro de 2003.

EMPERAIRE, Laure. Extrativismo e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 1997.

FALESI, Ítalo Cláudio; GALEÃO, Ruy Rangel. **Recuperação de áreas antropizadas da mesorregião nordeste paraense através de sistemas agroflorestais.** Belém, Emater-PA, documentos 01, 2002.

FERREIRA, C. A. P; CARVALHO, R. de A; FERREIRA, M. do S. G; SMITH, J; KOPP, P. V. **Caracterização socioeconômica dos pequenos produtores rurais do Nordeste paraense.**In: Embrapa, Doc. nº 39, agosto de 2000.

FIGUEIREDO, Raul Batista. Políticas fundiárias para uma região de fronteira amazônica: elementos econômicos sobre a região de Marabá. In: SIMÕES, Aquiles; SILVA Luis Mauro Santos; MARTINS, Paulo Fernando da S; CASTELLANET, Christian (Orgs). **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento.** Belém, NEAF, CAP, UFPA, GRET, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC; 1989. GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC; 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição, São Paulo, Atrás, 2002.

HEREDIA, B. M. A. de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste. v. 7).

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo Amazônico. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (Org.). **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Empresa brasileira de pesquisa agropecuária, centro de pesquisa agroflorestal da Amazônia oriental brasileira: EMBRAPA- São Paulo, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Departamento de geografia, Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Belém, Pará, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**, vol 6, culturas permanentes e temporárias, Belém, Pará, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**, vol 12, culturas permanentes e temporárias, Belém, Pará, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**, culturas permanentes e temporárias, Belém, Pará, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da extração vegetal e da silvicultura**, vol 19, Brasil, 2003.

KATO, Osvaldo Ryohei. KATO, Maria do Socorro Andrade, PARRY, Mauricio Moller, DENICH, Manfred, VIEK, Paul L. G. **Métodos de preparação de área sem queima: uma alternativa para agricultura tradicional da Amazônia Oriental**. In: comunicado técnico. nº 13, nov, 1999.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: TIJIWA, Ângela Maria Naoko. Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1993.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: **iniciação a prática sociológica**. Petrópolis. Vozes, 1998. 59-106.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. In: **Sociologia e antropologia**, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss; tradução de Lauberto Puccinelli. São Paulo, EPU, vol. I, 1974.

\_\_\_\_\_. As dádivas trocadas e a obrigação de retribuí-las (Polinesia). In: **Sociologia e antropologia**, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss; tradução de Lauberto Puccinelli. São Paulo, EPU, vol. II, 1974.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **“trabalhadeiras” e “camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPA, 1993.

MEDINA, Gabriel; FERREIRA, Socorro. **Bacuri (platonía insignis mart – clusiaceae): o fruto amazônico que virou ouro**. Tradução SHANLEY, Patrícia. [S. l : s. n. 2003?]. 18 P. Tradução de: Bacuri (platonía insignis mart – clusiaceae): the fruit amazonic which to turned gold.

MEDINA, Gabriel. **A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim**. Dissertação de mestrado. Belém, Núcleos de Estudos Sobre Agricultura Familiar. NEAF/UFPA, 2003.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Tradução : LINDOSO, Maria José da Silveira. Rio de Janeiro, editora Zahar, 1978.

NAVARRO, Manuel González de Molina. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. In: **revista agroecologia e desenvolvimento** nº 3, 1989.

NOGUEIRA, O. L; HOMMA, A. K, O. **Análise econômica de sistemas de manejo de açcaizais nativos no estuário amazônico**. Belém, Embrapa- CPATU, Documentos nº 128, 1998.

PEREIRA, Cássio Alves, VIEIRA, Ima Célia Guimarães. A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia. In Revista ciência, [S.l], Vol. 26, nº 8, 2001.

PINHEIRO, Sérgio L. G. O Enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): Novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento. In: **Anais do 2º encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção**, Londrina, PR, 1995.

PROPOSTA DEFINITIVA/PROAMBIENTE. Belém, Pará, julho 2003.

RIOS, Montserrat. **La comunidad Benjamin Constant y las plantas útiles de la “capoeira”: un enlace etnobotánico en la region Bragantina, Pará Amazonia Brasileña**. Belém –Pará, NAEA, 2002.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém, EDUF-PA, 2000.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. vol, 3, São Paulo, 1980.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa, editora Estampa, 1997. SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa, editora Estampa, 1997.

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ESTUDO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS- SEPOF-Pará. **Estatísticas municipais de São Domingos do Capim, 2005**. Disponível em: < [sepof.pa.gov.br](http://sepof.pa.gov.br) > Acesso em: 04 de janeiro de 2006.

SCHOLZ, Imme. Comércio, meio ambiente e competitividade: o caso da indústria madeireira do Pará, Belém, SECTAM, 2002.

SMITH, J; FERREIRA, M. Do S. G; KOP, P. Van de; FERREIRA, C. A. P; SABOGAL, C. **Cobertura florestal secundária em pequenas propriedades rurais na Amazônia : Implicações para a agricultura de corte e queima** . In: EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém, Doc, 51. p.43, 2000.

SCHMITZ, Heribert. Perspectivas da assistência técnica para a agricultura familiar. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo, MOTA, Dalva Maria da, SILVA, Tânia Elias Magno da. (Org.). **Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe, Embrapa tabuleiros costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SHANLEY, Patrícia; LUZ, Leda; CYNERYYS, Margaret. **A interface entre os recursos madeireiros e não madeireiros: recursos para subsistência em declínio**. Tradução SHANLEY, Patrícia. [S. 1 : s. n. 2002?]. 25 P. Tradução de: The interface of timber and non-timber resources: declining resources for subsistence livelihoods (Brasil).

SHANLEY, Patricia; LUZ, Leda; SWINGLAND Ian. **A frágil promessa de um Mercado distante: um levantamento sobre o comércio de produtos florestais não madeireiros em Belém**. Tradução SHANLEY, Patricia. [ S. 1 : s. n. 2002?]. 20 P. Tradução de: The faint promise of a distant market: a survey of Belém's trade in non- timber forest products.

SHANLEY, Patrícia; LUZ, Leda. **Impactos da degradação florestal sobre o uso de plantas medicinais e suas implicações para a saúde na Amazônia oriental**. Tradução SHANLEY, Patricia. [S. 1 : s. n. 2003?]. 22 P. Tradução de: The impacts of forest degradation on medicinal plant use and implications for health care in eastern Amazônia.

SHANLEY, Patrícia. **Frutíferas da mata na vida amazônica**. In: SHANLEY, Patrícia, CYMERYS, Margaret, GALVÃO Jurandir. Belém:1998.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias acadêmicas, da ciência e da pesquisa**. Belém-Pará, 6ª edição, 2003.

TEDESCO, João Carlos. Revivendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”: fragmentos de memória de idosos. In: TEDESCO, João Carlos. **Usos de memórias**. Universidade de Passos Fundo, Rio Grande do Sul, UPF, 2002.

VEIGA, Iran. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. In: SIMÕES, Aquiles (Org). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém, Alves, 2003.

VILLARET, Arnault. **El enfoque sistêmico aplicado al analisis del medio agrícola**. Introducción al marco teórico y conceptual. s/l, s/d.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo, Companhia editora nacional, v. 290, série 5, 1957.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**.\_Universidade de Passo fundo. EDIUPF. 1999.

WOORTTMANN, Ellen. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília; editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e compadres**. Hucitec, São Paulo-Brasília, 1995.

YARED, J.A.G; BRINZA JUNIOR, S; MARGUES, L.C.T. **Agrossilvicultura: conceitos, classificação e oportunidades para aplicação na Amazônia brasileira**. Belém, Embrapa-CPATU. Documentos n° 104, 1998.

# ANEXOS

Anexo A- Pauta de Reunião do Conselho Gestor do Pólo Rio Capim/ PROAMBIENTE.(119)

Anexo B- Planejamento Mensal de Atividades da Equipe Técnica (Técnicos e Agentes Comunitários) do Programa PROAMBIENTE.(120)

Anexo C- Pauta da Reunião para a Publicação da Cartilha e Livro (121)

Anexo D- Planejamento de Atividades (Período 25 de outubro a 26 de novembro) (122)

Anexo E- Roteiro de perguntas para entrevistas (123 a 125)







### **Roteiro de perguntas para os casais das famílias selecionadas**

- 1- Qual o seu nome completo? Idade?
- 2- Nasceu em Monte Sião?
- 3- O que você sabe sobre a história da comunidade? Como surgiu?
- 4- Por que o nome é Monte Sião?
- 5- Qual era o nome do local antes de ser Monte Sião?
- 4- Existiam movimentos religiosos no local?
- 6- Que atividades as pessoas exerciam no local?
- 7- Existiam seringais em Monte Sião?
- 3- Se a resposta for sim, como era a atividade no seringal?
- 8- Se existiam, para onde vendiam o látex?
- 9- Em que momento e por que ocorreu a diminuição das atividades no seringal?
- 4- Exerciam atividades na agricultura?
- 5- Coletava-se produtos? De onde eram coletados os produtos? Quais eram os produtos?
- 6- Os produtos das propriedades eram vendidos?
- 12- Se a resposta for sim, para onde eram vendidos, como acontecia?
- 5- Nos dias atuais como acontece a comercialização dos produtos?
- 6- Atualmente quais são as atividades da família?
- 7- A família vende madeira, palmito? Se não, a decisão foi por influência do PROAMBIENTE?
- 7- Faz cultivos diversificados na propriedade? Se não por que?
- 8- Se a resposta for sim, quando e Por que começou a diversificar os cultivos em sua propriedade?
- 9- Aprendeu com alguém?

- 10- Já fez cursos sobre técnicas para cultivos?
- 11- Quais são as plantas que a família associa para plantar e por que faz essas associações?
- 12- Faz roça sem queima? Como é esse processo?
- 13- Faz manejo do açai? Como ocorre esse processo?
- 14- Utiliza plantas para fazer remédios? Quais? Por que?
- 15- O que significa para a família a floresta e os produtos existentes nela?
- 16- A família faz artesanato com algum produto da floresta?
- 17- Quais são as plantas nativas existentes na propriedade? Quais são as cultivadas?
- 18- Quem colhe os produtos? Óleo de andiroba, açaí e outros?
- 19- Quem planta?
- 20- Quem faz o manejo?
- 21- Quem vende os produtos?
- 22- Entre os produtos em sua propriedade, qual é o que mais vende?
- 23- Qual o produto considerado o principal para a família? Por que?
- 24- Quais os meses do ano que se trabalha mais com cultivos? Coleta?
- 25- Quais os meses do ano que se trabalha menos com cultivos? Coleta?
- 26- Por que a família resolveu fazer parte do PROAMBIENTE?
- 27- Por que em Monte Sião somente dez famílias optaram pelo Programa?
- 28- As práticas propostas pelo PROAMBIENTE referentes aos serviços ambientais diferem das práticas exercidas pelas famílias de Monte Sião?
- 29- O que a família escolheu para ser potencializado ou inserido no plano de uso de sua propriedade?
- 30- Já ocorreram serviços de acompanhamento técnico na comunidade, a família conhece esses serviços?
- 31- Como foi a escolha das famílias para participarem do Programa?

- 32- Como aconteceu o repasse de informações sobre o Programa para as famílias?
- 44- Sobre a função de agente comunitário do Programa, os escolhidos passaram por algum treinamento?
- 45- Como foi essa escolha do programa para ser agente comunitário?
- 46- Quais são as tarefas de um agente comunitário?
- 47- Quanto tempo foi reservado para a função de agente comunitário?
- 48- As pessoas da comunidade participaram da escolha do agente?
- 49- O que a família acha de um agente comunitário membro da comunidade?
- 50- A família dá credibilidade aos conhecimentos repassados por um agente agricultor?
- 51- Existe algum tipo de técnica que o agente repassou e que a família não desenvolveu?  
Por que?
- 52- Existem vantagens e desvantagens de ser um agente comunitário do programa, sendo um nativo?
- 53- O que é um agente comunitário em Monte Sião?
- 54- Como deve ser um agente comunitário na comunidade?